

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

OS CALON DO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB: DINÂMICAS
CIGANAS E TRANSFORMAÇÕES CULTURAIS

ROBSON DE ARAUJO SIQUEIRA

Recife – PE
Agosto de 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

OS CALON DO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB: DINÂMICAS
CIGANAS E TRANSFORMAÇÕES CULTURAIS

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação
em Antropologia da
Universidade Federal de
Pernambuco, em cumprimento
às exigências para obtenção do
grau de Mestre em
Antropologia, sob a orientação
do Prof. Dr. Renato Monteiro
Athias

ROBSON DE ARAUJO SIQUEIRA

Recife – PE
Agosto de 2012

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva CRB-4 1291.

S618c Siqueira, Robson de Araújo.
Os Calon do município de Sousa-PB : dinâmicas ciganas e transformações culturais / Robson de Araújo Siqueira. - Recife: O autor, 2012.
164 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Renato Monteiro Athias.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, 2012.
Inclui bibliografia e anexos.

1. Antropologia. 2. Etnologia. 3. Ciganos – Sousa (PB) – Usos e costumes. 4. Cultura. 5. Participação social. 6. Liderança. I. Athias, Renato Monteiro (Orientador). II. Título.

301 CDD (22.ed.) UFPE (CFCH2012-140)

ROBSON DE ARAUJO SIQUEIRA
OS CALON DO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB: DINÂMICAS
CIGANAS E TRANSFORMAÇÕES CULTURAIS

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação
em Antropologia da
Universidade Federal de
Pernambuco, em cumprimento
às exigências para obtenção do
grau de Mestre em
Antropologia, sob a orientação
do Prof. Dr. Renato Monteiro
Athias

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr^o. Renato Monteiro Athias
(Orientador / UFPE)

Prof^a. Dr^a Tania Neumann Kaufman
(Examinadora Titular Interna / UFPE)

Prof^a. Dr^a. Maria Patrícia Lopes Goldfarb
(Examinadora Titular Externa / UFPB)

À Força Maior Criadora, à minha família e
aos amigos ciganos,

muito obrigado por tudo.

AGRADECIMENTOS

A toda minha família; a Fabinho, Dona Aureni e família pelo carinho com o qual me receberam quando da minha estadia em Pombal; Aos companheiros do mestrado Manuel (Manel), Abel (Abelão), Ismael (Ismel), Alexandre (o índio caboclo) e Danielle, Rosângela, Saulo (o grande mestre tai chi), Virgínia, Tácio, Rita (Ritoca), e a todos a quem aqui não identifiquei; a professora Tânia Kaufman, cujo suporte foi imprescindível em momentos cruciais; Às professoras Vânia Fialho e Marion Quadros pelas contribuições; Ao orientador Renato Athias pela paciência, compreensão, cooperação e liberdade responsável a mim concedida; Ao professor Frans Moonen pelas portas sempre abertas ao diálogo, pelas orientações diretas e indiretas, e pelo fornecimento da maior parte da minha bibliografia ciganológica. Antes de tudo, pelo prazer da aproximação com o precursor do meu campo e cujo artigo me despertou o interesse tanto pela Ciganologia quanto pela Antropologia; ao professor João Martinho, pelo altruísmo do apoio intelectual quando da primeira viagem à Sousa; a professora Patrícia Goldfarb por haver aceitado o convite para me avaliar na banca; ao professor Tito pela força que incentiva; Aos funcionários do PPGA Carla e Dona Ademilda. À Regina, já aposentada, por quem tenho carinho e gratidão especial e ao pessoal da limpeza. Ao literalmente grande Jefferson pela qualidade da atenção; À Érica Sá (Helry (Kelter), SLB) por todo suporte, por tanto carinho, por tudo Ü.

Ao Dr. Bezerra de Menezes, Dona Uilma e nossa amiga cigana. Em pouco tempo adquiri muito respeito e admiração por toda essa abençoada equipe empenhada no trabalho da caridade e da fé. A todos vocês, incluindo os nomes daqueles a quem não citei, minha profunda gratidão pelo apoio recebido; agradeço ao cigano Aldeci, grande irmão, companheiro de jornada, por quem tenho muita gratidão; às ciganas Madalena e Catarina pelo apoio intensivo, pelo carinho, pelas orientações; a amiga Dona Lourdes pelas orientações, pela ajuda, pelo carinho; ao suporte incondicional do meu avô Nilo e seus companheiros, também grandes amigos incondicionais; a Edileuza Bezerra de Lima pelo ato de caridade, amor incondicional e exemplo de altruísmo. Reconheço com satisfação que muito dessa conquista nasceu lá atrás. A ti toda gratidão e carinho; a Fernanda Veras Matheus pela valorosa amizade e pelo carinho recebido; a Paula Trindade pelo apoio e pela

amizade com as quais contei até chegar ao mestrado; ao grande amigo sousense César Nóbrega, cujas orientações e apoio foram imprescindíveis à minha estada em Sousa e à fluência do trabalho de campo. Sei que aí, somada à valorosa contribuição para minha experiência etnográfica, também adquiro amizade sincera e parceria ideológica; a Paulo Nóbrega, irmão de César Nóbrega, por, a pedido deste, ter me alojado junto aos companheiros Rogério (grande historiador de São João do Rio do Peixe e conservador da ordem no Centro Cultural BNB-Sousa) e Seu Chico (inestimável mestre carpinteiro), aos quais também agradeço por terem tornado mais leves e descontraídos os meses de etnografia em Sousa. Quanto ao pessoal do CCBNB-Sousa, agradeço a Das Dores pela alimentação nutritiva, ao pessoal da segurança pela recepção e amizade, a Adhemar pela amizade e pelo racha do domingo, a Zé Nascimento pela cooperação, ao pessoal da biblioteca pelo carinho e apoio; ao pessoal do restaurante do Totó pelo esforço em garantir o peixinho do p.f. e pelo carinho de Dona Nicinha; aos interlocutores não ciganos: Válber, João Bosco, Zé Nascimento, César Nóbrega, Fernando Perissê, Tibério, professor Cláudio, Sônia, Sueudo, Adriana e a pessoa profissional do campo da saúde cujo nome decidi não citar; às não ciganas casadas com ciganos Giselle e Rose.

Aos muitos amigos Calon, a começar pelo Chefe Ronaldo Carlos e toda sua família nuclear e relativos. Obrigado pela recepção e pela confiança. A partir de sua residência construí a condição de estar à vontade em todo o Rancho de Baixo, mesmo consciente de estar sob os olhares cautelosos de um chefe de povo cigano, posso dizer que lá recebi amparo e cuidado inestimável. Também agradeço o carinho de Dona Maria (Liló), sua esposa. A Cícero Romão Batista, o Líder Maninho, e sua esposa Rita, pela qualidade da recepção, pela paciência com tantas conversas por tardes a fio, pela confiança e abertura em me atender pessoalmente ou à distância, pelo respeito e educação das quais desfrutei. A João Paulo, pelas parcerias, pela recepção, pelo suporte, pelas conversas informais produtivas. Minha gratidão ao Chefe Eládio pela permissão de minha presença em sua comunidade, pelo voto de confiança e pela atenção; ao grande Chefe Vicente, pela excelente recepção e pela confiança. Também agradeço ao gordinho Valério, Frank, Matias, Manuel, Leonardo, Mirabô, Chatô, Pedro, Roberto, Raí, aos seus pais Sr. Pedro e Dona Lindajóia pelo carinho, à atenção de Pirrichio e sua atenciosa filha; a João, Vovó Rita, aos irmãos André e Adriano, Adão, esposa e filhos, Cem, Dão, Juruna,

Seu Raminho, Seu Romão. Meu carinho à Seu Luiz Costa por toda sua atenção, sua sabedoria de vida, sua sensibilidade humana. A Reis e família. Ao jovem Vicente, Timóteo, Celso, Cabral, Fernando, Fernando (e Fernando). Quanto ao Rancho de Cima, tenho o imenso prazer de ser grato ao amigo Antônio Pedro e família (aquele abraço pra Seu Dodô!), ao grande artista tocador Tita e sua atenciosa companheira, ao amigo Frei Antônio, Dona Cleonice, Dona Maria, Dona Dadá e Fernando. A Mayara, Maicon, Mike Tyson e todos os demais filhos de Pedro. A Thalia. Muito obrigado à Dona Antônia e um grande abraço fraterno em Seu Dodô. Obrigado ao Chefe Pedro Maia e seu filho Chefe Coronel. Ao grande artista César Calon, a voz de ouro. A Nestor, Damião, Ramon, Bernardonni e Bozzano. Obrigado a Buega, amigo por quem tenho grande apreço. De ambos os ranchos, obrigado a todos a quem não citei o nome. A toda equipe do Bela Vista e do Brasil Futebol Clube. Por fim, registro minha profunda gratidão a toda Comunidade Cigana de Sousa.

Agradeço a Dra. Criseuda pelos incentivos e pela vibração positiva. Agradeço a Daura pela amizade, pelos cuidados, por toda ajuda recebida. Somos uma grande família. Um grande abraço aos irmãos companheiros do nosso grupo.

À minha família: obrigado à minha avó Terezinha, às minhas tias Marilúcia e Leda, aos tios Agamenon, Edson e Williams: família de fé. Obrigado à caçulinha Sosó por todo suporte e pela atitude de estender a mão na hora certa. Pela mesma razão, também sou grato a Gertrudes (Tudinha). Ir para Natal e vivenciar tanto carinho e alto astral foi fundamental para suavizar os momentos de pressão. À irmã Zine pelo companheirismo, pelos sushis, pela torcida, pela vibração, pela revisão ortográfica. Ao meu amado pai e minha amada mãe por tanta coisa que elencá-las seria tarefa infinda, e que sintetizo na expressão 'amor verdadeiro' pelos filhos, por Deus, pela vida.

Quero dedicar essa dissertação a minha irmã Cristiani, a quem devo o primeiro start dessa trajetória, o incentivo para seguir por esse caminho, o empenho em contribuir para o progresso e querer bem a toda família. Suas atitudes inspiradoras e de grande valor pedagógico são a prova de que não há distância pra quem ama, e que qualquer que seja o gesto, desde que imbuído – e no seu caso, as vezes encharcado – de amor, sempre lançará sementes poderosas de transformação positiva de uma realidade.

Por tudo isso, acima de tudo agradeço à Energia Inteligente Criadora, que me concede o benefício de existir, de viver e de escolher, e sem o qual eu não teria a tantos a quem agradecer. Ü

RESUMO

Através da análise da organização política dos grupos do Rancho de Baixo, esse trabalho parte da perspectiva interacionista da organização étnica para analisar as dinâmicas culturais dos Calon do município de Sousa-PB. Partindo da concepção da cultura como processo em constante dinâmica, entende-se que as atuais articulações entre as autoridades conviventes no rancho visam o empoderamento cigano para enfrentamento dos atuais desafios: autoconservação grupal, garantia dos direitos de cidadania, poder de barganha política, melhoria das condições de vida, fortalecimento das atuais chefias e lideranças como autoridades ciganas, inclusão social, conservação cultural. Do mesmo bojo dessas articulações, vemos o surgimento de um novo perfil de liderança, articulado entre as necessidades da juventude cigana, as demais lideranças do rancho e os interesses frente à cena política de Sousa. Para tanto, procurei analisar os efeitos diretos sobre essas dinâmicas na teia de relações estabelecidas entre os Calon e os principais agentes não ciganos ligados à questão cigana. Fica evidente que, além das relações estabelecidas com o Estado para fins de obtenção de recursos assistenciais, problemas clássicos como o preconceito e a discriminação ainda permeiam todas as instâncias da relação entre ciganos e não ciganos em Sousa.

Palavras-Chave: Calon de Sousa/PB, cultura, dinâmicas, políticas, transformações.

ABSTRACT

Through the analysis of the political organization of groups living at Rancho de Baixo, this study starts from the ethnic organizations interactions perspective to analyse the cultural dynamics of the Calon community from Sousa-PB. Based on the concept of culture as a dynamic process, it is understood that current relationships between the authorities cohabiting the ranch aim the empowerment for Roma to face current challenges: group self preservation, assurance of citizenship rights, political influence and living conditions improvement, strengthening of existing leaderships as authorities Roma, social inclusion, cultural preservation. In this context, we see the emergence of a new leadership profile, articulated among the needs of the Roma youth, other leaders of the ranch and interests in the political scene of Sousa. To that end, the effects of the relationships established between the Calon community and major non-Romani players involved with Gypsy issues has been assessed. It becomes apparent that, besides the relationship established with the state for purposes of obtaining assistance, classical problems such as prejudice and discrimination still permeate all instances of the relationship between Roma and non-Roma in Sousa.

Key words: Calon from Sousa/Paraíba/Brazil, culture, dynamics, politics, transformation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Contextualizando	19
Esclarecimentos Gerais	21
 CAPÍTULO I – A CONSTRUÇÃO DO CAMPO	26
Junho de 2010: breve retorno ao campo	33
Etnografia 2011	37
 CAPITULO II - CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	47
 CAPÍTULO III - OS CALON DE SOUSA: UM OLHAR	59
Preconceito e Discriminação	61
A união	66
Educação	71
Arte da Poesia	73
Saúde	74
Habitação	76
Lazer	77
 CAPÍTULO IV – DINÂMICAS POLÍTICAS E MUDANÇAS CULTURAIS	
O CCDI	91
Os limites da SEPPIR	94
Os Calon e a Cena Política	103
A Via Sertaneja	110
Outras Dinâmicas	117
 CAPÍTULO V - HIERARQUIA E A ORGANIZAÇÃO TRADICIONAL DE PODER	
Quem é o Chefe	121
Quem é o Líder	125
As Dinâmicas entre o Chefe e o Líder	128

CAPÍTULO VI – CHEFES, LÍDERES: DINÂMICAS ATUAIS	130
Desafios da Modernidade: o Novo Líder Cigano	131
A Associação dos Jovens	139
Movimento Social e Visibilidade Cigana	140
Novos Conceitos: Vetores de Visibilização Cigana	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	160
ANEXOS	

ÍNDICE DE FIGURAS

I – Vista aérea do Rancho de Baixo	56
II – Diagrama: eixos de sociabilidade cigana do Rancho de Baixo	57
III – Vista aérea do território cigano	58
IV – Vista aérea da cidade de Sousa/PB	58
V – Chefe Ronaldo Carlos – mato e esgoto entre sua comunidade e a comunidade do Chefe Vicente	83
VI – Típica casa de taipa da Comunidade Cigana de Sousa	83
VII – Casa de taipa construída ao lado da casa de alvenaria	84
VIII – Fé do cigano sertanejo	84
IX – Certificado de um jovem Calon	85
X – Esgoto correndo a céu aberto	85
XI – Parte da concentração de esgoto e mato localizado na comunidade do Chefe Vicente	86
XII – Esgoto correndo a céu aberto na comunidade do Chefe Eládio	86
XIII – Adolescente atravessando esgoto a céu aberto	87
XIV – Criança se deslocando entre uma casa e outra por entre mato e esgoto	87
XV – Criação de animais em meio ao lixo, mato, lama e esgoto	88
XVI – Criação de animais em meio ao esgoto na comunidade do Chefe Vicente	88
XVII – Diretor de vídeo e elenco do Lampião Cigano	89
XVIII – Parte dos atores ciganos que encenou os Macacos	89
XIX – O artesão Calon João Braz no papel de Lampião	90
XX – Ator cigano demonstrando a precisão geométrica do trabalho de João Braz	90
XXI – Chefe Vicente Vidal de Negreiros	147
XXII – Chefe Eládio	147
XXIII – Chefe Ronaldo Carlos	148
XXIV – Sessão na Câmara Legislativa de Sousa/PB	148
XXV – Representantes das comunidades do Rancho de Baixo em protesto na câmara de vereadores	149

XXVI – Protesto na câmara: criança Calon pedindo “igualdade”	149
XXVII – Protesto na câmara: público misto – ciganos e estudantes de Direito	150
XXVIII – Passeata das comunidades carentes de Sousa – Líder Maninho no centro da imagem.	150
XXIX – Passeata das comunidades carentes – ciganos na ala dos motoqueiros	151
XXX – Ponto frontal da passeata das comunidades carentes de Sousa	151

ÍNDICE DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CCDI - Centro Calom de Desenvolvimento Integral.

CNPIR - Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial.

FSSK - Fundação Santa Sara Kal.

MinC - Ministério da Cultura.

SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande.

UFPB - Universidade Federal da Paraíba.

INTRODUÇÃO

Há 30 anos da “parada para morar”¹ do primeiro grupo Calon no município de Sousa, estado da Paraíba, as comunidades ciganas têm apresentado significativas transformações culturais. As relações estabelecidas com o Estado, pautadas na abertura de canais de mediação para apoio ao desenvolvimento cultural e social dos Calon, e as articulações de empoderamento cigano dentro da cena política de Sousa, vêm influenciando nas suas dinâmicas culturais, das quais para fins de análise definimos como recorte as dinâmicas de poder.

Nossas primeiras incursões de pesquisa exploratória atestaram que muitas são as mudanças culturais em curso, algumas facilmente percebidas à primeira vista, outras menos aparentes. No Rancho de Baixo, as relações acima citadas tem exercido notória influência sobre categorias nativas de poder. A chefia e a liderança, funções bem definidas na estrutura hierárquica dos Calon até o final do período nômade, vêm sendo ressignificadas e rearticuladas em torno de estratégias de empoderamento cigano. Como efeito, as fronteiras entre grupos cedem à definição do rancho como espaço político comum. Também surge um novo perfil de líder, ligado mais aos interesses do rancho que aos interesses de grupo.

Como ponto de partida ao entendimento da realidade social e cultural dos Calon de Sousa, utilizamos as contribuições dos antropólogos Frans Moonen (2011a, 2011b) e Patrícia L. Goldfarb (2004). Moonen, em 1993, a convite do Procurador da República na Paraíba, Luciano Mariz Maia, foi o pioneiro em estudos antropológicos nessas comunidades. Quanto às carências sociais, constatou a falta de acesso às escolas, as moradias em casas de taipa sem saneamento básico e as dificuldades quanto à obtenção de documentações necessárias ao exercício da cidadania. Desqualificados profissionalmente e hostilizados pela população local, restavam-lhes, com raras exceções, profissões subvalorizadas e de curta duração, mas principalmente atividades nativas de subsistência: a “leitura da mão”² e a

¹ Expressão usual entre os ciganos de Sousa em referência ao início do período sedentário. Opõe-se a “quando nós (ou “quando a gente...”, ou “quando cigano...”) andava pelo mundo”, em alusão ao período que identificam como nômade, no qual predominava o deslocamento de um grupo por municípios e estados vizinhos para fins de sobrevivência, mas sempre tendo como referência – ou seja, ponto do qual partiam e para o qual voltavam – uma determinada localidade, sendo a mais recente delas Sousa, precedida por Umari, sertão do Ceará.

² Categoria de definição nativa.

mendicância³. Dezesete anos depois, percebe-se pouca evolução nesse contexto, pois, mesmo que haja mais ciganos escolarizados ou assalariados, ainda há carência de infraestrutura básica de habitação, de oportunidades de trabalho, de escolarização básica. Naquele período os Calon somavam entre 450 e 500 pessoas⁴. Dividiam-se em três comunidades: a do Chefe Pedro Maia, habitante no Rancho de Cima, e as dos chefes Vicente e Eládio, ambas compondo o Rancho de Baixo. Ali chegaram entre 1982 e 1987⁵, quando provavelmente os efeitos do progresso da sociedade majoritária contribuíram para a insustentabilidade do nomadismo⁶.

Quanto à tese de Goldfarb, vimos que no referido período o dialeto e as memórias do passado nômade eram os eixos da etnicidade Calon na interação com os *não ciganos* sousenses, estrategicamente utilizadas no apelo à assistência social. Entre 2004 e 2010 muitas mudanças ocorreram, dentre elas intervenções políticas, ações sociais pró-ciganas, oferta de concursos para fomento da cultura cigana, o aumento do interesse de público simpático e dos discursos pró-ciganos, a criação de uma associação comunitária Calon, bem como a construção da sede do CCDI⁷ - Centro Calon de Desenvolvimento Integral, encabeçada pelo governo federal.

Passados quase vinte anos da publicação do artigo de Moonen, e aproximadamente oito da tese de Goldfarb, e partindo do pressuposto de que a conjuntura política das relações interétnicas na qual se inserem os Calon do Rancho de Baixo exerce influência sobre a sua cultura, percorremos três caminhos metodológicos complementares entre si. Primeiro, buscamos *compreender a realidade cultural e política das comunidades do Rancho de Baixo*, o suficiente para nos permitir entender as ligações que apontam para a coesão entre os bastidores do cotidiano das comunidades e os nossos elementos centrais de análise. O segundo passo, que tanto anuncia como é anunciado pelo terceiro passo, é *entender a realidade Calon no contexto social de Sousa*. O aspecto da realidade que nos interessou explorar aqui está voltado ao entendimento da condição cigana quanto à fruição de mecanismos de desenvolvimento social do Estado nacional. O terceiro passo é *compreender o processo étnico dos Calon de Sousa diante da atual*

³ Informações extraídas de MOONEN 2011b, p. 143-152.

⁴ Ibidem, p. 140.

⁵ Ibidem, p. 158.

⁶ Ibidem, p. 145.

⁷ Hoje reduz-se mais a um prédio construído que a um centro em atividade.

conjuntura política da região. Esse quadro nos leva ao recorte escolhido como ponto de convergência de nossa observação: as dinâmicas de poder dos Calon do Rancho de Baixo.

CONTEXTUALIZANDO

Importante município do estado da Paraíba⁸, Sousa está localizada no alto sertão, cuja população foi contabilizada em 65.930 habitantes⁹ em 2009. Entre os ranchos de Cima e de Baixo existe um setor de moradia mista, a Várzea das Almas, onde coabitam ciganos e não ciganos. As comunidades dos ranchos, juntamente com outras comunidades vizinhas não ciganas, localizam-se no bairro Jardim Sorrilândia, extremidade de Sousa, do outro lado da BR 230.

Bando, Turma, Grupo ou Comunidade?

Quando nômades, aqueles que hoje são vistos como a Comunidade Cigana de Sousa correspondiam a três *bandos* ou turmas, uma na base do espaço hoje definido como Rancho de Cima, outras duas no Rancho de Baixo. Neste surge com o tempo mais um grupo dissidente do grupo do Chefe Vicente, formando o grupo ou comunidade chefiada por Ronaldo Carlos, agora três ao todo.

No sertão, um grupo de ciganos - uma grande família extensa - era chamado de bando (terminologia de perspectiva não cigana) ou turmas (terminologia de perspectiva cigana), mas não utilizaremos essas expressões por se encontrarem pouco operantes nos dias atuais¹⁰. *Turma* é uma categoria êmica, usual no período nômade, referente à unidade cigana de produção e consumo. *Grupo* e *bando* aludem ao mesmo significado, mas como formas de identificação de origem não cigana endossadas pelos ciganos. O primeiro encontra-se em uso, enquanto o segundo, tal como *turma*, prevalecia no período nômade e hoje é pouco operado no português Calon.

⁸ Entre outras referências, destacam-se em Sousa a produção industrial, a produção e exportação de cocos, o sítio paleontológico Vale dos Dinossauros, o projeto Várzeas de Sousa e, atualmente em construção, um campus para expansão da UFCG.

⁹ IBGE, estimativa da população em 2009, disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>.

¹⁰ As expressões são rapidamente evocadas por ciganos em momentos de rememoração do passado nômade.

O uso prático do termo *comunidade* nasce no pós-nomadismo. Noção de origem não cigana, sua pertinência restringe-se ao período pós-nômade e pressupõe o tratamento recebido como grupo social compreendido como parte da sociedade não cigana. O termo prevalece em textos científicos, jornalísticos, discursos políticos, documentos policiais e noutras menções de naturezas várias, além de constar no vocabulário usual dos próprios ciganos ante as interações com não ciganos. Três dos quatro grupos estão inscritos como associação e dispõem de CNPJ, afora o de Ronaldo, formado há poucos anos e ainda não registrado. Mas a referência social aos ciganos de Sousa explora o termo em duas dimensões: a descrita acima, referente a cada grupo, ou quando em menção a todos os ciganos de Sousa, que em nosso trabalho substituímos por *Comunidade Cigana de Sousa*, equivalente ao grupo do Rancho de Cima somado aos três outros conviventes no Rancho de Baixo. Por fim, para nossa discussão, uma vez que tratamos da realidade cigana pós-nomadismo, fazemos uso de *grupo* e *comunidade* dentro de uma relação sinonímia.

Ranchos

Rancho inicialmente correspondia ao acampamento de um grupo cigano. Um grupo estava arranchado quando acampava numa zona afastada do centro urbano, em contato com a natureza. Os arranchamentos poderiam durar, em média, entre quinze dias e dois meses, até que as possibilidades de atividades econômicas fossem esgotadas naquele setor.

Em Sousa, os arranchamentos eram comuns, e os grupos que hoje formam a Comunidade Cigana de Sousa arranchavam-se com frequência no seu entorno como ponto de referência da rota nômade, onde costumavam confraternizar-se nas datas ou eventos festivos. A partir do momento em que começaram a “parar pra morar”, cada um deles arranchou-se num espaço próximo ou vizinho aos demais. O grupo de Pedro Maia foi o primeiro a chegar naquele território e instalou-se num setor de terreno elevado. Anos depois, as turmas dos chefes Vicente e Eládio arrancharam-se lado a lado, em terreno baixo, distando do primeiro grupo algo em torno de um quilômetro e separados entre si por poucos metros. Com o tempo, convencionou-se em Sousa referir-se a cada aglomerado como: Rancho de Cima,

no qual habita o grupo do Chefe Pedro Maia - hoje conduzido por seu filho e Chefe Coronel - e algumas outras famílias independentes ou ligadas a algum dos grupos do outro rancho; e Rancho de Baixo, composto pelos grupos de Eládio, Vicente e Ronaldo Carlos.

O espaço que engloba os dois ranchos, bem como a zona de mediação entre ranchos, que definem como a “Várzea” – setor de moradia mista entre ciganos e não ciganos –, formam o grande território cigano de Sousa, quem sabe o embrião de um futuro bairro cigano. Referimo-nos à soma das comunidades, quando circunstancialmente unidas por interesses comuns, como *grande comunidade cigana de Sousa*. Referimo-nos aos Calon, como grupo cultural ou social distinto, como *povo cigano de Sousa*. Uma vez que nosso foco de análise voltou-se mais para as dinâmicas estabelecidas entre as comunidades do Rancho de Baixo, em muitos momentos o termo *comunidades* restringe-se aos grupos que habitam essa fatia de território, precisando que o leitor observe bem o contexto para entender quando incluir ou não o Rancho de Cima.

ESCLARECIMENTOS GERAIS

Utilizamos iniciais ao referirmo-nos aos interlocutores com os quais estabelecemos relações pouco ou nada formais e de cujas interações extraímos informações relevantes à construção do nosso entendimento. Já no caso dos principais interlocutores ciganos, uma vez que são bastante divulgados em publicações de várias naturezas e que são pessoas notáveis que nos auxiliaram sem qualquer receio de exposição, utilizamos os devidos nomes ou apelidos.

Na linguagem cigana, algumas expressões são utilizadas para definir o *não cigano*. De uso comum e já publicada pelo Chefe Coronel em seu livro, os termos *Juron*, *Jurin* e *Jurens* significam, respectivamente, homem não cigano, mulher não cigana e pessoas não ciganas¹¹. No caso da expressão *Jurens*, o “s” da desinência de número sugere-se decorrente da influência da língua portuguesa sobre esse dialeto cigano, pois não há qualquer correspondência estrutural entre a língua cigana ou *linguagem cigana*¹², e o uso do “s” como designativo de forma plural.

¹¹ FIGUEIREDO, 2010. Ver também GOLDFARB, 2004, p. 104

¹² Categoria de identificação nativa usual para referir-se à língua Calon (ou Chibe), mas não única.

Duas outras expressões usuais no vocabulário dos membros da comunidade, principalmente entre os mais velhos, e que mencionamos em alguns trechos, referem-se aos termos: *particular*, de uso frequente em referência aos não ciganos casados com ciganos e que vivem fora do grupo, ou significando apenas não ciganos; e *brasileiro(a)(s)*, utilizado para referir-se ao(s) não cigano(s) do país com o qual convivem.

Definimos o termo *protetor* em referência ao não cigano que goza de algum status de poder local, geralmente político, e que intercede positivamente na realidade cigana, geralmente suprimindo alguma de suas necessidades básicas, entre moradia, alimentação, emprego, defesa social, etc. Ao intercessor que oferece auxílio dentro de uma relação de troca de favores denominamos de *mediador de poder*, categoria na qual se encaixam alguns políticos que oferecem auxílios e providências em troca da fidelidade eleitoral dos ciganos.

Os nossos principais interlocutores do Rancho de Baixo foram o Chefe Ronaldo Carlos e o Líder Maninho (Cícero Romão Batista). O primeiro é sexagenário, Chefe de sua comunidade e Líder da comunidade do Chefe Vicente, homem que viveu metade da vida nômade e a outra metade em moradia fixa. Tem atuado como representante do Rancho de Baixo diante da sociedade não cigana e compõe a direção executiva do CCDI. O segundo é trintão, jovem líder emergente, proveniente da comunidade de Vicente, genro de Ronaldo Carlos e que representa a visão e as necessidades dos mais jovens das comunidades do Rancho de Baixo.

Para facilitar a ação empírica, utilizamo-nos de *eixos de sociabilidade cigana*, e nestes de *pontos de referência setorial*. O primeiro conceito surgiu da identificação, dentro do rancho, de zonas de sociabilidade rotineira em maioria compostas dos residentes do referido setor. Cada eixo emana uma variedade de elementos culturais observáveis que também podem vir a ser percebidos nos demais, mas cada qual podendo dispor de certas peculiaridades, como, por exemplo, a maior recorrência de jogos de carta em um deles, maior frequência de crianças brincando em outro, etc. Para garantir uma interação mais fácil com cada eixo de sociabilidade, era preciso frequentá-lo com constância e observá-lo por longo período de tempo.

Os *pontos de referência setorial* correspondem às residências de pessoas que nos recebiam quando de nossas paradas nos eixos. Era onde geralmente nos

situávamos para conversas individuais ou em grupo, ou ainda onde nos isolávamos para organização dos dados. Também funcionavam como pontos de apoio, nos quais recebíamos assistência para descanso ou alimentação. Durante o tempo de permanência no rancho, muitos ciganos tendiam a socializar-se mais nas imediações de suas residências.

* * *

O interesse pelo tema nasceu de um trabalho desenvolvido quando da Graduação em Arte e Mídia, na Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. De tema livre, individual e escrito, a simplória pesquisa sobre *ciganos*, após longo período sem ideias estimulantes, representou o primeiro contato bibliográfico e iconográfico relevante com esse universo. Após uma breve coleta de informações na internet, conheci a publicação de Moonen postada no site do Dhnet¹³. Tomei conhecimento dos ciganos de Sousa e do elevado grau de pobreza e discriminação sofrida de não ciganos. Não entendi como aquilo poderia transcorrer em harmonia com uma cultura de música, cores, alegria, sensualidade, pois eram esses os conceitos primários que para mim definiam o povo cigano – e não aqueles que remetem ao estereótipo negativo propalado através do tempo.

De fato, a *diferença* foi o dispositivo que estimulou o interesse de sair do imaginário e acarear a realidade, pois aquilo também representava uma releitura de valores gerais nunca antes por mim relativizados de forma consciente e com tanta entrega. Eis aí o primeiro *insight* antropológico em estado bruto, pois, mesmo já havendo lido o trabalho de Moonen, não conhecia a proposta da Antropologia enquanto campo do saber, confundindo-a, até aquele período, com alguma forma de estudos arqueológicos. Três anos após uma tentativa de distanciamento do tema – pois nada me obrigava a mantê-lo em curso a não ser um interesse íntimo e quase catártico permeado de sentimentos assistenciais –, impulsionado pela necessidade de constatação daquela realidade, conversei pessoalmente com um grupo representativo dos ciganos em Sousa, dessa vez, vislumbrando a articulação de um vídeo documentário no qual pretendia registrar uma cultura e divulgar um quadro social. A curtíssima vivência de três dias me despertou a necessidade de

¹³

Conferir em: www.dhnet.org.br.

compreender a questão com mais profundidade e propriedade científica, aguçando o interesse e a busca pela Ciência Antropológica.

A trajetória percorrida entre o despertar do interesse pelo tema e a conclusão da coleta de dados ensinou-nos quanto à importância da experiência estabelecida com o campo na direção dos próprios rumos da pesquisa. Tal percepção ensinou-nos, nessa primeira e desbravadora viagem ciganológica, que a acuidade de dar ouvidos ao que ele (o campo), personificado nas ações e discursos dos nativos, tem a comunicar ao pesquisador, pode revelar uma teia de elementos de maior profusão que o esperado. Desse modo, manter os sentidos alertas e observar a sua (do campo) expressão espontânea, em nosso caso, revelou-nos um quadro que permitiu enxergarmos não só um caminho etnográfico de interesse e concórdia para ambas as partes como, principalmente, maior profundidade sistêmica dos dados coletados.

Desde o despertar do interesse pela antropologia até o final do primeiro ano de estudos no PPGA/UFPE¹⁴, fui enxergando caminhos mais concretos e operacionais para refletir sobre essas *mudanças culturais*. Já havendo concluído um semestre de estudos no mestrado, em julho de 2010, imediatamente três dias antes de viajar para 27ª RBA, estive por dois dias úteis novamente em Sousa, acessando não as comunidades, mas apenas duas de suas autoridades: os chefes Coronel e Ronaldo Carlos¹⁵, os mesmos com quem já havia interagido quando da primeira visita, três anos antes. Além deles, conversei com pessoas que estabeleciam relações de interação com membros das comunidades, momentos em que percebi haver um papel relevante de agentes externos interventores da realidade social e/ou cultural daquele grupo étnico. Os contatos resultaram em algumas suposições. Primeiramente, de que sinais diacríticos haviam sido adotados em decorrência de uma necessidade de ajustamento cultural dos membros dessa comunidade a uma ideia de ciganidade gerada a partir daquilo que não ciganos idealizam sobre ciganos. Dentro dessa reflexão, por exemplo, o culto a Santa Sara Kali¹⁶, praticamente inexistente no passado religioso desses ciganos e levados ao seu conhecimento,

¹⁴ Período que durou em média 3 anos ao todo, nos quais não me envolvi numa preparação intensiva na área, pois dividia meu tempo entre execuções de projetos culturais, exercício de atividades remuneradas e com o envolvimento paulatino com a antropologia por meio de uma ou outra leitura introdutória, algumas mais em antropologia visual.

¹⁵ Ao longo da dissertação, me refiro ao Chefe Ronaldo Carlos de formas variadas: Chefe Ronaldo Carlos, Chefe Ronaldo ou apenas Ronaldo.

¹⁶ Santa cultuada por grupos ciganos de etnias distintas.

primeiro, por meio de padres da Pastoral dos Nômades do Brasil e, depois, reforçado por um não cigano autodenominado ciganófilo¹⁷. Ocorria, contudo, que a maior parte da comunidade não a conhece na prática e alguns de forma alguma, ficando clara a imensa probabilidade de Sara Kali nunca haver sido parte do grupo de santos ou mártires religiosos cultuados por esses Calon, supostamente também por tantos outros grupos que habitam o sertão nordestino e de outras regiões do país. Vale salientar que sua imagem se encontra na mesa de reuniões do CCDI, adotada como Santa por seus gestores.

Além dessa questão, compreensões complementares sugeriam o rumo das pesquisas. As informações levantadas nesses dois dias também nos levaram a perceber o papel do CCDI como vetor de dinamização cultural, já que as articulações em torno dessa instituição os levavam a dinâmicas estratégicas de representação da identidade cigana e de articulações de poder.

Já na etnografia realizada entre abril e outubro de 2011, a observação de que havia uma relação entre a organização política dos grupos do Rancho de Baixo, estratégias de empoderamento político (baseado no valor do voto) e a articulação de um discurso único em prol das necessidades gerais dos ciganos do rancho chamou-me a atenção, uma vez que estava diretamente associada à ligação dos ciganos com a política sousense, que mediou e garantiu a chegada e permanência dos grupos em Sousa. Essa questão tanto gera algumas tensões dentro da comunidade cigana como entre o Rancho de Baixo e a atual gestão do município, tornando-se uma rica fonte de dados etnográficos e que, pela forma intensa como apresentava correlações entre a situação social e cultural desses grupos, decidimos concentrar mais atenção na observação desse aspecto da realidade cigana em lugar de analisarmos a *religiosidade* e a *dança* como categorias analíticas.

¹⁷ Professor de História, chefe do cerimonial da prefeitura e dançarino. Estabelece relação de proximidade com muitos jovens ciganos do Rancho de Cima. Organiza, coreografa e dirige um grupo de dança cigana. A dança, em maior parte dedicada a Santa Sara Kali, funciona um ritual de devoção daqueles ciganos por essa entidade.

CAPÍTULO I

A CONSTRUÇÃO DO CAMPO

Iniciei o trabalho de campo propriamente dito em 23 de abril de 2011. Antes, estive por duas ocasiões na comunidade cigana de Sousa. A primeira foi em abril de 2008, na qual, ainda não vinculado à academia para fins de pesquisa, e apenas com pouca leitura feita acerca do universo cigano, fui por conta própria conhecer de perto essa comunidade. Por razões financeiras a experiência se deu em apenas quatro dias, cujo primeiro restringiu-se à minha chegada ao município de Pombal, num fim de tarde de uma quarta-feira bastante chuvosa, aonde me alojei na casa dos pais de um amigo. Cheguei à Sousa no dia seguinte numa van de lotação em torno das 11 horas. Pombal dista de Sousa em cerca de cinquenta minutos de carro no sentido litoral/sertão. Cinco minutos após pisar em solo sousense pela primeira vez, seguiu-se também o meu segundo contato com um cigano na vida¹⁸.

O motorista da van havia me orientado a obter informações sobre a comunidade cigana na sede da prefeitura. Desci do veículo exatamente nos fundos dela, no outro lado da rua Pres. João Pessoa, quase em frente à agência do Banco do Brasil, centro da cidade. Antes de atravessá-la, notei que, numa distância média de 20 metros, do outro lado da rua, havia uma senhora que em muito conotava ser uma cigana. Movido pela curiosidade do primeiro contato segui em sua direção, todavia sem saber o que fazer de fato. Ao me perceber, pediu para ler a minha mão. À sua leitura seguiu-se o pedido da contribuição feito com nenhuma imposição, mas com hábil persuasão. Inveja e olho grande sobre mim foram os principais males ressaltados naquela consulta. Após dar a singela contribuição, iniciou-se a segunda etapa daquela abordagem, um desdobramento daquilo que me acabara de ser dito. Iniciou-se um trabalho de desmanche de feitiços por meio do desatar de nós de um pequeno cordão, somando-se, em sequência, a orações e conselhos. Outra contribuição me fora pedida e, no máximo, tripliquei em suas mãos o pequeno valor que já houvera dado, tudo que podia dispor naquela ocasião, e agradei. Nesse

¹⁸ O primeiro contato, rápido e predominantemente visual, se deu quando criança, por volta dos sete/oito anos de idade.

momento, dela aproximou-se um cigano que aparentava ser um decênio mais novo. Lembro bem do chapéu preto e das feições características. Saí por um lado, eles pelo oposto, indicando que fui o último consulente daquela manhã e também daquele dia. Fiquei discretamente observando sua ida.

Através dessa experiência, vivenciei, ao mesmo tempo, o primeiro contato com um sousense em solo, o primeiro com um Calon de Sousa, o segundo com um cigano na vida. No papel de consulente, fui um mero observador do que se passava comigo. Durante o contato, quase não fiz perguntas. Depois, apenas fiquei refletindo sobre aquilo, uma experiência comum a muitos, mas totalmente nova para mim. Durante aproximadamente cinco minutos, experimentei um misto de sensações que resultou de sentimentos imbricados pela emoção de um primeiro contato, pela curiosidade do diferente, por um certo instinto investigador e por algum nível de sensibilização assistencial, pois já sabia do grau de pobreza e discriminação no qual se encontrava a maioria daquele pessoal. Tive também alguma sensação de sorte, pois já imaginava ser pouco comum naquele período encontrar ciganas praticando a leitura de mãos no centro de Sousa, uma vez que há tempos o mercado de consulentes da quiromancia já se encontrava escasso naquele não tão populoso município¹⁹.

Em seguida, me dirigi à prefeitura no clima de que havia começado bem a minha jornada ciganológica, jornada ainda mais aventurada que planejada. Lá, obtive indicações de nomes importantes de pessoas que poderiam auxiliar naquilo que eu buscava, dentre eles César Nóbrega, que se tornaria o meu primeiro interlocutor e, já na extensa etnografia realizada três anos depois, um grande amigo com quem pude contar para necessidades várias. César me introduziu na realidade da questão cigana em Sousa, explicou as suas ligações com o Centro Calon de Desenvolvimento Integral - CCDI e com os ciganos, além de me indicar nomes, pessoas e telefones com os quais eu poderia conseguir boas informações. Ao mesmo tempo, demonstrava um notável senso de proteção com relação àquelas pessoas, cuidadosamente sondando e conferindo as minhas intenções.

Além de César, naquilo que posso considerar como uma primeira fase da pesquisa de campo exploratória, tive como interlocutores o Gerente das Cidades em gestão naquele período, um chefe cigano e alguns membros da comunidade do

¹⁹ Sobre o esgotamento de consulentes da quiromancia na cidade ver MOONEN, 2011b.

Rancho de Baixo. A ordem das entrevistas estava a cargo do acaso, ou seja, a quem encontrasse primeiro por indicação de outrem, dado também o pouco tempo previsto para permanência na cidade. Informado de que havia ciganos no prédio do INSS, localizado numa das principais ruas comerciais, fui até lá e encontrei Ronaldo Carlos, que se apresentou como Líder da comunidade do Chefe Vicente, juntamente com seu Luiz Costa, ancião curandeiro aqui ainda septuagenário. Fui muito bem recebido ao me apresentar. Seu Luiz, que rapidamente entendeu o meu propósito, começou por introduzir-me numa história sobre a origem egípcia do povo cigano. Após esta introdutória e breve recepção, me convidaram a encontrá-los no Rancho de Baixo no mesmo dia à tarde. Na sequência, por orientação de Ronaldo, fui ao prédio do SAMU, próximo ao INSS, procurar alguém de nome Damião Cigano, filho adotivo do Chefe do Rancho de Cima Pedro Maia, indicado como alguém que mediará a minha ida a essa comunidade. Encontrei-o e acertamos: estaria lá no dia seguinte à tardinha.

Ainda no mesmo dia à tarde fui à casa de Ronaldo. Uma rápida aglomeração com uma média de 10 a 12 ciganos formou-se ao meu redor, todos muito educados e de gerações variadas. Além de Ronaldo e seu Luiz estavam presentes o Chefe Vicente Vidal de Negreiros, seu filho Reis e parte da família nuclear de Ronaldo – sua esposa e três filhas. Também estava lá um cigano jovem do município vizinho Marizópolis, que passava alguns dias com familiares do Rancho de Baixo. Afora três ou quatro pessoas do núcleo anfitrião, as demais paravam provisoriamente e em poucos minutos saíam, ao passo que outras chegavam, o que aparentava tratar-se de uma rápida sondagem quanto a natureza da visita. Logo percebi haver naquele momento um grande fluxo de interações sociais que ocorria em agrupamentos, alguns para jogos de carta, outros para rodas de conversas.

Ronaldo logo me pede para sentar no seu melhor assento, de maneira que seria de grande desfeita a todos não aceitar. Durante toda a conversa estive à frente das respostas, cujo efeito aparente foi o de estabelecer o modelo da conversação como uma postura a ser aplicada àquele caso e que aos presentes definia os limites da interação, porém todos interagiram, confirmando ou completando as suas palavras dentro do que era pertinente.

O clima era descontraído. Durante 4 horas de visita alternamos entre temas como a tradição, as mudanças culturais, o preconceito e os anúncios quanto

ao advento do CCDI, cuja construção ainda não havia sido iniciada. Mais que por indução das perguntas, o tema *cultura cigana* torna inevitável à relação entre o passado nômade e o presente no qual “pararam para morar”. Tanto na ótica cigana quanto na nossa, essa mudança de condição territorial – talvez a mais representativa mudança cultural dessas comunidades – é sempre direta ou indiretamente mencionada como o dispositivo de todas as demais mudanças percebidas no grupo, no que os mais velhos passam a se preocupar, sobremaneira, com a adoção de modos não ciganos, rapidamente assimilados pelos jovens da comunidade.

De acordo com o grupo presente, todos os homens gostariam de negociar algo, principalmente animais equinos e caprinos, porém a maioria não dispunha de capital para isso. Também, a partir da sedentarização desse grupo Calon, o uso da língua enfraqueceu-se. Ronaldo argumentou que, se estivessem andando pelo mundo, os jovens se interessariam por aprender a língua. Sobre outras tradições, observou que “... *homens e mulheres liam mãos, tinham muitas rezas boas... coisas que os mais jovens não sabem*” (Ronaldo Carlos, abril de 2008). Quanto às vestimentas femininas, afirma: “... *gosto de uma mulher bem vestida, com roupa bonita, com vestido longo... hoje tá mais aberto, as mais jovens vestem roupas curtas, bermuda, blusa..., não gostam de roupas compridas... não querem seguir o jeito dos antigos*” (idem). Quanto ao matrimônio, era predominantemente endogâmico. Hoje cresce por entre os ciganos a presença de “particular”, ou seja, cônjuges não ciganos. Sobre isso, seu Luiz, ancião do grupo do Chefe Vicente, dizendo-se detentor de muitos conhecimentos²⁰, entre rezas, remédios e histórias de seu povo, diz achar muito ruim a mistura, porque “*a cultura era casar cigano com cigano...*” (Luiz Costa, abril de 2008). Não casavam a partir dos namoros, eram os pais que faziam o compromisso. Parte da tradição é vista por gerações mais novas como práticas dos antigos, enquanto ciganos mais velhos veem essas mudanças como resultantes, primeiramente, da vida em moradia fixa, causa do aumento de

²⁰

Status confirmado pelos presentes.

matrimônios entre ciganos e não ciganos²¹ e, por isso, da mistura de valores culturais²².

Antes da despedida, Ronaldo e um primo que o visitava tocaram e cantaram velhas serestas, clássicos da música nacional que aguçavam o sentimentalismo cigano. Ao término do encontro, insistiu em conduzir-me de volta à cidade em sua moto, não aceitando por isso qualquer recompensa.

* * *

Como sugerido por Damião, no dia seguinte, por volta das 15h, fui de mototáxi ao Rancho de Cima. Era um sábado à tarde. Desci em frente à casa do Chefe Pedro Maia. Fui de imediato recebido pelo Chefe Coronel. Percebi que a visita inusitada gerou um clima que conotava tanto curiosidade quanto desconforto, pois, na ocasião, gozavam de um momento pessoal de diversão em grupo, com músicas de CD, bebidas e muita descontração. Mesmo bem recepcionado por todos, não houve como realizar entrevistas aos moldes das empregadas no Rancho de Baixo.

Ali, pouco se conteve o clima de desconfiança quanto às minhas intenções, à procedência e à veracidade do que eu dizia. Apresentei-me e expus os meus propósitos, visando à permissão para pesquisá-los. Pode-se dividir o grupo ali presente em uma parte bastante minoritária, propensa a absorver a minha solicitação, e outra maior, discordante quanto à permissão de acesso, incluindo aqui o próprio Coronel. Após os cumprimentos feitos em roda ao ar livre, dirigimo-nos ao cômodo de recepção de sua casa, uma área dividida em ambiente de cozinha e um espaço com uma mesa que servia para refeições e reuniões. Agrupavam-se ao redor entre 15 e 20 membros da comunidade. Os temas, brevemente abordados, foram os mesmos do Rancho de Baixo. Esse período foi de curta duração. Em seguida solicitei a permissão para frequentar o rancho e iniciou-se ali uma longa e acirrada negociação. Arrisco dizer que as razões para as dificuldades encontradas eram principalmente duas: a minha performance não foi das melhores, pois, mesmo

²¹ De acordo com os interlocutores ciganos, mesmo de maneira pouco recorrente, por meio do matrimônio sempre houve assimilação de Jurin (mulheres não ciganas) na comunidade, porém, raramente ocorrendo entrada de Juron no meio cigano.

²² Tal como o aumento de não ciganos na comunidade, outro vetor dessas transformações de valores estaria na mudança de perspectiva de modo de vida do cigano, agora em busca de formação nas instituições para educação formal, de vínculos empregatícios, e de formas de sociabilidade com não ciganos no lazer, no esporte, na política, no trabalho..., ou seja, para além dos espaços destinados às práticas comerciais, esta a mais recorrente forma histórica de sociabilidade interétnica cigana.

preparado para aproveitar aquele momento, desde o início falou mais alto a impulsividade da “vontade de estar lá”, faltando um pouco com a postura e aparência devidamente adequada a um pretenso pesquisador. Mas, para além disso, ao longo da conversa notei que havia ali uma resistência quanto a mais uma proposta desinteressante, ou seja, eu não estava levando nada de mais a não ser perguntas e incômodos, nada que a primeira vista, na visão daquelas pessoas, oferecesse potencial de contribuição palpável e direta para a sua comunidade. O tom da queixa girava em torno do entendimento de que a proposta servia apenas a interesse pessoal e em nada os beneficiava. Nesse momento, definiram-se os termos da negociação, que se prolongaria até a minha saída do rancho, três horas depois.

Em defesa de minhas intenções, discordei daquela posição alegando estar ciente de que não levava a solução para os seus problemas, pois se tratava de um trabalho de pesquisa, no entanto seus resultados poderiam no mínimo servir para divulgá-los mais, além de fornecer subsídios para aqueles que quisessem realizar políticas públicas na comunidade. A negociação foi intensa. Afirmavam não quererem mais que pessoas crescessem à suas custas, enquanto a comunidade nada ganhava em contrapartida. Ali então, com aqueles argumentos, ao olhar cigano da maioria eu não passava da personificação de uma forma de incômodo já por eles vivenciada. Mesmo ainda visando à permissão de acesso, nos instantes finais meu maior propósito tornou-se apenas contra-argumentar aquela visão, mas sem subestimá-los ou desmerecê-los em suas queixas, desejando apenas, naquela altura, despojar-me da possibilidade de levar comigo a indesejada imagem. Por fim, prestes a despedir-me, vencido pela maioria, César Nóbrega liga para o telefone público do rancho, localizado a poucos metros daquele local, em busca de notícias minhas, e Coronel, reconhecendo-o, passa a me dedicar mais confiança, concedendo-me, nos minutos seguintes, a permissão de atuar em sua comunidade. César é um Gadelha, família repleta de personalidades queridas pelos ciganos de Sousa.

A lição tirada dessa experiência foi bem representativa de duas fortes características da personalidade coletiva dos Calon: a sempre boa recepção, imperativa mesmo em momentos desconfortáveis, e a desconfiança, herança de séculos de perseguição e exclusão, ambos mecanismos que emergem instantaneamente no momento de interação entre Calon e Juron.

Com relação ao primeiro ponto, durante todo o tempo, fui tratado por pronomes de considerável respeitabilidade e nobreza, como *Senhor*, *Doutor* e *Vossa Excelência*, em momento algum utilizou-se o *tu* ou *você*, mesmo estando eu ali aos moldes “estudante largado”, calça jeans simples, sandália de borracha e camisa polo lisa. Também, tal como no Rancho de Baixo, fui muito bem alimentado, não faltando cuidados e atenções, de modo que ocupei um dos melhores assentos que poderiam oferecer-me, mesmo que isso significasse um cigano ficar de pés ou de cócoras.

Quanto ao segundo ponto, entendo que seja consequência direta do preconceito histórico com o qual os ciganos se defrontaram na maioria dos lugares por onde passaram e que, ainda hoje, em dosagens contemporâneas, persiste por parte da sociedade não cigana. Os ciganos de Sousa viveram na pele o lado mais duro do preconceito ainda no período nômade, e embora reconheçam a sua diminuição gradativa a partir do momento em que “pararam para morar” na cidade de Sousa, a desconfiança dificilmente se esfacelaria em menos de 30 anos de residência fixa, ainda permanecendo como pressuposto dessa relação. Não obstante, não faltam razões para reificarem a pertinência desse pressuposto interacional, uma vez que no cotidiano ainda lidam com manifestações discriminatórias nas formas de violência verbal, negação de direitos e, hoje mais raramente, com violência física. Ao mesmo tempo, o sedentarismo vem permitindo a construção de condições mais harmônicas de convívio entre Calon e Jurens²³, proporcionado, em geral, pelo estreitamento e pela intensificação das relações sociais interétnicas, bem como pela ampliação de suas formas para além daquelas restritas em atender às necessidades ciganas de subsistência.

JULHO DE 2010: BREVE RETORNO AO CAMPO

Na visita realizada nos dias 27 e 28 de julho de 2010, não me foquei no contato com nenhuma das comunidades. Restringi-me a uma conversa rápida com

²³ O “s” utilizado para “Jurens” provavelmente decorre da influência do português sobre a língua Calon. “Jurens” é a forma plural com a qual os Calon de Sousa se referem à sociedade majoritária. Notoriamente o “s” é absorvido da língua portuguesa, uma vez que essa desinência de número não é parte estrutural da língua Calon. Também é utilizado como designativo de plural em outras palavras da língua Cigana falada nos ranchos. Supomos que o “i” e o “o” de “Jurin” e “Juron” correspondam às desinências de gênero, respectivamente ao feminino e ao masculino, e o “e” de “Jurens” já corresponda à pluralização da expressão, o que torna o “s” do português redundante no cumprimento dessa função. Sobre as formas empregadas acima, ver mais em: CHINA, 1936, p. 567-569; NUNES, 1981, p. 260.

Coronel e Ronaldo Carlos, os mesmos a quem havia contatado em 2008, agora, respectivamente, presidente e primeiro secretário do CCDI. O objetivo maior foi evoluir na conexão com o campo, uma vez que haviam se passado mais de dois anos da primeira visita. Nesse ínterim, foquei-me na busca de atividades rentáveis, ligadas a minha formação em Arte e Mídia, mas já aos poucos construindo a condição de poder ingressar no universo da Antropologia Cultural. De tão envolvido com trabalhos de outra natureza, cometi o erro de quase não me comunicar sequer com os interlocutores, fato que gerou estranhamento quando do meu retorno²⁴. Explicações dadas, lição aprendida, agradeço a César Nóbrega os alertas que me fizeram refletir sobre o valor do contato, do “dar notícias” como atitude necessária às boas relações de proximidade, característica comum no Nordeste brasileiro e ainda mais acentuada no povo sertanejo.

Além da retomada de contato com as comunidades, essa segunda visita me atentou para observar o papel de alguns agentes não ciganos na realidade social e cultural dos Calon. Ao tempo em que discutia detalhes com César Nóbrega sobre o advento do CCDI²⁵, obtive noções básicas de algumas ações pró-ciganas com as quais estava envolvido. No dia seguinte, através do artista fotográfico Márcio Moraes conheci o não cigano J.B. Algumas indicações o apontavam como alguém que mantinha uma conexão permanente com os Calon. J.B. gentilmente concordou em conceder-me uma entrevista que durou em torno de 1h e 30min. Seus relatos me fizeram enxergar que essa relação incidia sobre alguns aspectos das dinâmicas culturais em curso na comunidade cigana, mais especificamente nos campos da religiosidade e da dança.

Desde o seu primeiro contato com a comunidade, J.B., um “amigo dos ciganos”²⁶, frequentador do Rancho de Cima, um apaixonado entusiasta dessa cultura, professor de história em nível médio, atuante no cerimonial do atual prefeito de Sousa e dançarino local também em processo de fundamentação científica, percebeu que os ciganos de Sousa não tinham conhecimento acerca da santa tida

²⁴ Em dois anos, eu havia feito apenas duas comunicações com cada rancho, e delas apenas uma presencial quando de passagem por Sousa para outros propósitos.

²⁵ Há anos César Nóbrega atua como um agente local em ações voluntárias de articulação política para fins sociais.

²⁶ Modo como os Calon qualificam pessoas que consideram simpáticas, apoiadoras ou aliadas ao povo cigano.

como padroeira dos povos ciganos, com data comemorativa em 24 de maio no Brasil.

Predomina entre os Calon uma fé católica²⁷ ao modo cigano, um catolicismo muito mais pragmático no cotidiano das comunidades do que praticado nas formas convencionais. Mesmo fervorosos quanto aos santos católicos universais, são devotos práticos dos ícones regionais: Padre Cícero Romão Batista e Frei Damião de Bozzano, mas também São Francisco das Chagas, Jesus Cristo no topo da hierarquia e abaixo de Deus, e outros, cuja força na religiosidade do grupo pode ser percebida, por exemplo, nos nomes próprios de vários ciganos, homens ou mulheres²⁸. Damião, Damiana, Cícero, Cícera, Francisco, Francisca, Maria, Jesus²⁹ são alguns dos nomes mais comuns. Interessante que, por exemplo, o uso do nome do Pe. Cícero não se restringe ao primeiro nome, mas a todo ele, ou seja, há muitos Cícero Romão Batista registrados. É comum o mesmo ocorrer com os outros nomes inspirados nos demais ícones, mas não como regra. Tais homenagens são justificadas pela devoção e pela admiração, razão pela qual o falecido governador Antônio Mariz também é homenageado através dos nomes próprios. Outras características do catolicismo cigano estão nas contas usadas, nas orações frequentes, nas velas acesas em devoção aos santos e para fins de promessas, nas longas saias marrons - que remetem ao segmento franciscano e são bastante utilizadas por ciganas da terceira idade.

Durante a entrevista, J.B. revelou estar contribuindo para a inserção do culto a Santa Sara Kali nessa comunidade, cuja localização no CCDI encontra-se no centro da mesa principal, agora, como padroeira dos Calon. Segundo os líderes entrevistados, até que representantes da Pastoral dos Nômades do Brasil lhes apresentassem a santa cigana, desconheciam sua existência. Um contraponto surge numa história contada por seu Luiz e que registrei em 2008, na qual resume a origem dos ciganos como oriundos do Egito africano³⁰, numa versão que supõe participação do povo cigano nos principais eventos bíblicos que marcaram a história dos hebreus, envolvendo a Torre de Babel, Abraão e sua esposa Sara como rainha

²⁷ De alguns anos para cá, tem-se expandido a adesão de algumas famílias a segmentos genericamente mencionados como *evangélicos*, no que, apenas superficialmente, detectamos a presença de três denominações diferentes atuando nos ranchos, dentre elas aquela conhecida como Testemunhos de Jeová.

²⁸ Ver MOONEN, 2011b, p. 7.

²⁹ Ver abordagem semelhante acerca dos nomes próprios em MOONEN, 2011b, p. 140.

³⁰ E não o Pequeno Egito grego.

cigana, a fuga do Egito sob a liderança de Moisés, o convívio com Jesus até os seus 33 anos, a leitura da mão de Jesus pela cigana Esmeralda revelando-lhe a iminência do sofrimento, a fuga do Egito para Portugal e, de lá, a vinda para o Brasil. Não descrevemos a história aqui, mas asseguramos que apresenta muitas lacunas na linha do tempo. Nela há uma curiosa relação feita entre a história do povo hebreu e a história do povo cigano, que do ponto de vista de seu Luiz são associados numa coatuação bíblica quase simbiótica. Nessa história ágrafa, passada pelas gerações, compartilhada por poucos de sua idade e desconhecida pela grande maioria dos membros vivos da comunidade, Santa Sara é associada a Sara, esposa do rei hebreu Abraão.

De fato, nenhum dos presentes naquele momento, todos entre 15 e 60 anos de idade, conhecia detalhes da história de feições mitológicas contada por Seu Luiz, bem como da menção a Sara nessa que diz ter sido uma história herdada de seus ascendentes. Mas convém-nos refletir que a Sara mencionada aqui é a Sara rainha da linhagem ascendente de Jesus, e não a Sara que predomina na literatura ciganológica, associação essa curiosa uma vez que, na versão dominante sobre a Sara dos ciganos, Santa Sara Kali, serve de uma das Marias³¹, além de atender como santa dos desamparados e em situações correlatas, também é procurada como santa da fertilidade e do socorro aos casos de gravidez de risco, e a rainha Sara da Gênesis bíblica vivenciou um milagre em parir uma criança aos noventa anos de idade, Isaac, o filho legítimo do rei Abraão. Portanto, há aqui um indício da presença de Santa Sara no grupo de santos religiosos dos Calon de Sousa, mas que vem sendo disseminada e transferida para a posteridade por força das ações culturais interventivas, seja por via da Pastoral dos Nômades do Brasil, pela contribuição de J.B. ou por influência dos encontros ocorridos entre representantes Calon de Sousa e outros grupos ciganos, nas reuniões realizadas em Brasília pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR.

No caso da contribuição de J.B., este vem conduzindo um grupo de dança cigana atualmente composto por jovens do Rancho de Cima. Iniciou em 2011 um trabalho em parceria com o Ponto de Cultura Estação Cultura, somando esforços para a projeção da dança desenvolvida pelo grupo Calon no circuito cultural de Sousa e fora dela. Na performance, a santa ocupa o centro de um altar circundado

³¹ Maria Jacobina, Maria Salomé e Maria Madalena.

de elementos místicos ou apenas simbólicos, como velas e fitas coloridas, moedas, taças, etc. A dança representa um ritual em sua homenagem. Aqui, não é a santa conhecida por seu Luiz que, pelo viés da dança, está voltando ao seio dos santos protetores dos ciganos, mas a mesma que habita a cripta da igreja de Saint Michel³². Trata-se da Sara negra. Em essência, a literatura cigana conta que, em fuga da perseguição de Herodes aos cristãos, muitos anos após a morte de Jesus, Maria Jacobina, Maria Salomé, Maria Madalena, a serva de uma delas chamada Sara e outros personagens bíblicos masculinos partiram à deriva numa embarcação e, a pedido de Sara, um milagre os teria levado a aportar na terra que hoje recebe homenagem de ciganos de vários países³³.

Quanto ao grupo de dança, J.B. relatou-me em entrevista que os encantos da dança flamenca exerciam forte influência sobre sua ideia de dança cigana, cujo estilo caracterizou a apresentação do grupo num desfile realizado como parte da comemoração ao sete de setembro em 2009. Segundo o próprio, ao perceber o equívoco de recriar aquele estilo dentre os Calon locais, iniciou um trabalho de pesquisa entre os anciões da comunidade cigana com fins de resgatar e reconstituir as caracterizações e os sentidos tradicionais da música e da dança - regozijando-se das conquistas obtidas. Entre os resultados, identificou que a música tradicional desses ciganos girava em torno da moda e do lamento, que cantam os sofrimentos da peregrinação.

Com esses exemplos, J.B. demonstra o caráter de influência de sua atuação. O seu papel o situa como agente de enculturação religiosa dos Calon por meio do grupo de dança, que traz a devoção a Santa Sara Kali de modo aparentemente antes não praticado na comunidade, ou ao menos deixando transparecer aos não ciganos a prática fervorosa dessa devoção.

Os indícios de ter havido uma adesão e valorização do culto a Santa Sara Kali como traço que confere legitimidade à identidade cigana dos Calon de Sousa, a ênfase a esse culto na dança, além da constatação da adesão de famílias ciganas a segmentos protestantes e o rompimento destas com o catolicismo, tudo resultante desses dois dias de coleta de dados, nos levou a escolher a dança e a religiosidade

³² Em Saint-Marie-de-la-Mer, cidade da costa mediterrânea francesa.

³³ A versão de Sara como uma escrava de uma das Marias perseguidas por Herodes é a única divulgada pela literatura cigana consultada para esse trabalho. Entre elas há algumas variantes de detalhes que não modificam a história em sua essência. Ver, por exemplo, PEREIRA, 2009; PIRES FILHO, 2005; FONSECA, 2002.

como categorias pelas quais estudaríamos as dinâmicas culturais dessas comunidades ciganas, mas ao chegar ao campo em 2011, agora para a verdadeira empreitada etnográfica, dinâmicas concernentes a outras categorias nativas não só me chamariam bem mais a atenção como, por forças circunstanciais, se imporiam ao processo de coleta de dados, suplantando o interesse pela dança e pela religiosidade como categorias de análise antropológica.

ETNOGRAFIA 2011

Cheguei a Sousa no dia 12 de abril. Depois de mais de uma semana exclusivamente dedicada a conseguir alojamento na cidade, fui à procura dos chefes para solicitar permissão de acesso imediato aos ranchos³⁴. Agora em 2011, com o projeto em mãos, o apresentei a ambos os líderes com os quais já havia estabelecido relação. Sendo a meta interagir ao máximo possível com os ciganos em sua diversidade, deixei claro o interesse de abranger todo o seu território, a fim de poder conhecê-los bem em vida comunitária. A permissão desses líderes também se justificava pelas funções que naquele momento ocupavam na gestão do CCDI, que eu pressupunha ser um instrumento empoderador das chefias e lideranças, um elemento fortalecedor da influência desses sujeitos sobre suas comunidades. Mas, uma vez que do CCDI não se obtinha qualquer benefício, percebemos que a realidade era bem outra. Largados com um prédio sem atividades, verbas ou qualquer outra forma de assistência, até o fim da pesquisa de campo, em 23 de outubro de 2011, praticamente nada provinha do CCDI, a não ser a frustração coletiva das perspectivas geradas quando de sua fundação.

O projeto de mestrado fora entregue primeiramente ao Coronel, o presidente do CCDI. Em meio ao tempo em que aguardava a sua resposta, fui ao Rancho de Baixo à procura de Ronaldo Carlos e dos demais chefes. Entreguei-lhe o projeto na expectativa do seu consentimento. Três dias depois me disse haver gostado e assinou de imediato. Entendi que sua permissão me abria acesso as duas comunidades, a sua própria e a do Chefe Vicente. Aqui, ainda a religiosidade e a dança eram as categorias de análise almejadas para pesquisa. Segui para a casa do

³⁴ Durante reunião realizada entre o Chefe Coronel, Presidente do CCDI, e o advogado César Nóbrega, Já havia solicitado àquele, bem como ao Chefe Ronaldo, o aval necessário ao desenvolvimento do projeto de mestrado.

Chefe Eládio, a poucos metros da casa de Ronaldo, no intuito de fazer a mesma apresentação e, em seguida, solicitar-lhe a permissão de frequência e assinatura do projeto. Esse foi o meu primeiro contato com o chefe para fins de diálogo, já que apenas rapidamente o cumprimentei em 2008. Com gentileza, após a minha apresentação, disse-me que não seria necessária sua aprovação, posto que os chefes e líderes coabitantes do Rancho de Baixo haviam elegido Ronaldo como representante daquelas comunidades para filtragem de todas as propostas exógenas de naturezas diversas dirigidas aos ciganos, por isso, como representante dos interesses comuns, seu aval valeria para todos, o que, na prática, correspondia mais a uma carta de crédito, um voto de confiança para seguir em frente, do que à garantia de acesso pleno àquelas vidas e suas relações intra ou interétnicas, pois essa condição, dali pra frente, deveria ser tecida por mim a cada passo dado no rancho. Refleti e entendi que Ronaldo não me havia adiantado essa informação por respeito à autonomia de cada comunidade, três no total, deixando que o próprio Chefe Eládio me expusesse o combinado, fazendo-me entender que uma coisa se tratava da autonomia de cada grupo, outra das estratégias adotadas para defesa de interesses comuns. Essa dinâmica já se tratava de uma iniciativa concreta de organização política das comunidades do Rancho de Baixo frente às relações interétnicas em Sousa.

Ao nosso olhar, essa medida indicia o processo de reagrupamento das três comunidades³⁵, uma verticalização com potencial para ocasionar mobilidades hierárquicas, bem como a ressignificação do papel do líder e do chefe cigano. Em alguns dias, compreendemos que se poderia estabelecer um *link* claro dessa articulação com o advento do CCDI e a cena política de Sousa. Logo enxergamos que motivações políticas, estimuladas pela quase nulidade de divisão territorial entre as comunidades, as estavam conduzindo ao formato de origem. Dessa forma, aquilo que agora, daquela realidade cultural, se salientava aos nossos olhos, nos levava a refletir sobre essas dinâmicas dentro de uma conjuntura mais ampla, que envolvia as comunidades, suas relações com os não ciganos e o Estado, e a cena política local.

³⁵ Relatos obtidos formal e informalmente de alguns membros da grande comunidade cigana de Sousa apontam para a origem tribal comum entre todos os quatro grupos, quando há muitos anos antes da “parada para morar”, formavam uma só tribo atuante mais na região do interior cearense, em dimensões que chegavam a abranger, na rota nômade, também a região de Sousa, situada a poucas horas de Umari, Ceará, eixo do qual partiam e para o qual voltavam das incursões nômades do período, substituída em seguida por Sousa, que passou da condição de eixo da rota nômade para a cidade escolhida para habitação.

* * *

Logo nas primeiras visitas, busquei conhecer melhor a comunidade para além dos discursos comuns proferidos, e também deixei que ela me sentisse, de preferência na mesma proporção. Nessa fase, a pesquisa, que já tinha uma direção predeterminada, voltou a ser predominantemente exploratória naqueles momentos. Procurei abrir a minha observação ao dia a dia da comunidade, aos sentimentos ciganos, a perceber, quiçá compreender, o todo a partir do singular, do corpo a corpo, abrangendo-me a tantos membros das comunidades ciganas quanto possível num curto espaço de tempo, o máximo permitido diante do cronograma preestabelecido. Comparo as sensações com a situação de estar pela primeira vez em campo após aprender futebol apenas pela teoria, ou seja, - e agora??

Inicialmente defini o período entre abril e julho para realizar toda a pesquisa, mas o próprio campo me impôs a prudência da qual não poderia fugir, sob o risco de, na falta de subsídios adequados, fazer uma leitura precipitada ou distanciada da realidade, ou ter que contentar-me com informações superficiais e insatisfatórias para nossa pesquisa. Essa situação decorreu principalmente do pressuposto da desconfiança, que, por sinal, vigorou durante todo o primeiro cronograma do trabalho de campo e contra a qual não me restava outra alternativa que não lançar-me na aventura da alteridade e esperar do próprio tempo a devida solução. Esta situação pode ser definida como a visão sobre o *pesquisador como agente mal intencionado* e/ou *que visa enriquecer à custa dos ciganos*.

O Pesquisador como Agente Mal-Intencionado

Muitas foram as desconfianças acerca das minhas intenções como pesquisador. O povo cigano, ao mesmo tempo em que dispõe de uma incontestável sabedoria e capacidade de adaptação que lhes garantiu a sobrevivência até os dias de hoje, traz consigo as marcas da discriminação ferrenha, sofrida desde os primeiros tempos de sua entrada no ocidente, como repressão aos aspectos dos modos ciganos considerados negativos pelos povos europeus. Nos primeiros séculos, a literatura nos traz informações sobre o uso de supostos *salvo condutos* concedidos por papas, imperadores e reis para livre trânsito nas regiões europeias,

que lhes garantiam boas recepções e direito de saques indiscriminados às sociedades por onde passaram³⁶. Mas a outra face dessas reprovações, que mais tarde lhes infligiram represálias letais, estaria também no fato de comportarem uma cultura cujo misticismo, principalmente a leitura da sorte, era visto como herético pelos valores dominantes.

A inquisição católica e a perseguição nazista se destacam entre os eventos que mais exterminaram ciganos no mundo. Nos dias de hoje, as perseguições acontecem com outro teor de brutalidade física, porém, com grande violência psicológica, sendo o caso mais repercutido da atualidade o da França, cujo presidente promoveu o desmantelamento de dezenas de acampamentos e a expulsão de milhares de ciganos para a Romênia e Bulgária entre 2009 e 2010, contrariando acordos de livre circulação entre os países da União Europeia e inspirando a Itália a declarar plena concordância e interesse em agir da mesma forma.

O caso da França ganhou notoriedade mundial, todavia, guardadas as proporções, situações parecidas ocorreram durante séculos no Brasil, e com os Calon do sertão nordestino não ocorre diferente. Variadas fontes, de dentro e de fora da comunidade, indicam que grupos eram rejeitados por autoridades de muitas das pequenas cidades, nos sítios e vilarejos por onde passavam, tendo sido comuns expulsões à base de brutalidade. O Chefe Ronaldo Carlos, que “andou pelo mundo”³⁷ até os 32 anos de idade, entende que viveu momentos de felicidade antes de pararem em Sousa, pois, quando jovem, não tendo ainda responsabilidades com família, curtia com leveza os momentos de festejo e as rodas de música realizados à noite nos acampamentos. Contudo, é enfático ao afirmar que não troca a tranquilidade de estar parado pelas incertezas e dissabores do nomadismo.

“Nossa vida foi uma vida muito sofredora... o povo tratando a gente como animal... eu passei muita fome... eu lembro muitas vezes que nós saía, 7h da manhã de viagem, ia fazer almoço 1h da tarde pra botar comida no fogo... dormindo no chão quente... passava num canto e o povo chamando nome com nós...” (Ronaldo Carlos, em 2008)

³⁶ Ver FRASER, 1997, p. 39-86.

³⁷ Expressão utilizada pelos membros da comunidade em referência à prática do nomadismo.

Em seu livro *Calon – História e Cultura Cigana*, Francisco Soares Figueiredo, o Chefe Coronel, corrobora com as palavras de Ronaldo quando, já na introdução, define a sua obra como “a verdadeira história de um povo marcado pelo marasmo da fome, da sede e da discriminação” (2010). Ao longo de uma abordagem que parte de sua realidade biográfica para explicar a vida cigana, desenvolve temas variados, com menções ao sofrimento da discriminação por onde passavam proveniente dos Jurens:

“... É difícil esquecer a maneira de como foram e ainda são tratados os Ciganos. A maneira como eles tratavam e ainda tratam os gadjens³⁸, com humildade, com educação, com respeito, mas os Jurens (povo não Ciganos) não ligavam pra nada disso. Só os tratava de forma grosseira: ladrão de cavalo, ladrão de galinha, ladrão disso, ladrão daquilo outro, vagabundo, desnaturado, filho do diabo, tudo que fazíamos era sempre errado. Ninguém fazia mal feito quando nós chegávamos, somente nós éramos culpados de tudo e nós acatava tudo isto como quem fossem grandes elogios e somente Deus era testemunho de toda essa humilhação.” ³⁹ (FIGUEIREDO, 2010, p. 10)

Mais adiante, Coronel relata com mais especificidade os momentos de sofrimento da vida nômade:

“Viviam de arriba em arriba dificilmente demoravam em uma cidade por muitos dias as queixas chegavam de vez em quando às autoridades da cidade que eram obrigadas a expulsá-los do município. Às vezes saiam sem tomar o café da manhã, sem almoço passavam horas e horas sem tomar nem se quer um copo com água. As crianças dormindo ao meio dia em ponto em cima de um lombo de um jumento e nem se quer um simples guarda sol eles tinham para que pudessem amenizar tanto sofrimento. Quando chegavam para se acamparem não tinham mais energia suficiente para mais nada a não ser para se escorar em um tronco de uma árvore que lhe servirá como cama. Com os pés inchados e corpo banido pela viagem longa assim sendo não demora muito para eles adormecerem. No dia seguinte com o rosto cheio de poeira, cansado e abatido começa novamente a peregrinação até que um filho de Deus lhe estendesse a mão.” (Idem, pág. 23-24)

³⁸ No cotidiano, praticamente não se ouve as formas Gadjo, Gadji, Gadjens ou Gajo, Ganjão e Gajão como denominadores dos não ciganos, mas sim Juron, Jurin e Jurens.

³⁹ Nossa transcrição está exatamente fiel ao texto original.

Hoje, os mais velhos quase não confiam na possibilidade de haver algum não cigano bem intencionado para com eles. Naturalmente, orientam as gerações mais novas a praticarem a evitação, bem como outras precauções que os desviem de sofrer velhos transtornos. Essas mesmas regras, pautadas na *máxima cautela com as intenções alheias*, são o legado da discriminação clássica, tendo, por outro lado, contribuído bastante para a coesão e autoconservação do grupo, e isso mesmo em termos populacionais. Dentro dessas medidas de autoproteção está a necessidade de resguardar-se daquele que *enriquece às custas dos ciganos e nada lhes proporciona em retorno*, ou seja, em benefício palpável, concreto aos seus olhares. Segundo ressalta a maioria dos ciganos com quem interagimos, muitas são as propostas de realização de trabalhos e projetos que chegam aos ranchos, sejam eles acadêmicos, artísticos, jornalísticos, documentais, políticos, assistenciais, religiosos... Em geral, reclama-se daqueles que supostamente exploram a imagem do cigano, no que muitos afirmam que estes “ganham muito dinheiro” e “sequer retornam ao menos para visitá-los depois”. Logo entendi que “ganhar muito dinheiro” pode ser estendido a qualquer forma de obtenção de vantagem com aquilo que é absorvido da comunidade, alguém “se dar bem” sem que haja uma contrapartida como resposta.

Um exemplo disso coincidentemente ocorreu conosco no segundo mês de trabalho de campo. Uma instituição local solicitou-me para mediar uma oficina de produção de vídeo voltado exclusivamente à comunidade e que consistia no aprendizado videográfico com simples recursos de produção. Parte da oficina de cinco dias também seria realizada dentro do território cigano. Mediei o processo, contatando líderes e assumindo a responsabilidade pelo cuidado com as crianças e os adolescentes que quiseram participar, uma vez que a primeira parte da oficina fora realizada na própria instituição proponente. A questão foi que, nas atividades práticas, a saber, as filmagens nos ranchos, a única solicitação daqueles que se deixaram filmar foi receber uma cópia do material para ficar de lembrança. O tempo passou e a desculpa para a não cessão da cópia até aquele momento estava em manter o filme inédito até sua exibição na própria instituição. Esperamos o momento acontecer, meses se passaram. Semanas depois da estreia o setor responsável tanto pela oficina quanto pela administração do seu produto ainda nos impunha

dificuldades para a cessão da simples cópia da qual eu faria outras por conta e, em seguida, as entregaria aos que, por combinado, eram de direito. Após muitas idas e vindas, a procrastinação terminou por intervenção de um superior dessa instituição que desconhecia os fatos, já pouquíssimos dias antes do fim da nossa etnografia, em outubro de 2011. O que nos chama atenção é que prometer foi fácil, garantindo que tudo corresse bem para os realizadores, mas a promessa só foi cumprida depois de muita insistência minha, sempre ouvindo desculpas na linha “passe depois”, e se tratava apenas de uma cópia do material coletado no rancho, prometido aos próprios atores filmados.

Outra situação análoga, mas sem o cumprimento da contrapartida, havia acontecido numa outra modalidade de trabalho artístico, ocorrido pouco antes de minha chegada ao campo, e nesse caso o custo não passava de médios cinco reais⁴⁰.

No caso da pesquisa antropológica, principalmente em etnografias clássicas, penso que é fácil criar-se laços de proximidade entre o pesquisador e os pesquisados, de modo que aquele deve fazer-se claro a fim de evitar que suas atitudes gerem expectativas para além de suas possibilidades reais de atuação. Tais expectativas podem ocorrer por razões várias, e de nossa experiência destacamos duas delas. Uma diz respeito à *má interpretação quanto ao papel do pesquisador por parte dos sujeitos pesquisados*. No caso da interação entre cosmovisões distintas, em que dois universos convivem no esforço de compreender-se mutuamente, promessas, discursos, tom de expressão, opiniões, e outras atitudes precisam ser bem raciocinadas antes de manifestas, do contrário, podem-se suscitar falsas percepções quanto aos limites de ação do pesquisador, até mesmo para além dos limites da ética. Não só essas falsas percepções podem nascer da precipitação dos sujeitos pesquisados em sobrecarregar de expectativas a atuação do pesquisador, mas também é possível que este, muitas das vezes, seja na ânsia de adquirir a cooperação dos sujeitos, seja às vezes movido por um espírito libertador das aflições alheias, possa ser o grande responsável pela leitura equivocada que as pessoas da comunidade venham a fazer do seu trabalho. Luciane Ouriques Ferreira (2010), em crítica ao consentimento livre esclarecido por escrito como meio de o

⁴⁰ Pautamos essa suposição nas palavras do cigano pai da criança utilizada para a realização do trabalho, somadas a uma constatação obtida através de um familiar do próprio artista que, por coincidência, conheci num momento de refeição no centro de Sousa.

pesquisador adquirir respaldo ético para pesquisa antropológica com, por exemplo, grupos de tradição oral, alerta que é no campo que a ética se dá, pelo uso da linguagem e da comunicação, orientando as relações estabelecidas entre o pesquisador e o pesquisado:

“Para que os direitos dos participantes da pesquisa sejam observados, é preciso que o antropólogo não só objetive compreender o ponto de vista do outro, mas também se faça compreender por ele. Como antropólogo e participante de pesquisa, geralmente, pertencem a horizontes de tradição distintos, o pesquisador, que é quem tem a obrigação ética, deve traduzir para os nativos os termos da pesquisa. Para tanto, faz-se necessário que ele construa, por meio do diálogo, um horizonte compartilhado de significados que sustente o estabelecimento de um entendimento mútuo. A validade ética do consentimento livre e esclarecido deve ser condicionada à compreensão, pelos participantes, dos termos que fundamentam a pesquisa. É preciso adequar o consentimento livre e esclarecido às realidades da pesquisa antropológica, estabelecendo procedimentos que estejam fundados no diálogo e na reflexão ética como constitutivos da relação de pesquisa. Não podemos considerar como ético o consentimento livre e esclarecido em que as pessoas não entendem com o que estão consentindo.” (FERREIRA, 2010, 143-144)

Dessa forma, entendemos que no campo a ética se dá primeiramente na clareza de intenções, deixando o nativo com plena ciência das pretensões e dos passos do pesquisador no ambiente nativo, o que às vezes não se restringe a uma conversa apenas, mas sim a um processo inicial de conversação, no qual também o nativo interroga o pesquisador antes de abrir-se à cooperação plena. No processo da minha inserção etnográfica tive que me explicar várias vezes, tanto para os interlocutores quanto para tantos outros que indagavam a respeito da natureza da pesquisa, bem como do porque da minha presença cotidiana no rancho. A cada explicação tinha a impressão imediata de que, a cada esclarecimento, era real a sensação de progresso na relação com as comunidades. Algumas vezes os esclarecimentos precisaram revestir-se de uma melhor adequação aos níveis distintos de compreensão. Alguns ciganos faziam suas indagações de modo particionado, ou alternando entre perguntas e períodos de observação que poderiam

levar dias, até que fizessem novas perguntas em sequência às anteriores e assim por diante.

A construção da inserção no Rancho de Cima se deu ao longo da etnografia até o seu último momento, cujo acesso se deu em menor abrangência devido à acentuação das atividades no Rancho de Baixo, mas o suficiente para sentir-me à vontade em boa parte das localidades de todo o território cigano.

É fato que essas pesquisas, dependendo dos seus objetivos, podem ademais auxiliar na fundamentação para elaboração de políticas públicas, culturais e de desenvolvimento social, sem que isso se caracterize exatamente como uma ação interventiva. Penso também que intervenções responsáveis podem produzir resultados positivos pelos direitos de sobrevivência e bem-estar social dos sujeitos pesquisados. Independente do seu papel como cientista, o pesquisador lida com seres humanos cuja sobrevivência não prescinde dos mesmos recursos básicos que ele – saúde, alimentação, direito de ir e vir, direito à vida, proteção, respeito, tratamento humano... Comprometido com a verdade, e, logicamente, preparado para enxergá-la no campo, e mesmo sem que promova ações intervencionistas, o conhecimento gerado pode divulgar problemas que urgem por soluções rápidas, e isso sem que o pesquisador precise descentrar-se dos seus objetivos científicos.

Como exemplo, vemos em Moonen (2011b, p. 31-32) a articulação que o mobilizou, juntamente a Ronaldo Carlos e ao Ministério Público da Paraíba, à Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, e contou com a cooperação de profissionais locais de educação para fins de remover obstáculos de cunho discriminatório que impediam o acesso de crianças e jovens ciganos de frequentar as escolas públicas. O resultado foi que o acesso à educação formal foi garantido e entre 80 e 100 crianças foram matriculadas naquele período. Hoje ainda há poucos ciganos formados, mas muitos em processo de finalização do ensino fundamental I e II e com meta de ingresso num curso superior. Nesse caso a pesquisa estava diretamente relacionada com as medidas tomadas, visto que o objetivo do pesquisador, a serviço do Ministério Público da Paraíba, era investigar denúncias de violações aos direitos humanos do povo cigano naquele município, entretanto, caso não fosse, identificando situações calamitosas e dispondo de ferramentas providenciais, não seria humano – tanto quanto ético – de sua parte tomar aquelas medidas? No mínimo se tem em mãos o poder de desenvolver um trabalho sério que

forneça subsídios reais de base de conhecimento para medidas de outrem – as instituições públicas, as iniciativas privadas, as ONGs e as futuras pesquisas científicas afins. Outra serventia mínima dos dados obtidos estaria em contribuir significativamente para adequar políticas de desenvolvimento às noções específicas daquela cultura, por exemplo, nas construções de casas populares, nas ações para saúde pública, em projetos educacionais, etc.

Outro ponto delicado decorre das promessas de ajuda por “aqueles que prometem ajudar e nada fazem”⁴¹. Consequentemente essas ocorrências, bastante comuns nos últimos tempos, geram descrédito quanto a novas propostas. Os principais casos são os da SEPPIR e o da atual gestão do município. Quanto a este, promessas em excesso, incluindo construções de telecentro, praças com equipamentos de musculação e financiamento de projetos para preservação da cultura, são feitas em demasia e nenhuma delas cumprida – não que tenhamos comprovado até o fim dessa etnografia. Sobre o nosso trabalho, perguntas não faltaram quanto à finalidade da pesquisa, ao que levaria para a comunidade, ao que traria para mim, se havia remuneração, etc., mas tudo na base de muito respeito, educação e atenção, não havendo qualquer tipo de destrato durante todo o tempo em que interagi com os membros da Comunidade Cigana de Sousa.

⁴¹

Definição dos próprios Calon.

CAPITULO II

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

O processo geral de coleta de dados pediu que utilizássemos todo material potencialmente informativo. Durante todo o período de trabalho de campo interagimos com pessoas, documentos, narrativas, entre outras fontes, em primeira instancia nada nos era dispensável. Em se tratando de ser a cultura Calon ágrafa, o recurso da história oral foi imprescindível na compreensão simbólica do passado na lógica funcional do cigano hoje. As recordações dos mais velhos e o hábito comum ao cigano em acumular histórias e feitos do seu povo tornam a memória uma fonte indiscutível dessa forma de saber. Porém, no início da etnografia, momento delicado em que se processava a mútua aceitação entre pesquisador e pesquisados, registrar conversas em áudio seria avançar um sinal ainda vermelho e quebrar a construção da permissividade espontânea. Adiante, já na fase de entrevistas programadas, cada depoimento fora registrado em áudio digital, transcrito quando diretamente ligado à discussão central ou, se de importância secundária, apenas resumido.

A etnografia propriamente dita começou na terceira semana de abril de 2011 e durou até a terceira semana do mês de outubro do mesmo ano, período que intercalamos com pequenas pausas cuja soma entorna o período de um mês e meio. Retornei na semana natalina, mais especificamente no dia 22 de dezembro, para o casamento de Mike Tyson, filho de Antônio Pedro, este último o principal interlocutor do Rancho de Cima com quem construí, bem como com seus familiares próximos, uma boa relação de amizade. Vivenciei com eles tanto o casamento do seu filho, no dia 23 de dezembro, quanto um momento natalino, no dia 24.

Durante a permanência em Sousa, por intermédio de César Nóbrega fiquei hospedado gratuitamente numa casa de propriedade do seu irmão Paulo Nóbrega. A casa estava localizada a quase três quilômetros de qualquer dos ranchos e a média de 800 metros do centro comercial de Sousa. Diariamente ia e voltava dos ranchos utilizando-me dos serviços de mototáxi, algumas vezes de profissionais ciganos,

outras de carona com membros da comunidade. Não cheguei a dormir em qualquer das comunidades, todavia estive nelas em turnos variados, principalmente à tarde entrando pela primeira metade da noite, sempre retornando ao local da hospedagem para descanso.

No intuito de abranger o campo em sua máxima amplitude territorial, procurei interagir com o maior número de pessoas possível. Nessa rotina, contamos com dois interlocutores formais permanentes com quem desenvolvemos entrevistas extensas registradas em áudio e interagimos durante vários momentos da etnografia. Além destes, foram os nossos interlocutores centrais: um interlocutor permanente informal – assim definido pelo caráter das conversas espontâneas, sem qualquer planejamento e sem registros em áudio; e vários interlocutores secundários – com alguns poucos realizamos micro entrevistas (de poucas perguntas e/ou curta duração) com registros, com a maioria apenas conversas espontâneas sem registros, mas igualmente de grande valia para a nossa leitura sobre as comunidades do Rancho de Baixo.

No dia a dia, concentramo-nos em três dos oito *eixos de sociabilidade cigana*⁴² identificados. Em cada eixo, havia um *ponto de referência setorial*. Concentramo-nos predominantemente em três desses pontos, que correspondiam às casas dos nossos principais interlocutores: o Chefe Ronaldo Carlos, o jovem João Paulo e o Líder Maninho. Nos demais *eixos de sociabilidade*, restringimo-nos a passagens rápidas e entrevistas curtas. Definir pontos de referência no rancho permitiu melhor verificar, entre outras inferências, recorrências de padrões culturais, distinções entre concepções individuais e coletivas, além de garantir bases alternativas de relacionamento e apoio⁴³.

A residência de Ronaldo foi o ponto de maior concentração durante todo o período etnográfico, único no primeiro terço da frequência no campo. Em seguida, começamos a interagir com o segundo ponto de referência setorial, a casa de João Paulo, ou mais propriamente as extensões de raios de poucos metros por onde se deslocava, como a casa de seus pais, seu cunhado, seu compadre. Concomitante

⁴² Ver figuras 1 e 2 no fim do capítulo.

⁴³ Durante o trabalho de campo não operamos com a clareza da divisão do rancho em eixos de sociabilidade nem em pontos de referência como definido nesse trabalho, mesmo que intuitivamente estivéssemos seguindo esses padrões. Essa compreensão nos foi permitida por força dos registros feitos no diário de campo quando do período de análise dos dados e valorizados quando da escrita da dissertação.

aos encontros com João Paulo aos poucos nos aproximamos do líder Maninho, contudo meses depois, já por vias da metade da etnografia, chegamos a visitá-lo com maior frequência.

No Rancho de Cima, iniciamos as visitas pela casa do Chefe Coronel, mas dada a rápida aproximação com Antônio Pedro e família, bem como pelas muitas ocupações daquele, posso dizer que não só concentrei-me na residência deste como também aí vivenciei momentos intensamente agradáveis, não me recordando sequer de uma visita que tenha transcorrido de forma diferente. Com ele, registramos em áudio apenas uma parte das nossas conversas, aplicando nessas ocasiões pequenos roteiros de entrevistas semi estruturados, nos quais abordamos diversos temas, com destaque para a história da sua comunidade e do modo de vida cigano, prevalecendo as comparações entre o antes e o agora: *nomadismo/pós-nomadismo*, sendo a relação tempo-espaco-cultura (respectivamente: nomadismo/pós-nomadismo – andar pelo mundo/parar pra morar – tradição/mudanças) um ponto de referência comum do qual os Calon de Sousa partem para refletir e explicar sua realidade.

Entender as dinâmicas culturais do povo Calon de Sousa na perspectiva interacionista pedia a ampliação das fronteiras do campo de observação aos agentes não ciganos que, sob nosso ponto de vista, exerciam influências sobre as dinâmicas culturais Calon – dentre as quais interessamo-nos, para fins dessa investigação, pelas dinâmicas ocorrentes na organização de poder no Rancho de Baixo. Para isso, buscamos entender a natureza e os reflexos das relações que os Calon estabelecem: com o governo federal, através da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, interligados pelo CCDI; com a cena de gestão política e política partidária de Sousa; com interventores ou mediadores de outras naturezas, no qual destacamos a ONG Via Sertaneja pela evidente influência de politização que naquele período exercia sobre alguns atores da comunidade.

Os dias de atuação nos ranchos eram registrados no diário de campo. Já na fase de análise dos dados essa ferramenta foi de suma importância para que pudéssemos reconstituir a linearidade do progresso no campo. Esse documento também auxilia na compreensão das conexões entre aquilo que se obtém do discurso e aquilo que a realidade apresenta no dia a dia.

Um dos nossos objetivos na pesquisa consistia em atualizar alguns dados quantitativos trazidos por Moonen⁴⁴. Para isso, seria imprescindível realizar um novo censo, no qual os dados sobre densidade demográfica, divisão por sexo, economia, educação e outros, deveriam ser somados às questões adicionais de pertinência mais contemporânea, como o número de não ciganos casados com ciganos, predileção política partidária e suas razões, questões sobre religiosidade e novos ícones ou formas de culto... Contudo, além de percebermos a ínfima simpatia geral quanto a essa proposta, chegando alguns a afirmar em alto e bom som que jamais responderiam a um censo, especulações prévias demonstraram a baixa probabilidade de sucesso dessa operação, por isso, em nosso ponto de vista, tentar realizá-la a todo custo seria não só imprudente como, supostamente, “malhar em ferro frio”, investir alto numa perspectiva de baixo custo/benefício, incompatível com a energia e tempo necessários para tal. Por isso, optamos por não supervalorizar as quantificações de dados, o que procuramos compensar com apreensões correlatas em nível de “linhas gerais”, porém validadas pela comparação dos dados obtidos por instrumentos e técnicas qualitativas.

* * *

Entender a questão cigana deve passar longe da adoção de uma ideia de ciganidade comum a todos os grupos. Condições diferenciadas de ordem habitacional, territorial, econômica, ecológica, de letramento e outras mais, produzem realidades personalizadas, por consequência de relações conjunturais diferenciadas. Por isso, pelo prisma das interações sociais buscamos mostrar como algumas relações de interesse estabelecidas com agentes não ciganos podem influenciar na ressemantização de instituições elementares do grupo estudado.

Nossa perspectiva de trabalho de campo afina-se com a concepção de cultura e as considerações metodológicas de Franz Boas, cujas elaborações se deram em reação direta, primeiramente, às ideias evolucionistas do desenvolvimento da cultura e do método comparativo no modo como foram apregoadas, ou seja, definir o grupo estudado dentro de uma linha evolutiva cujo ápice seria a sociedade europeia. Boas também reagiu com fervor similar às teorias racistas. Ambos os

⁴⁴ Em *Ciganos Calon no Sertão da Paraíba*, versões 1994, 2008 e, citado nesse trabalho, 2011b.

temas não mais protagonizam as discussões teóricas, mas, ao contestá-los, nos conduziu a uma concepção relativista da cultura que ecoa até os dias atuais. Mais que isso, para provar a inconsistência da pretensa superioridade cultural creditada por muitos autores aos povos europeus – e, automaticamente, a inferioridade dos chamados “povos primitivos” –, ele não só contesta a superioridade intelectual – demonstrando com argumentos obtidos de provas empíricas que há tanta ou mais complexidade na organização social de “povos primitivos” quanto das sociedades ditas complexas –, como também se utilizou de argumentos de ordem moral, no que afirmou, em outras palavras, poder facilmente haver bem mais qualidades morais no “homem primitivo” que no suposto “desenvolvido”.

Outro importante legado dessa concepção de cultura, e que se apresenta em feições metodológicas, está em buscar entender a cultura de um povo de dentro pra fora, isto é, o pesquisador deve primeiro compreendê-la a fundo, utilizando-se para isso de um levantamento detalhado dos seus elementos culturais, e só a partir daí estabelecer comparações com outras realidades parecidas na busca da obtenção de leis gerais da cultura. Isso contribui para o surgimento de um etnólogo mais cauteloso com as deduções, valorizador da experiência empírica, observador dos processos dinâmicos da cultura, relativizador dos valores que orientam o seu olhar sobre o grupo estudado.

Ao partir do princípio de que a cultura está sempre em movimento, deve-se ficar atento à perspectiva de que mudanças na configuração cultural de um grupo, naturalmente influenciadas por fatores externos – as relações com outros povos, com o meio ambiente, etc., bem como pelas próprias dinâmicas internas do grupo -, podem ser identificadas com normalidade. Essa visão é demonstrada no trecho abaixo:

“... mesmo agora certas conclusões gerais podem ser tiradas desse estudo. Em primeiro lugar, a história da civilização humana não se nos apresenta inteiramente determinada por uma necessidade psicológica que leva a uma evolução uniforme em todo o mundo. Vemos ao contrário, que cada grupo cultural tem sua história própria e única, parcialmente dependente do desenvolvimento interno peculiar ao grupo social e parcialmente de influências exteriores as quais ele tenha estado submetido. Tanto ocorrem processos de gradual diferenciação quanto de nivelamento de diferenças entre centros culturais vizinhos. Seria

completamente impossível entender o que aconteceu a qualquer povo particular com base num único esquema evolucionário.” (BOAS, 2004b, p. 47)

Na nossa perspectiva, para compreendermos a atual *condição cigana* do grupo estudado, precisamos levar em conta: a forma como o próprio se conectam aos aspectos da cultura milenar que sobreviveram ao tempo – como a leitura da sorte, a instituição da chefia, a liderança, a musicalidade, a dança, entre outros –; e as relações mantidas com os agentes não ciganos de influência direta sobre a organização de poder das comunidades do Rancho de Baixo: o Estado, a cena política de Sousa e demais agentes não governamentais. Logicamente, há outros agentes que não correspondem ao nosso interesse de análise, mas que exercem grande influência nas dinâmicas culturais ocorrentes sobre elementos de outras categorias nativas dos nossos sujeitos, como, por exemplo, a penetração de missionários de várias denominações religiosas nos ranchos. Assim, no estudo das dinâmicas culturais busca-se compreender a forma como o indivíduo reage à totalidade do ambiente no qual vive, o que, desde já, o insere numa cadeia conjuntural de fluxos decorrentes das múltiplas formas das relações vividas.

O método histórico defende o levantamento detalhado de dados num território geográfico bem definido, e as comparações entre culturas não são estendidas além dos limites da área cultural que venha formar a base do estudo:

“... apenas quando se obtiverem resultados definidos com relação a essa área, será lícito estender o horizonte além desses limites; ao encontrarem-se analogias entre singularidades de cultura entre povos distantes, deve-se supor que se originaram de forma independente” (BOAS, 2004a, p. 35)

Valemo-nos do método histórico em nosso trabalho com fins de obtermos respostas quanto aos fatores externos e internos geradores das dinâmicas culturais Calon, mas não pretendemos nele fazer analogias com outros grupos próximos para traçarmos paralelos que levem à identificação de uma origem histórica comum, até porque, de antemão, entre muitos deles isso será verdade. Quanto mais próximos os grupos estiverem entre si geograficamente, tanto mais possível que estejam ligados a um ancestral comum em geração não tão distante.

A configuração da nossa problemática, com base no encadeamento observado, diz respeito exclusivamente ao contexto das comunidades de Sousa, e não é preciso comprovações empíricas para deduzirmos que nenhum outro grupo Calon da Paraíba, nem mesmo do Nordeste, integra conjuntura parecida, já que, por exemplo, o CCDI, como “Centro de Referência da Cultura Cigana” não só inexistia em outras comunidades ou grupos de ciganos, como, pragmaticamente, restringe-se à realidade dos ciganos de Sousa, apesar de também produzir-lhes pouquíssima eficácia. É lá que, pelas dinâmicas necessárias à gestão do centro, ocorre uma verticalização de poder entre as comunidades. Ou seja, a estrutura gestora que define os cargos de presidente, vice-presidente, primeiro secretário, tesoureiro, etc., não provém do sistema hierárquico cigano, mas conduz a adoção de estratégias de organização política que ressignificam instituições tradicionais de poder. A verticalização termina se dando, então, pela hierarquização entre si da qual os grupos não podem fugir caso desejem representar-se politicamente tendo o CCDI como instrumento. Essa dinâmica, cuja amplitude de influência sobre as disposições culturais tradicionais ciganas é parte componente do nosso campo de análise, é própria da questão cigana local. Desse modo, correspondendo o nosso foco analítico a um aspecto dentre vários outros daquela cultura, já se presume que compreendê-la (a cultura e seus processos) na íntegra carece de uma empreitada bem mais extensa e complexa do que um semestre de etnografia possa oferecer, dada a extensa rede de influxos sobre o grupo estudado.

Claro que quanto mais treinado e perspicaz for o olhar do antropólogo, mais se consegue extrair do pouco, se enxerga e se entende as entrelinhas. Contudo, a cadeia de acontecimentos que vem se constituindo desde o fim do nomadismo pode abrir-se aos olhos do pesquisador como uma teia bem mais complexa e de efeitos mais contundentes sobre a cultura em foco do que se poderia prever.

“Embora as pesquisas etnográficas apoiadas nessas duas hipóteses fundamentais pareçam caracterizar a tendência geral do pensamento europeu, um método diverso vem sendo seguido atualmente pela maioria dos antropólogos norte-americanos. A diferença entre os dois caminhos de estudo do homem talvez possa ser mais bem resumida na afirmação de que os pesquisadores norte-americanos estão, sobretudo, interessados nos fenômenos dinâmicos da mudança cultural; que tentam elucidar a história da cultura pela

aplicação dos resultados de suas investigações; e que relegam a solução da questão final – sobre a importância relativa do paralelismo do desenvolvimento cultural em áreas distantes em oposição a difusão em escala mundial e a estabilidade de traços culturais por longos períodos de tempo – a uma época futura, em que as condições reais de mudança cultural sejam mais bem conhecidas.” (Idem, p. 47)

Dessa forma, a principal meta está em levantar informações, analisar a cultura em si e compreendê-la a fundo. Isso é mais importante do que preocupar-se com paralelismos e com o estabelecimento de regras gerais. Possivelmente, algumas dessas comparações já possam ser feitas sobre os estudos de grupos indígenas de algumas regiões, já que a antropologia indígena há muito progride em volume e qualidade de estudos sobre esses grupos, contudo no caso dos ciganos ainda há muito levantamento a ser feito. “... *todas as formas culturais aparecem, com maior frequência, num estado de fluxo constante e sujeitas a modificações fundamentais*” (BOAS, 1990, p. 47). O foco então passa a ser as mudanças dinâmicas na sociedade que podem ser observadas no tempo presente.

A *cultura*, passando por períodos de estabilidade, seguindo-se a isso mudanças rápidas, sempre esteve e permaneceu em fluxo. A cultura cigana é mencionada por Cristina Pereira da Costa⁴⁵ como uma cultura esponja, que está sempre absorvendo parte dos modos culturais dos povos das regiões nas quais atuam. Naturalmente, o período nômade facilitava a preservação ou a lenta transformação de traços culturais, como, por exemplo, o idioma – muito mais útil, justificável e ativo durante o nomadismo do que nos dias de hoje. No nomadismo, a relação entre ciganos e não ciganos era quase que totalmente baseada nas práticas de subsistência, em cujas dinâmicas a língua fazia toda a diferença. Também era importante meio para a defesa do cigano⁴⁶. Já sedentários, acentua-se o uso do português como consequência da intensidade crescente do convívio com não ciganos e pela expansão de formas de sociabilidade entre ambos a partir das gerações mais jovens. Esse convívio que se estabelece predominantemente nas escolas, bem como na necessidade de se construir espaços de progresso na

⁴⁵ Em entrevista a Rádio Senado. Ver Programa 3 – *A Cultura e o Seu Povo*. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/200917/1/1aorigemdosfilhosdosol.MP3>.

⁴⁶ Abordaremos melhor no capítulo III, no tópico *A União*, a ideia de uso da língua como “defesa” do Calon.

sociedade não cigana, parecem vir diminuindo as motivações convencionais para aprendizado e difusão da língua cigana pelas novas gerações.

Utilizando-nos de um modelo de análise linguística da antropóloga Jane Hill tal como descrito e aplicado por Fábio J. Dantas de Melo (2005) junto aos ciganos Calon de Mambaí, por comparação, sugerimos que a língua Calon do Rancho de Baixo se encontra em processo de morte gradual. Dos mais velhos aos mais novos, o processo de degenerescência da língua, no que concerne às suas funções sociais, encontra-se claramente no estado de “língua original viva” por entre os Calon da terceira idade, demonstrando níveis de degradação ao passar dos adultos para os mais jovens (“língua obsolescente”), caminhando para um futuro próximo no qual provavelmente há de tornar-se uma “língua moribunda”, terminando com a “morte da língua”⁴⁷.

Outro ponto está na organização hierárquica, que também compõe o nosso foco analítico. O nomadismo exigia a consistência do regime de chefia e liderança no modo tradicional. Num contexto em que estavam em jogo a sobrevivência e as defesas do cigano, a palavra do mais velho sempre foi importante, bem como a necessidade de um chefe capaz de manter a comunidade unida e segura. Hoje, dizem lutar para evitar a entrada das drogas em seu meio, para garantir o acesso dos ciganos aos direitos sociais e pelo direito de exercerem a sua cultura sem serem retaliados por isso. A mudança nas demandas levou à necessidade de reorganização hierárquica, a nosso ver, como medida necessária à potencialização dessas comunidades.

⁴⁷ MELO, 2005, p. 116-117. A classificação trabalhada pelo pesquisador Melo nos é de grande pertinência para pensar o estado da língua entre os grupos de Sousa. Podemos mesmo supor que as suas análises obteriam resultados bem semelhantes se aplicadas nessa comunidade.



Imagem obtida do Google Earth em 27 de outubro de 2012

Figura I - Vista aérea do Rancho de Baixo. À direita circulado está a comunidade vulgarmente conhecida por “Comunidade do Piolho”.

PONTOS DE REFERÊNCIA SETORIAL (PRS)

- 1** RESIDÊNCIA DO CHEFE RONALDO CARLOS
- 2** RESIDÊNCIA DE CÍCERO ROMÃO BATISTA (LÍDER MANINHO)
- 3** RESIDÊNCIA DE JOÃO PAULO
- DEMAIS PRS

DIAGRAMA: EIXOS DE SOCIABILIDADE CIGANA DO RANCHO DE BAIXO

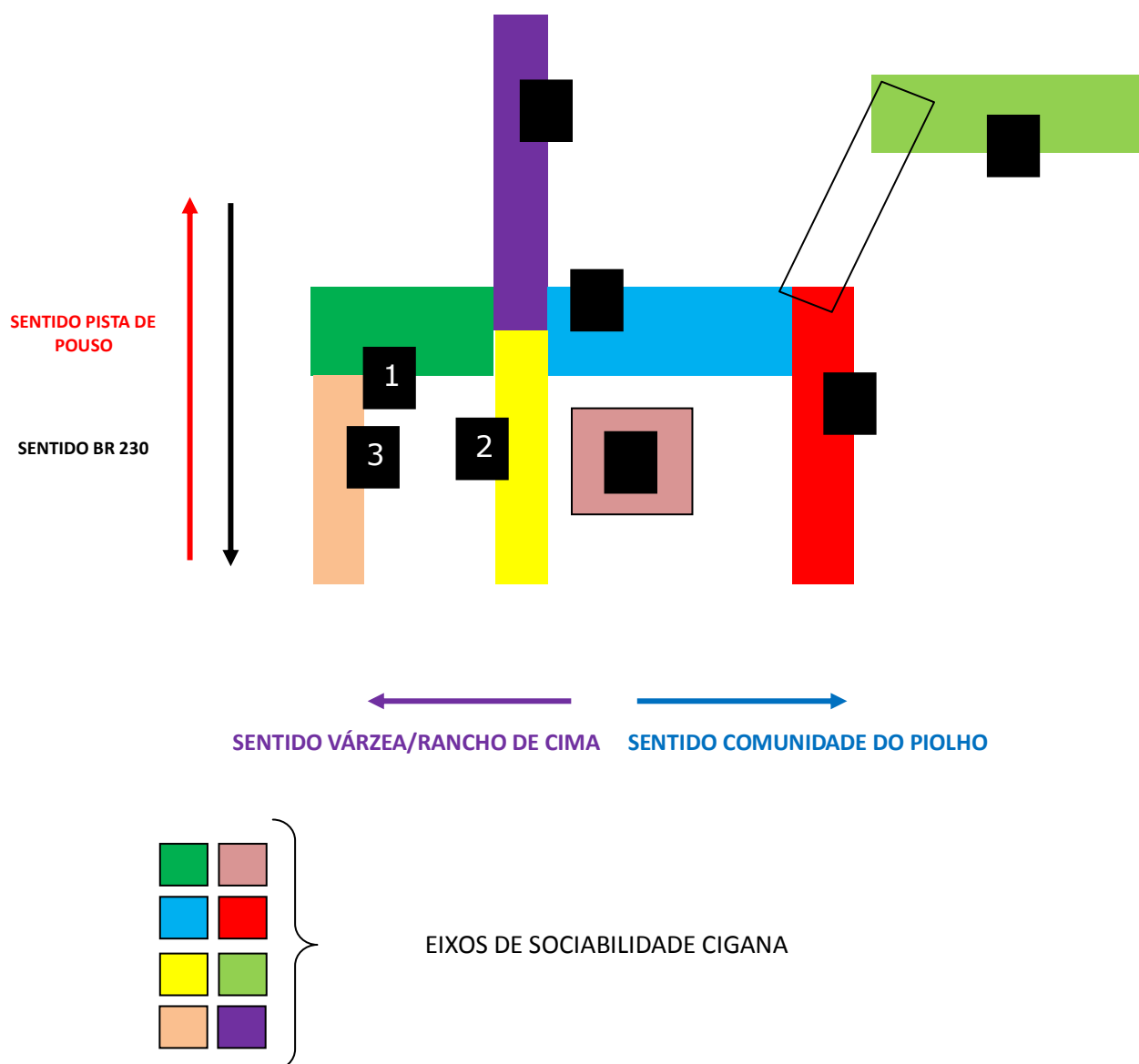




Imagem obtida do Google Earth em 27 de outubro de 2012

Figura III – Vista aérea do território cigano. o Rancho de Cima em retângulo preto, a Comunidade da Várzea em retângulo azul escuro, e o Rancho de Baixo em retângulo azul claro. Mais abaixo dos retângulos vê-se a BR 230, que divide o território cigano da cidade de Sousa. O pequeno retângulo cinza identifica o CCDI e o verde o posto de saúde que atende a essas comunidades.

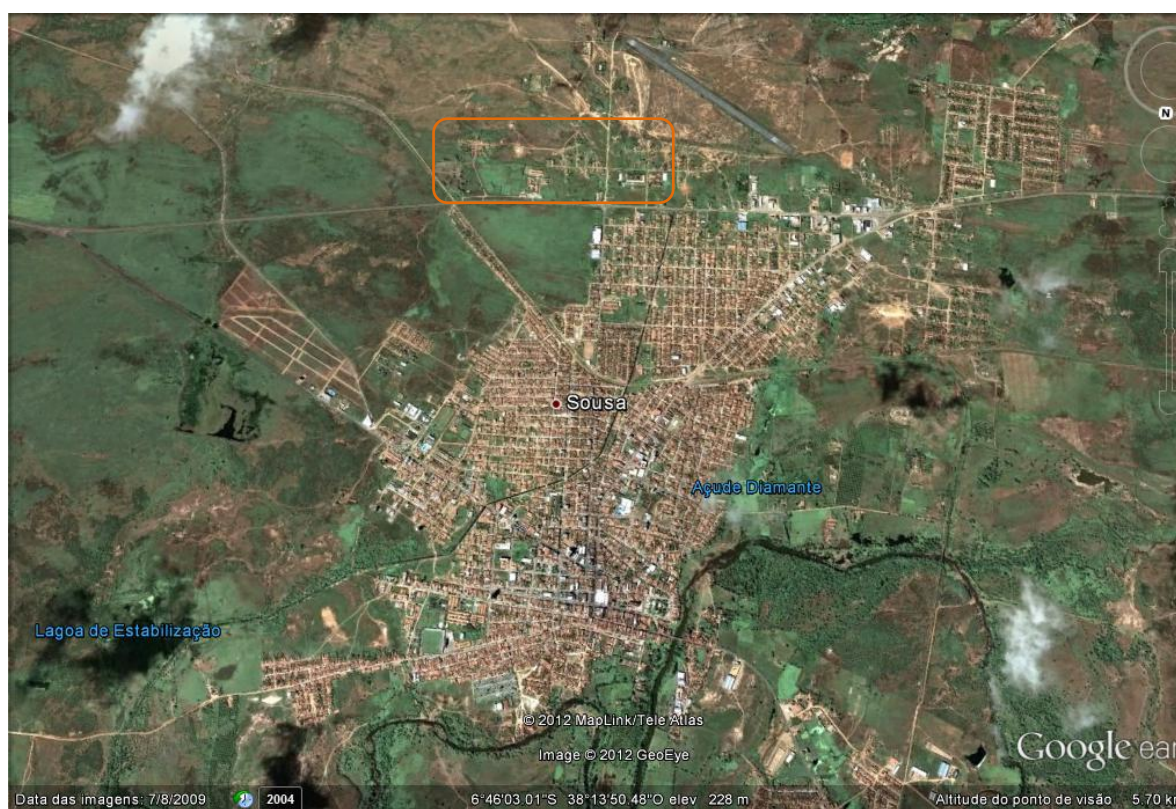


Imagem obtida do Google Earth em 27 de outubro de 2012

CAPÍTULO III

OS CALON DE SOUSA: UM OLHAR

Os Calon estão há quase trinta anos habitando o território sousense. São centenas de ciganos residindo em ambos os ranchos. O Rancho de Cima apresenta melhor condição econômica, com mais pessoas economicamente ativas. Um(a) trabalhador(a) já garante ao menos a alimentação básica de sua família nuclear, podendo estender-se para outros familiares, o que certamente acontece mesmo em períodos de escassez de recursos. Lá também habitam ciganos que não fazem parte da comunidade de Pedro Maia, sendo estes autodefinidos como independentes ou ligados ao Rancho de Baixo, setor no qual realizamos a nossa etnografia. Esse rancho é composto por três comunidades que convivem aglutinadas num aglomerado populacional cigano. É ladeado por duas outras comunidades, uma não cigana, vulgarmente conhecida como a Comunidade do Piolho, e outra mista, a Comunidade Várzea das Almas, interposta entre os dois ranchos e habitada em minoria por ciganos ligados a uma ou outra comunidade.

Os grupos dos chefes Eládio, Vicente e Ronaldo Carlos convivem juntos, em intensa sociabilidade e articulados em torno de interesses comuns. Percebe-se hoje significativa diferença na condição social de parte dessas comunidades em relação à realidade de 1993 e 2000, tal como descrita por Moonen. Melhoria significativa ocorreu após o acesso à educação formal ter sido assegurado⁴⁸, somada a um discreto aumento de oportunidade de trabalho, concedidos pela prefeitura ou via particulares. Ainda assim, estas melhorias foram e são insuficientes para eliminar

⁴⁸ Providenciada em 1994 pela intervenção do antropólogo Moonen com o apoio do procurador da república da Paraíba Luciano Mariz Maia e Ronaldo Carlos, este representando todos os ciganos de Sousa nessa demanda. Levando a conhecimento da Secretaria de Educação da Paraíba as dificuldades encontradas pelos ciganos em matricular seus filhos nas escolas públicas de Sousa, retornaram ao município com ordem para que todos fossem devidamente matriculados, sem distinções. A atuação do antropólogo na Comunidade Cigana de Sousa nasceu do interesse de Antônio Mariz em solicitar ao Ministério Público da Paraíba um levantamento quanto a violações aos direitos humanos dos membros da comunidade.

carências básicas de muitas famílias, ainda hoje afetadas pela prevalência do desemprego, do descaso dos poderes públicos e das discriminações étnicas.

Ainda mais no Rancho de Baixo que no Rancho de Cima, é elevado o quadro de desemprego e desqualificação profissional. A grande maioria dos adultos não obteve educação formal, restando-lhes as trocas simples, a mendicância e poucos trabalhos de bico. Diferente da média dos adultos, grande parte dos jovens encontra-se em processo de escolarização básica e já se tornam aptos a exercer atividades mais engajadas na sociedade majoritária.

De modo geral, esperam nas providências políticas a solução dos seus problemas gerais de desemprego, insegurança, saúde pública. No Rancho de Baixo, durante o período de chuvas, entre fevereiro e maio de cada ano, as más condições de saneamento básico e limpeza pública geram níveis elevados de risco à saúde da população, pois os esgotos a céu aberto, repletos de lixo e mato, somados a água parada das chuvas, ilham muitas das casas sujeitando esses ciganos às doenças que, segundo eles, inexistiam na época do nomadismo. Mesmo que seja notório que algumas famílias destinam mal o lixo gerado em suas casas, sendo comum vê-los espalhados nas proximidades de algumas residências, é patente a falta de assiduidade do serviço de limpeza pública. Além disso, o lixão do município localiza-se perto do Rancho de Cima e a queima do lixo pelos funcionários da prefeitura vem atingindo diretamente ambos os ranchos, além das comunidades vizinhas, acometendo-os de males provenientes da inalação da fumaça, como alergias, inflamações oculares e problemas pulmonares. Já o esgoto exposto, concentrando sujeiras, insetos, ratos, bactérias e outros males, acomete pessoas da comunidade de tuberculose, dengue, viroses, alergias graves e doenças de pele, culminando com problemas de alto risco de morte, como a leishmaniose visceral, conhecida como *calazar humano* ou *barriga d'água*, que por pouco não levou a óbito uma criança ainda de braço. A doença é transmitida por mosquitos que crescem em meio ao mato surgido na mistura da água parada da chuva com os esgotos por entre as casas, cenário comum naquele rancho entre os meses de abril e junho, como pudemos registrar no período etnográfico. É importante lembrar que essa doença acomete principalmente crianças “*pelo estado de relativa imaturidade imunológica, agravado pela desnutrição, tão comum nas áreas endêmicas...*”⁴⁹, descrição essa

⁴⁹

Ver Manual de Vigilância e Controle de Leishmaniose Visceral no Brasil, em:

que bem retrata a realidade do Rancho de Baixo. Logo no início das visitas pudemos de imediato constatar pessoas com graves doenças de pele, nitidamente visíveis a olho nu. Quanto ao Rancho de Cima, o mesmo quadro se repete em graus mais suaves, uma vez que, por localizar-se em terreno mais elevado, não só os esgotos como a água da chuva descem para os arredores do rancho, impondo-lhes convívio aproximado, forçoso e rotineiro com nichos de concentração de sujeiras e doenças.

PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO

As barreiras que dificultam a convivência interétnica, de acordo com as evidências fornecidas por Moonen (1994-2011b) e Goldfarb (2004), vêm sendo em parte superadas, mas, ainda dificultam o desenvolvimento das comunidades.

Em Sousa, há ciganos frequentando escolas, trabalhando como funcionários públicos e privados, disputando torneios desportivos locais com grande destaque, atuando em projetos artísticos culturais, tocando ou cantando em festas de personalidades sociais não ciganas por contrato ou amizade, envolvendo-se em campanhas políticas, estabelecendo matrimônios ou apenas enturmado-se com não ciganos. De fato, essas demandas vêm gerando o aumento nas formas de sociabilidade com não ciganos em grande amplitude, caminho esse indubitavelmente eficaz na desconstrução dos estereótipos negativos e na valorização dos aspectos essenciais desse povo. Apesar desses avanços não representarem ainda o tom dominante dessa relação, podem ser compreendidos como um progresso de convívio interétnico resultante de 30 anos de interação social entre as culturas, todavia ainda distante das perspectivas de convívio igualitário entre as partes.

Há uma correspondência direta entre os velhos estereótipos ciganos no Ocidente e as formas pelas quais o preconceito ocorria em Sousa. Referi-los como ladrões, enganadores, baderneiros e mentirosos em potencial, qualificativos impressos pelo preconceito como *atributos negativos universais do povo cigano*, se fazia tendência dominante na sociedade não cigana. Portas lhes foram fechadas, acessos negados⁵⁰, mas em geral, como bônus de quase trinta anos de relação de

http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/manual_leish_visceral2006.pdf

⁵⁰ Veja-se recentemente o exemplo da intolerância francesa ao expulsar os ciganos para Bulgária e Romênia. No Brasil, numerosos são os casos de discriminação nas localidades onde os

convivência interétnica, certo nível de participação social naquilo que lhes é de direito foi conquistado. Contudo, neste caso, apesar desta abertura estar restrita a uma minoria inclusa, há fortes indícios de que o preconceito declarado e a discriminação explícita perderam a intensidade de outrora. Os mecanismos de proteção às minorias étnicas, somadas às organizações e mobilizações ciganas, vêm reforçando as bases para sua participação como parte legítima da sociedade brasileira.

Vivências comuns aos grupos, emblemáticas de formas solidificadas de preconceito declarado, eram, entre outras questões, o impedimento aos arranchamentos provisórios e o motivo de agressões sofridas na rota do nomadismo. Sobre isso, um jovem do Rancho de Cima de inicial B., 35 anos, relatou-me um episódio de infância. Numa das fases mais difíceis vivenciadas por seu pai, a criança chorava de fome, e aquele sempre criava formas de entretê-lo. Ao pedir comida a um não cigano, este teria aberto uma lata de sardinha e jogado fora na sua frente, alegando preferi-la dentro do lixo que alimentando um cigano. Para ele, que ao contar a história demonstrou haver guardado nítida recordação daquele momento, essa foi uma experiência marcante, mas não incomum das humilhações sofridas na estrada.

São muitas as faces do preconceito, e entre as piores estão aquelas que impedem o acesso do cigano ao mercado de trabalho. Sobre isso, diz o Líder Maninho que a juventude urge por emprego e aceitação social para, assim, superar as desventuras da condição cigana na grande sociedade. Segundo o próprio, há ciganos em processo de educação formal que possuem cursos de computação, carteiras de habilitação, e mesmo assim não recebem uma chance de trabalho formal. Afirma que a concorrência à vaga de emprego entre dois candidatos, de modo que um seja cigano, este leva desvantagem pela sua pertença étnica: “*Sendo cigano você pode até ter mais preparo que outro, mas ser cigano é igual à reprovação*”. A essa afirmação se seguem vários exemplos que demonstram ser comum empregadores não aceitarem ciganos em seu quadro. Em entrevistas de emprego, parece ser corriqueira a pergunta “você é cigano?”. O líder conta que, há

mais ou menos um ano, seu primo, que havia concluído os estudos em nível médio, tentou trabalhar numa fábrica de sandálias. Havia vaga, mas, quase aprovado, foi dispensado por ser cigano: “Você é cigano?”. Outro exemplo que cita envolve seu compadre, de inicial M., 35 anos, que tentando assumir um emprego na prefeitura dentro da gestão de Salomão e André Gadelha, fora surpreendido por uma pessoa do setor dizendo-lhe que se entrasse lá um cigano o mesmo se demitiria. Um secretário do prefeito na época, de inicial G., figura conhecida no meio político de Sousa, teria protestado afirmando que o cigano assumiria sim, caso contrário o prefeito teria que dispensá-lo também. M. teria assumido e trabalhado junto a essa gestão por dois anos, primeiro na SEPPIR municipal⁵¹, e depois no Conselho Tutelar.

Outro caso é o de Bernardonni⁵², cujo depoimento fora registrado no documentário “Os Ciganos do Brasil” da Rádio Senado. Jovem cigano filho do atual Chefe do Rancho de Cima, relata haver se candidatado a um emprego num mercadinho em Sousa, sendo aprovado em primeiro lugar em todas as etapas. Após alguns dias de bom desempenho, um cliente que o conhecia naturalmente o cumprimentou, deixando evidente sua identidade cigana na frente do gerente. No dia seguinte, Bernardonni fora demitido sob a alegação de que os donos haviam se equivocado, que as contas não permitiam comportar mais um funcionário. Em poucos dias, retornou ao mercadinho e comprovou haver outro em seu lugar.

O fato é que o preconceito e a discriminação parecem vir lentamente diminuindo ante o enfraquecimento das barreiras que obstruíam o convívio social interétnico permanente, ao tempo em que emerge a garantia de acesso à educação formal, à geração (tímida) de oportunidades de trabalho, às ações (não menos tímidas) para inclusão digital e social, além da promoção de mecanismos para a conservação da cultura cigana e, conseqüentemente, a permissão para o exercício da diferença étnica. Todavia, concomitante a esse quadro de transformação, os Calon ainda convivem com manifestações de preconceito ao modo clássico.

“Se nós chegar num canto e chegar três pessoas diferente de nós, o povo vai abraçar as três pessoas e

⁵¹ Órgão já extinto criado na gestão de Salomão Gadelha, transcorrida entre 2004 e 2008.

⁵² Divulgamos o nome de Bernardonni por este já haver ido a público contando a mesma história na série da Rádio Senado, programa nº 8, intitulado *A Terra Prometida. Os Ciganos de Sousa*. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/200917>.

nós fica de fora, porque nós somos Ciganos. É pouco as pessoas da sociedade que abraça nós junto com outras pessoas da sociedade, é pouco” (Maninho, setembro de 2011).

Por isso, justifica como estratégia de convívio social harmônico a importância de estabelecerem relações aproximadas com pessoas de respeito na sociedade, pois, quando esses personagens cumprimentam um cigano em público ou mesmo os convidam para as festas nas quais geralmente fazem apresentações musicais em voz e violão, automaticamente outros passam a simpatizá-los, relegando o preconceito ao segundo plano. Isso também alimenta o papel dos protetores, principalmente os de atuação política, que têm sido apoiados por grupos ciganos por apenas cumprirem suas obrigações de assisti-los, mesmo que esporadicamente.

O receio da discriminação gera nos adultos a priorização do rancho como um limite sadio e seguro a toda a comunidade. Muitos evitam sair às ruas sem que haja necessidade. Idosos, principalmente homens, pouco vão à cidade – a não ser por necessidades específicas, como questões de saúde ou prática da mendicância (para aqueles que se utilizam desse mecanismo) –, todavia os mais jovens costumam frequentar festas e shows que ocorrem na região. Essa transposição, feita pelos mais jovens, do rancho como espaço prioritário de sociabilidade, preocupa bastante os mais velhos.

Ronaldo Carlos diz que é difícil acreditar no fim da discriminação e do preconceito contra ciganos. Em sua visão, dificilmente algo de ruim pode acontecer num lugar em que haja presença de cigano sem que a culpa lhes seja atribuída. Como exemplo, dentre tantos que me foram expostos, Ronaldo Carlos conta um caso de uma cigana que estava na feira, fez suas compras e saiu. Um não cigano que estava também em compras esqueceu seu celular em meio a panos de roupas à venda. Ao perceber a ausência do aparelho, logo atribuiu a culpa à cigana que havia passado nas imediações e rapidamente dirigiu-se a ela para abordá-la. Em meio às acusações, foi informado que o seu aparelho havia sido encontrado por entre as peças de roupa. O homem desculpou-se e saiu. O dono do recinto, também não cigano, reclamou da injustiça, indignado com a precipitação do cliente em acusá-la sem provas. Sobre isso, Ronaldo diz que, a essa altura da vida e conhecendo hoje

seus direitos, se fosse com ele não teria desculpado e sim aberto um processo pelas calúnias, pois a comunidade está cansada de não reagir em situações semelhantes pelo temor de represálias, já que, para eles, é comum que os acontecimentos se resolvam de forma injusta para o lado cigano.

Outra forma comum de preconceito está na atribuição de culpa coletiva a algum ato praticado – ou supostamente praticado – por um indivíduo cigano. O Chefe Ronaldo diz ser comum que todos paguem por um erro cometido individualmente. A discriminação pode até mesmo partir de onde menos se espera. Conta que foi discriminado por um padre local. Na ocasião, enquanto esperava um seminarista na calçada da casa do padre, este, temeroso, teria corrido e exclamado: *“a minha casa agora vai encher de ciganos!”*. Chocado com a atitude do padre, respondeu: *“a calçada é pública e de cigano aqui só tem eu”*. Com esse exemplo Ronaldo reforçou seu argumento de descrédito sobre o fim do preconceito, observando: *“se até um padre discrimina cigano!”* (Ronaldo Carlos, maio de 2011).

Assim, faz-se necessária cautela e muita precaução para que sejam evitados problemas. Ao longo do tempo, os mais velhos têm se preocupado com a manutenção de regras de conduta social como elemento fundamental da educação doméstica no intento de garantir aos mais novos passagens seguras por ambientes localizados fora do rancho. Os jovens desde cedo recebem instruções para que não se aproximem de ninguém que comporte algo de valor, para se distanciarem de grandes aglomerados de pessoas, para não entrarem em casas de pessoas nas quais se encontrem apenas mulheres, para não se envolverem com amizades não ciganas de conduta duvidosa, entre outros. Facilmente percebe-se que, tanto para o Chefe Ronaldo como para outros mais velhos, é bem melhor confiar nessas medidas preventivas e segui-las à risca do que depender do senso de justiça daqueles que têm por obrigação agirem em nome da lei comum: *“o preconceito não tem jeito, se acabar pra vinte não acaba pra cinquenta...”* (idem). Por isso, o bom tratamento, gentil, cordial e bastante receptivo com o qual recebem não ciganos em qualquer parte do rancho assumidamente não se trata de ingenuidade e confiança cega, mas de desarmar o preconceito com a educação, pelo tratamento exemplar sadio e respeitoso, regra de recepção e de tratamento comum dos membros da comunidade para os não ciganos.

Por outro lado, os ciganos também detém sua parcela de contribuição na construção do estereótipo negativo. Bastante conhecidas nos interiores são histórias contadas por não ciganos de negociatas feitas com ciganos nas quais aqueles disfarçavam animais problemáticos e os negociavam como se fossem perfeitos. Também muitos são os relatos de experiências negativas com ciganas que, tendo a oferta de leitura da mão recusada por um não cigano, praguejam contra este como recurso de intimidação. Porém é fato que tais comportamentos não se tratam de atributos ciganos, mesmo sendo essa uma queixa comum de não ciganos de regiões e mesmo países diferentes, mas de um método questionável de persuasão praticado por alguns que não representam a totalidade do povo cigano. Outro ponto de conflito cultural está na facilidade do *pedir*, que é praticado com frequência pelos mais necessitados, que para a sociedade majoritária se configura como um ato vergonhoso.

Tanto para ciganos como para não ciganos, o acúmulo dessas vivências fez do preconceito um elemento até então invariável, um pressuposto quase indiscutível e dispositivo estruturante das relações mútuas. *Gato escaldado tem medo de água fria*⁵³. O sofrimento traz a precaução.

Mesmo sendo o preconceito ainda o principal fator que, durante séculos, lhes relegou como espaço as bordas da sociedade majoritária, o predomínio do bom relacionamento entre os jovens ciganos e não ciganos nas salas de aula, as relações sociais saudáveis que surgem do comércio e do entretenimento, a participação ativa de membros da comunidade em movimentos por direitos de cidadania e a proximidade entre ciganos e instituições pró-ciganas são evidências que trazem perspectivas reais de melhorias futuras nas relações interétnicas naquele município.

A UNIÃO

A união de grupo proporciona a base da articulação necessária às defesas ciganas. O laço que os une está para além de uma medida de proteção, nasce na corrente afetiva entre os familiares, espinha dorsal dessa união.

⁵³ Ditado popular no Brasil, também tendo o seu correspondente em língua inglesa cuja origem não identificamos.

Normalmente, os não ciganos que se casam com membros da comunidade, geralmente mulheres Jurin, passam a viver no rancho, entram para a “vida de cigano”⁵⁴.

Era comum, até o passado recente, um casal gerar em média entre oito e doze filhos, e era fácil que, na primeira metade da adolescência, muitos já estivessem casados e pouco depois com o primeiro filho a caminho. Ou seja, num primeiro cálculo, vinte anos em média eram suficientes entre a união de um casal e o surgimento dos primeiros netos. Nesse ínterim vê-se que dois tornam-se muitos, tendência ainda nada remota nos dias de hoje.

O rancho é um ambiente familiar e cheio de movimento. Pela manhã, a maioria das crianças vai à escola. Os pais de família buscam o sustento da forma que lhes for viável. Uns partem para a região central de Sousa ou para cidades vizinhas em busca da realização de pequenos negócios ou do comércio de trocas. Outros, em situação social mais difícil, pedem esmolas no centro da cidade ou em outros municípios. Senhoras de meia e terceira idade, no expediente da manhã costumam alternar entre a quiromancia e a mendicância. Alguns poucos conseguiram estabelecer vínculos empregatícios informais e instáveis, e quase ninguém no Rancho de Baixo possui trabalho formal. No Rancho de Cima, alguns possuem trabalhos formais.

À tarde, o Rancho de Baixo se torna um espaço de intensa sociabilidade. Como todos os negócios são realizados pela manhã, os que pedem em Sousa estão em casa, em média, ao meio-dia, enquanto aqueles que pedem fora podem até demorar dias para retornar. As crianças brincam ou fazem as tarefas da escola. Alguns jovens do sexo masculino jogam cartas, trocam ideias com outros jovens. A tardinha, muitos preparam-se para o treinamento de futebol a ser realizado a partir das 16h. Os que não frequentam os treinos do Brasil Futebol Clube⁵⁵ praticam futebol *society* algumas vezes na semana.

⁵⁴ Definição nativa usual para o modo de vida cigano.

⁵⁵ Time de futebol do Rancho de Baixo que, atualmente, disputa a terceira divisão da Liga Souseense de Futebol. No Brasil Futebol Clube há preferência que todos os jogadores sejam de etnia Calon, haja vista a pretensão de seus dirigentes de que o time seja o mais autenticamente cigano possível. No campeonato realizado em 2011, havia apenas um não cigano no time, ocupando a posição de titular. O time é amador, não havendo qualquer forma de remuneração aos jogadores. Já no Rancho de Cima, o Bela Vista, time semiprofissional composto em maioria por ciganos desse rancho, está sempre nas primeiras posições da primeira divisão da Liga. Comandado por Damião Cigano, o filho adotivo do chefe Pedro Maia, o time se abre à contratação de jogadores não ciganos.

Com o fim do nomadismo houve mudanças na forma da união entre os grupos. Relatos confirmam que nas principais festividades, São João e Natal, grupos se juntavam para dias de celebração, voltando, ao fim, todos para os seus roteiros de viagem:

“Os ciganos que estão em Cajazeiras, outros em Antenor⁵⁶, outros nômades, não se juntam mais. (...) os ciganos foram unidos, andavam juntos uns com os outros, quando se apartava uma turma prum canto e pro outro, com pouco tempo se juntava novamente. Hoje não tem mais isso, acabou. Você vê, aqui tem duas turmas (no Rancho de Baixo), mas tem o de Pedro Maia, fica mais distante, tem outra em Marizópolis, outra em Rio do Peixe, outra em Monte Orebe, outra em Bonito de Santa Fé, tem no Ceará, no Rio Grande do Norte...” (Ronaldo Carlos, em maio de 2011)

O fato é que, afóra iniciativas individuais de pessoas que se deslocam de seus ranchos para visitarem parentes em outros municípios, grupos que se encontram distantes não mais se juntam para as festividades e, com isso, o fervor da união de outrora, antes favorecida pelo clima de confraternização das principais festividades, parece não mais prevalecer nos dias de hoje.

O conceito de união para o cigano é definido como atributo intrínseco ao próprio conceito de *ser cigano*. Sobre isso, diz Maninho:

“Primeiramente de tudo (ser cigano)⁵⁷ é ser muito unido um com o outro, o verdadeiro cigano é muito unido um com o outro, tem alguns ciganos que desponha hoje uma certa falta de união porque já não é cigano mesmo... cigano não era aceito com particular pra se juntar, pra casar, pra construir uma família, hoje já tem muito disso, já tem muitos ciganos que construíram família com pessoas que não são cigano, e houve uma certa desunião em vários povos, mas o verdadeiro cigano é o que é unido, é o que luta junto, é o que sofre a discriminação junto, é que vê discriminação por toda parte, é o que sabe ler mão, é o que conhece realmente a linguagem cigana, é o que não fala sua linguagem cigana pra quem é particular porque isso é uma defesa do cigano, que o verdadeiro cigano quando vê o outro falar isso ele já fica com raiva! O verdadeiro cigano é aquele que vive realmente em comunhão um com o

⁵⁶ O município de São João do Rio do Peixe, entre 1932 e 1989, passou a se chamar Antenor Navarro, e foi referido pelo entrevistado como Antenor.

⁵⁷ Grifo nosso.

outro, porque o cigano teve sempre isso como básico é a união, é a convivência um com o outro, por isso que hoje a comunidade ainda resiste e ainda tá forte a comunidade cigana e o povo cigano. Porque a discriminação era muito grande, todo mundo sempre quis pisar, quis culpar, quis prender pelo que não fazia, quis matar, e o que fez que o povo cigano tivesse ainda hoje vivo, crescendo como hoje tá crescendo, graças a Deus, é a união que eles tinham, e têm! Hoje tem um certo ponto que não existe mais a mesma união, mas ainda se mantém viva a união, e por isso que o povo cigano, eu ainda acredito que tem muito a crescer.”⁵⁸
(Maninho, em outubro de 2011)

Vale salientar que o Líder não teve dificuldades em expor o conceito do qual se utiliza pra definir o que é ser cigano. A firmeza de sua resposta demonstra a capacidade e o estado de racionalização do “nós”. Em sua fala, o sangue cigano é apontado como elemento definidor do sentimento de união, no que a diminuição que constata haver no senso dessa união se justifica pelo aumento da presença de não ciganos dentro da comunidade. Dessa forma, só o dito “legítimo”⁵⁹ cigano, aquele cujo sangue é oriundo de pai e mãe ciganos, seria capaz de se compadecer profundamente pelo sofrimento do seu povo. Em sua definição é isto o que diferencia o cigano que “luta e sofre junto” aos demais daquele que não age do mesmo jeito. Normalmente o não cigano agregado por laços matrimoniais, socialmente mais diferenciado do que os ciganos de sangue híbrido, aparenta ser tratado do mesmo jeito que os demais, bastando que uma falha surja para que o sangue não cigano seja mencionado como justificativa de uma postura não compactuada pelos ciganos de sangue. O *juron* ou *jurin* casado com um(a) cigano(a) de sangue normalmente não chega a ser segregado dentro da comunidade. Muitos são tratados como iguais desde que correspondam completamente ao modo de vida Calon. A distinção sanguínea não chega a estabelecer posição de inferioridade social no cotidiano, nem se define na prática como critério de pertença ou não pertença, uma vez que estar atualizado com o modo de vida cigano elimina essa diferença, ao menos até que, porventura, problemas venham a surgir na relação intragrupal envolvendo ciganos “legítimos” com ciganos híbridos ou de sangue Juron.

⁵⁸

A transcrição da fala de Maninho está fiel ao seu registro em áudio.

⁵⁹

Expressão usual na comunidade para distinguir o descendente cigano de sangue puro daquele de sangue misturado.

Outro elemento chave na união do povo cigano de Sousa é a língua. Os ciganos a reconhecem como Calon, mas diante do Juron costumam referir-se a ela como “a linguagem do cigano” ou “a língua cigana”, que alguns acreditam⁶⁰ ter sido criada por antepassados para a “defesa do cigano”⁶¹. Sua utilização é comum nas negociações e nas articulações para fins de ação/proteção contra ofensivas provindas de não ciganos. A língua é vista como um elemento de amarração da união do grupo e peça indispensável da sua identidade cultural. Como elemento de defesa, não deve ser ensinada a um não cigano:

“... é a força do grupo! porque a linguagem cigana é uma arma. Por exemplo, se você vem aqui me fazer um mal, eu posso gritar pro outro cigano ali que você vem me matar na minha linguagem e você não entender, e ele pode me ajudar de lá, e se você souber minha linguagem como é que eu grito pra ele o que você vai fazer?” (Maninho, outubro de 2011)

Como atributo da identidade, é parte da própria essência de ser cigano:

“...é a vida cigana! Acabou-se a linguagem cigana, acabou-se cigano! Se você chegar aqui e eu não tiver conhecimento da linguagem cigana e os outros ciganos não tiver não existe mais cigano! Porque o cigano verdadeiro era o que andava pelo mundo né? Mas como paremos de andar o tempo foi mudando as coisas, a dificuldade crescendo, e tivemos a oportunidade de morar e tal, achamos melhor morar, o que persiste e o que faz que nós continue sendo cigano é a nossa linguagem! Acabou-se a linguagem cigana, acabou-se cigano!” (Maninho, em outubro de 2011)

Somado ao elemento sangue, a língua garante a existência do cigano integral, pois, mesmo sendo *cigano de sangue*, sem o uso da língua, fica difícil manter o referencial cigano e assim permanecer conectado à sua comunidade:

“(A língua é importante para)⁶² manter o grupo junto! Eu sou um cigano, se eu for morar sozinho em Recife eu continuo sendo um cigano de sangue, mas não sou um

⁶⁰ Não investigamos quanto a existência de outras versões sobre a natureza da língua cigana.

⁶¹ Forma nativa de definir a importância da língua cigana.

⁶² Grifo nosso.

cigano de vivência, não é isso?! Porque eu não vou chegar lá e sair espalhando minha linguagem pra ninguém pra eu tá comentando com ninguém! Eu continuo sendo um cigano de sangue, eu vou morar fora daqui noutro canto onde não tem cigano, eu continuo sendo um cigano de sangue, mas não sou um cigano de sobrevivência, de convivência, eu não sou! Porque eu não vou sair espalhando minha linguagem pra todo mundo nem vou ter com quem conversar! Aí, quer dizer, eu não sou um cigano, sou um particular né? Não tá certo não?” (Maninho, em setembro de 2011)

Assim, não basta ser cigano de sangue e falar a língua, a identidade pede, principalmente, que haja convívio, que a união seja consumada na vida social em grupo, cigano com cigano, onde se pode até nem ser um cigano de sangue, mas, principalmente, um *cigano de vivência*, que usa a língua como mecanismo de conservação grupal e, instantaneamente, também do modo de vida cigano.

Uma situação na qual a união pode ser bem representada são as negociações em que a terceira parte envolvida, o Juron, não compreende o que está sendo dito. O objetivo é a garantia de um bom negócio.

Em síntese, depreendemos da fala do líder Maninho que ser cigano legítimo é viver junto ao grupo e com ele lutar e sofrer, é provir de ciganos de sangue puro, é falar a língua no dia a dia e, principalmente, é viver para a comunidade, condição essencial da conservação grupal, critérios que, da perspectiva cigana, definem a sua identidade⁶³. O contraponto é que nem todo cigano de sangue fala a língua ou vive para comunidade, mas há Jurens que “se juntam”⁶⁴ com ciganos que o fazem, chegando, como define Moonen (2011b), a ser mais ciganos que os próprios ciganos de sangue. Além do mais, ciganos de sangue híbrido, tal como os *ciganos de sangue*, podem se encontrar mais, menos, ou raramente fora do perfil do cigano ideal.

EDUCAÇÃO

Juntamente ao direito de permanecer em Sousa a partir do momento em que precisaram *parar para morar*, outra conquista obtida pelos Calon foi, também desse

⁶³ Um forte elemento definidor da identidade desse grupo Calon e não elencada pelo líder Maninho está na “memória do passado nômade” em substituição ao próprio nomadismo. Sobre a “memória do passado nômade”, ou o “tempo de atrás” ver GOLDFARB (2004).

⁶⁴ Vivem afetivamente juntos sob um mesmo teto, sem rituais ou certidões.

tempo para cá, o direito à educação formal. Nômades, salvo poucas exceções, adquiriam conhecimentos básicos dentro do próprio grupo, o que consistia em aprender a ler, escrever e em conhecer as quatro operações simples da matemática. Logicamente alguns transcendiam esses limites e levavam os estudos mais adiante, como Ronaldo Carlos, que já em Sousa obteve formação técnica em enfermagem⁶⁵. Hoje a maioria das crianças e alguns adolescentes de até 20 anos em média estão estudando, porém muitos desnivelados na relação idade/ano escolar. Ainda poucos são os que concluem os estudos. Muitos homens e mulheres ainda jovens passam a priorizar a necessidade de subsistência e de administração de suas recém-formadas famílias nucleares.

Muitos jovens ciganos hoje estudam. O estímulo está na garantia de um futuro profissional. Pouquíssimos enveredam pela formação superior. No Rancho de Cima é sabido que dois ciganos já obtiveram diplomas, um em Letras, cidade de Cajazeiras, outro em Direito, em Sousa. Já mais recentemente, uma jovem formou-se em Pedagogia (Cajazeiras), e auxilia no processo de educação formal de crianças ciganas. Vale salientar que há na região boa oferta de cursos superiores oferecidos em universidades públicas em Sousa e cidades próximas: Cajazeiras, Patos e Pombal.

O grande aumento de ciganos envolvidos com a educação formal na geração pós-nômade em muito favoreceu ao estreitamento das relações sociais entre ciganos e não ciganos, bem como contribuiu para o interesse de assumirem uma postura mais politizada diante de sua realidade. Isso gera perspectivas de novos rumos para o futuro, seja quanto à atenuação das barreiras de convivência interétnica, seja na melhoria das condições econômicas do grupo.

O cigano começa a reagir de forma mais organizada ao quadro de exclusão ainda existente e começa a mobilizar-se na construção de uma nova era de inclusão social. Surgem nos ranchos pessoas com novas posturas diante de tais questões, que já se compreendem cidadãos, com direitos e deveres sociais garantidos por lei, e que hoje começam a reivindicar a vigência desses direitos. Essas dinâmicas vêm trazendo para ambas as perspectivas, cigana e não cigana, a necessidade de

⁶⁵ A formação de Ronaldo Carlos foi de grande utilidade assistencial aos enfermos ciganos de ambos os ranchos.

discutirem-se políticas para inclusão dos ciganos na modernidade de modo culturalmente sustentável e para além de meros assistencialismos.

ARTE DA POESIA

No rancho, somando à paixão pela música e pela dança como meio artístico de expressão cigana, um gosto comum compartilhado por praticamente todos os homens está na poesia. Dos mais velhos aos mais novos, o fascínio pela poesia popular pode ser percebido na forma emotiva, nostálgica e respeitosa com a qual declamam versos ciganos ou de grandes poetas cordelistas⁶⁶, com destaque para Leandro Gomes de Barros.

Os Calon declamam versos de familiares poetas que bem representam o potencial do cigano para mais essa manifestação artística. Desses, os mais lembrados são os já falecidos Boalor e Zé Coquinho, este último pai do Chefe Eládio. Os versos mais vibrantes desses poetas estão na ponta da língua de muitos ciganos homens. A seguir, um trecho do poema de Deoclécio Pereira, de nome cigano Boalor:

“Segue o Cigano a longa caminhada
Carpindo o fado no sofrer profundo
Menosprezado dos bens deste mundo
Como aves da arribação sem ter pousada

Por ínvios caminhos no sol causticante
Segue o Cigano sem itinerário
Como Jesus com o peso da madeira
Sendo levado ao topo do calvário

Injustiçado escarnecido vão
Exposto o sol, o frio, a sede e o sono
Como rafero que perdeu o dono
Nesta macabra peregrinação

A turba ingrata lhe arremessa pedra
O pobre implora e o castigo insiste
E ninguém estende a mão pra socorrê-la

⁶⁶ A poesia de cordel é um gênero de poesia popular oriundo de Portugal e bastante praticado na região Nordeste do Brasil. É impressa em folhetos de dimensão quase padrão, de baixíssimo custo e ilustrados com xilogravuras. O estado da Paraíba destaca-se entre os maiores celeiros dessa produção.

Quanta penura oh! Que vida triste.

Nas agruras da fome o mísero Cigano
A pedir a implorar a tudo se sujeita
E na casa do avarento pede esmola
E come o resto do pão que o cão enjeita⁶⁷ (...)”

De semelhante padrão de qualidade são os poemas de Zé Coquinho, de quem muito ouvi da ponta da língua de tantos ciganos versos soltos e estrofes inteiras, porém nenhum registrado para ser aqui reproduzido.

Quanto a Leandro Gomes de Barros, sua predileção é unânime. Praticamente ninguém o desconhece, a maioria o enaltece, aqueles que demonstram talento poético inspiram-se nele, e mesmo que reconheçam a qualidade de outros poetas, ele já ocupa o posto do inquestionável: “*é uma poesia que não entra vento*”, disse-me Frank, também poeta. Dentre os cordéis preferidos estão: *O Cachorro dos Mortos*, *O Príncipe e a Fada*, *O Reino da Pedra Fina*, *A Peleja de Manoel Riachão com o Diabo*, *A Batalha de Oliveiros com Ferrabrás*, *Suspiros de Um Sertanejo*. Outra grande obra da literatura de cordel muito apreciada por todos é *Coco Verde e Melancia* (ou *Armando e Rosa*), do cordelista também paraibano José Camelo de Melo Resende. Também é fácil encontrar no rancho quem se aventure na produção poética. Alguns já são verdadeiros poetas e criam formas lúdicas de estimular suas produções, de modo que um cria o mote, envia para o outro que lhe responde com estrofes, em seguida lhe envia novas estrofes para recebê-las novamente e assim a poesia deixa a solidão do poeta e se torna mais um meio de sociabilidade cigana.

SAÚDE

Os Calon afirmam que a qualidade da saúde cigana caiu bastante com o fim do nomadismo, causa primeira do advento de problemas antes inexistentes. No discurso cigano a razão para isso seria a perda do contato com a natureza, com o ar puro do campo, a falta de alimentos saudáveis, sem conservantes ou outros artifícios químicos, bem como a precária assistência do serviço público de saúde. É fato que a falta de esgotamento sanitário e de serviço de limpeza pública adequada nos ranchos gera doenças graves. Agravando as sub condições infraestruturais dos

⁶⁷ Parte do poema *Carpindo o Fado*, do poeta cigano Boalor, divulgado no livro *Calon – História e Cultura Cigana*, de Francisco Soares Figueiredo, o Coronel. O texto está transcrito exatamente da forma como fora publicado. Ver FIGUEIREDO, 2010, p. 34-35

ranchos, durante a segunda metade do período etnográfico, muitas foram as reclamações das lideranças quanto à queima do lixo de Sousa nas suas proximidades, de modo que toda a fumaça atinge ciganos e vizinhos não ciganos, razão pela qual era comum depararmo-nos com pessoas acometidas de tosses secas e alergias.

O conhecimento do uso de plantas para fins medicinais ajuda bastante na prevenção e cura de algumas enfermidades. Ciganos mais velhos conhecem o potencial de utilidade da vegetação encontrada na zona do rancho.

Ainda hoje partos são realizados por parteiras ciganas, entretanto muitas famílias decidem ter seus filhos na maternidade, já que o teste do pezinho garante a emissão do registro de nascimento sem complicações. Contudo, algumas gestantes ciganas ainda preferem ter seus filhos no rancho.

O receio de uso do SUS estaria no tratamento diferenciado que recebem do serviço público por causa da sua origem étnica. Um problema recorrente diz respeito à ordem de chegada. Seria comum atendentes dos hospitais públicos desrespeitarem a vez de atendimento de pessoas ciganas, colocando outras não ciganas na frente. Já havíamos constatado queixas sobre essa situação quando ouvi de um(a) não cigano(a) profissional em enfermagem, atuante num hospital público de Sousa, comentário com sonoro tom de revolta de que havia presenciado alguns colegas da equipe de parto combinarem entre si que deixariam por último uma cigana que havia sido a primeira da ordem de chegada. Alega que a jovem, com média de 25 anos, estava com fortes dores, e que todas as outras quatro parturientes que chegaram depois passariam à frente caso o(a) profissional não tivesse intervindo. *Disseram: “ainda não tá na hora não”, no que respondeu “está! desde cedo que essa criatura⁶⁸ está sofrendo... depois ela vai passar na frente e não vai passar ninguém na frente dela!”*. No fim tudo decorreu bem e assim evitou-se que a jovem cigana, de forma injusta, precisasse esperar médios 30 minutos de cada parto normal e em média de 1h em caso de cesariana. Alega que a prática comum na coisa pública é priorizar “*quem aparente ter mais*”⁶⁹ (condição financeira). O seu desabafo transcende a questão estritamente cigana, e afirma que é evidente a discriminação com pobres, ciganos, negros, presidiários: *“há muito preconceito aqui*

⁶⁸ “Essa criatura”: expressão regional utilizada quando, motivado por sentimento de dó, alguém se refere a outrem em conversa com um terceiro.

⁶⁹ Expressão utilizada pelo depoente.

em Sousa”. Também afirma haver muita distância entre o sistema público de saúde e a carência da população mais humilde do município. No caso dos Calon *“o esgoto é a céu aberto”*, por isso é comum ciganos chegando lá, *“principalmente crianças, com febre, dores de cabeça, diarreia, viroses, que pegam do ambiente mal tratado”*.

Em suma, os ciganos passam a adquirir problemas de saúde outrora inexistentes a um cigano nômade. Continuam a utilizar-se dos conhecimentos de medicina natural de forma preventiva, mas passam a depender também da medicina formal. Utilizam-se do SUS, entretanto aqueles de melhor êxito econômico, e outros que juntam algumas economias, costumam investir em consultas e tratamentos particulares. Hoje há um posto de saúde disponível ao atendimento das comunidades ciganas e comunidades vizinhas localizado na comunidade da Várzea. Nele, um agente de saúde é cigano do Rancho de Cima, outra agente é Jurin, habita nas imediações do posto e, durante o período etnográfico, vivenciava uma relação afetiva com um cigano do Rancho de Baixo. Nesse período ambos os agentes eram responsáveis pelo atendimento às duas comunidades ciganas.

HABITAÇÃO

No início, moravam em barracas e casas de taipa. O ex-governador da Paraíba, Antônio Mariz, pouco antes de seu falecimento, autorizou a construção de casas de alvenaria para toda a comunidade. A família cigana se ramifica com rapidez, e os novos casais foram construindo suas casas de taipa ao lado das de alvenaria, localizadas em maioria nas extremidades dos ranchos e aumentando o território da área habitada.

Na casa de Ronaldo, por exemplo, modelo similar às demais casas de alvenaria, com sala, cozinha, dois quartos e um banheiro, todos de medidas bem pequenas, moram ele, sua esposa, uma filha solteira, seu filho e sua nora. São cinco habitando um espaço pequeno, mas há casos em que mais pessoas coabitam juntas dentro de medidas ainda menores de estruturas de taipa. Atualmente, aguardam a execução de projetos de habitação para os moradores de taipa ou sem teto. O governador anterior, José Maranhão, em discurso quando da fundação do CCDI, prometera a entrega de casas a todos os ciganos e não cumpriu. Atualmente o tema

continua sendo explorado politicamente, mas ao menos é assunto em pauta em setores do atual governo do estado da Paraíba.

LAZER

Uma dinâmica interessante, ligeiramente mencionada acima, e que estimula a produção poética e outras ações está na competição sadia que dinamiza momentos de descontração entre grupos. Os ciganos costumam divertir-se discutindo sobre quem é mais inteligente, mais sábio, mais rico, qual a melhor poesia, quem é mais veloz na corrida, de quem é a melhor cabra, quem joga mais futebol, quem é mais bonito(a), quem é o político mais capaz, o mais bem votado, etc. Naturalmente, essa característica aponta para a tendência de o cigano admirar as pessoas de destaque.

Um fim de tarde no rancho é repleto de atividades de entretenimento. Crianças se divertindo com as mais diversas brincadeiras, vários grupos de carteados, meninas adolescentes dançando ou coreografando em grupo no meio de alguma das ruas do rancho ao som de forró eletrônico, pagode romântico e do recente *kuduro*, gêneros em alta na discoteca de jovens ciganos. Alguns desenvolvem dotes musicais nos karaokês, cantando músicas no estilo sertanejo romântico, outros jogam videogames. Muitos apenas conversam em rodas.

A prática do karaokê vale ser ressaltada. A paixão pela música sertaneja somada ao sentimentalismo cigano os motiva ao esforço econômico de adquirirem um aparelho para essa prática. A brincadeira estimula a afinação do talento musical do brincante que, com certa facilidade, apresenta desde cedo potencial para o campo da música.

Lampião Cigano

Ao longo das conversas a respeito da arte cigana, vez por outra João Paulo mencionava uma brincadeira que acontecia de tempos em tempos e que envolvia muitas pessoas do Rancho de Baixo. Tratava-se de uma encenação de um mito da

vida real, o cangaceiro Lampião⁷⁰. Num determinado dia de meio de semana, após uma madrugada intensa de trabalho sobre o material recém coletado no dia anterior, indo por isso dormir por volta das 7h da manhã, acordei na faixa do meio dia com o celular tocando muito, era João Paulo me chamando para auxiliá-lo no registro em vídeo daquele acontecimento eventual. Com pouca noção do que encontraria corri contra o tempo, já que o primeiro telefonema aconteceu por volta de uma hora antes da brincadeira começar. Cheguei no Rancho de Baixo e todos os brincantes já haviam se dirigido ao local da diversão. Para lá fui levado de moto por Roberto, filho de Ronaldo Carlos. Estávamos há meio quilômetro do Rancho de Cima e no sentido oposto ao Rancho de Baixo, zona com predomínio de mata rasa, mas com alguns nichos de mata alta repletos de galhos secos e espinhos. Ao descer da moto logo me deparei com uma espingarda apontada para mim. Era Romeu, Calon que aparenta a faixa dos 35 anos, filho de Seu Luiz, o ancião curandeiro. Romeu estava vestido de “Macaco”⁷¹ e já no clima da encenação que se seguiria em instantes. Continuou apontando-me a “arma”, uma réplica inofensiva feita de madeira e plástico. Este era um dos poucos redutos da mata onde havia vegetação atingindo mais de dois metros de altura. Passando por Romeu, por trás dum aglomerado de vegetação, estava todo o elenco daquele verdadeiro teatro amador ao ar livre, prestes a encenar a luta entre o bando de Lampião e um grupo de cinco Macacos que os perseguiam. Dessa vez a brincadeira não seria apenas encenada, mas, de forma improvisada, registrada em vídeo. Todos estavam excitados tanto pela proximidade do início da encenação quanto pela iminência da gravação. O material foi coletado em volume suficiente para resultar num curta-metragem de ficção, mas sem rigores técnicos.

Quando de minha chegada, João Paulo dava as ultimas orientações ao grupo. Em sua mão havia uma câmera handycam MiniDV simples que o havia emprestado e com bateria suficiente apenas para 1h sem uso de tela LCD, o que do contrário reduziria ainda mais o seu tempo de filmagem. Eu portava outra de tecnologia parecida, mas com armazenamento em disco rígido (HD) e tempo de bateria bem mais extensa. Tudo transcorreria em tempo real e os registros seriam feitos com câmera na mão. O roteiro era simples: Durante a caçada a Lampião e seu bando um

⁷⁰ Virgulino Ferreira da Silva, mais conhecido como Lampião, foi o mais famoso cangaceiro das primeiras décadas do século XX, com atuação em todos os estados do Nordeste brasileiro.

⁷¹ Alcinha dada pelos cangaceiros aos policiais que os perseguiam.

dos cinco Macacos é capturado, e enquanto os demais tentam resgatá-lo, seguem-se emboscadas, tiroteios, até que são mortos numa batalha final e Lampião ostenta nas mãos, dançando o xaxado, a cabeça decapitada de um deles, símbolo da vitória dos cangaceiros. A cada batalha vencida ou em momentos de descanso do bando, ao som de palmas os Calon cantavam e dançavam clássicos do xaxado em homenagem a Lampião:

“Olê mulher rendeira,
Olê mulher rendá,
Tu me ensina a fazê renda
Que eu te ensino a namorar”⁷²

E:

“É Lampi, é Lampi, é Lampi,
É Lampi é Lampião,
Seu nome é Virgulino,
O apelido Lampião.
É Lampi, é Lampi, é Lampi,
É Lampi é Lampião,
Seu nome é Virgulino,
O apelido é Lampião.
É Lampi, É Lampi, É Lampi...”⁷³

Em todas as faces era notória a satisfação de ser parte daquilo, talvez mesmo um momento de evasão ante os problemas cotidianos, já que no elenco, formado em maioria por pessoas que tinham em média entre 25 e 40 anos de idade, havia pais de família desempregados, bastante humildes, acostumados a vivenciar períodos prolongados de privação alimentar. Nos rostos marcados como ônus da sobrevivência, a encenação, precariamente orientada por um roteiro improvisado e despojado, despertava um brilho uniforme nos olhares de todos. Não importando se no papel de Lampião ou do Macaco decapitado, vestir-se do figurino característico e, principalmente, revestir-se do espírito do cangaço, era garantia de satisfação plena para aqueles brincantes.

Participei da brincadeira na função de câmera auxiliar de João Paulo. Devido à extensão do cenário, bem como ao volume de galhos secos que impedia a visão dos que se localizavam mais distantes, o diretor solicitou que eu passasse a maior

⁷²

Letra e música de domínio público.

⁷³

Idem.

parte do tempo registrando a atuação dos macacos, enquanto ele os passos dos cangaceiros. Falas improvisadas, câmeras nas mãos, captação de áudio pelos simples microfones embutidos das câmeras, pausas para discussão do próximo passo, calor, correria, poeira... Entre as 14:30 e 16:30 tive o prazer de estar junto e contribuir para essa brincadeira que por algumas horas suprimiu o queixume inerente ao olhar do Calon⁷⁴.

Não desmerecendo o empenho de todos em realizar essa bela diversão, chamamos atenção para o grande protagonista de tudo, João Braz, Calon surdo-mudo na faixa-etária entre 30 e 40 anos de idade. Ele não só encenou o papel de Lampião assumindo uma aparência bastante aproximada a este, como foi o grande artista artesão por trás de toda elaboração do figurino e dos demais objetos de cena. Prova cabal da capacidade criativa e produtiva da arte cigana, este apaixonado pelo mito Lampião durante sete meses produziu sozinho, e nos mínimos detalhes, todo o material utilizado por ele e por seus colegas, e sem dispor para isso de qualquer recurso financeiro. A madeira coletada na mata próxima, principal matéria prima dos armamentos de brinquedo, reproduziu réplicas perfeitas de armas, como espingardas e parabelos, não apenas na forma como também na mecânica, nos movimentos da roleta e no encaixe das balas, nas dimensões dos objetos semelhantes aos originais, tudo geometricamente satisfatório e proporcionando maior realismo à brincadeira. Os chapéus e seus detalhes, a roupa característica, o calçado com as caneleiras, os óculos semelhantes aos de Lampião, os recipientes de portar bebidas, entre outros, tudo obra da paixão e da criatividade desse extraordinário artista, cujo objetivo está apenas em divertir-se juntamente com a grande família Calon. Ao final, conversando em roda sobre a capacidade criativa de Braz, não faltou quem lhe apontasse outros atributos, como, por exemplo, a facilidade em lidar com mecânicas de carros e motos.

A simpatia por Lampião aparenta ser mais um gosto comum, mais um herói da vida real que caiu nas graças de cada indivíduo Calon. Homens, mulheres,

⁷⁴ Utilizo essa referência de haver um “queixume no olhar cigano” após ouvi-la pela primeira vez através de Antônio Pedro (Rancho de Cima), referindo-se a um olhar naturalmente triste, reflexo da herança de sofrimento decorrente da vida cigana. Sua explicação soa como comportar, em paralelo a alegria de viver do cigano, uma tristeza impressa na alma e refletida pelos olhos do Calon.

crianças, jovens e idosos, em todos os gêneros e idades encontramos quem por ele manifestasse admiração. Segundo Romeu, *“Lampião foi sofredor, guerreiro, lutador. Assim como os Ciganos, andou muito pelo mundo”*. Fernando, que encenou um cangaceiro, enfatiza que *“ele andava de canto em canto e tava sempre em movimento, do mesmo jeito que os Ciganos”*. Também Valério, outro brincante que interpretou um macaco, associa o interesse Calon pelo mito justificando que *“os ciganos gostam de discutir muito quem é mais isso ou aquilo”* – mais forte, mais inteligente, mais bonito, etc., e por esse prisma Lampião se destaca pela audácia, por reagir com destemor ante os poderes locais às injustiças cometidas pelos poderosos do sertão, geralmente coronéis e fazendeiros ricos. Os três interlocutores, complementando-se um ao outro, dizem que muitas vezes Lampião acampou junto com Pereira Barros, este referenciado como um dos maiores líderes Calon que já se conheceu. Afirmam que o respeito entre ambos ganhava força pela devoção e amizade que tinham com o Padre Cícero⁷⁵. Conseguem mesmo identificar entre os seus ascendentes um Cigano contemporâneo a Lampião e de perfil similar ao seu, que atendia pelo apelido de Cabrinha, e tinha um histórico semelhante ao do cangaceiro. Além disso, afirmam que *“os ciganos mais velhos conheceram Lampião”*, e que, segundo eles, *“Lampião nunca mexeu com os ciganos”*. O valor do justiceiro ganha força por ser compreendido como *“um cabra de caráter, que tinha palavra”*. Valério afirma que ele foi *“um dos maiores homens que existiram no sertão”*.

Fica clara a força do imaginário de Lampião entre os Calon, cuja admiração logo suscita a identificação de um relativo cigano, o Cabrinha, um tipo de Lampião Cigano. Pelos relatos entendemos que o mito parece ganhar força pela reação tida como heroica e de enfrentamento à opressão, às injustiças, pela altivez imposta através da única forma de reação capaz de intimidar os coronéis que gozavam e abusavam dos “plenos poderes” da força do capital e faziam do sertão uma terra maldita e desprovida de justiça comum: o poder de fogo, a força bruta, o olho por olho, a “lei do cão”. Da mesma forma, sem dó ou piedade muitos foram os ciganos

⁷⁵ Cícero Romão Batista, sacerdote católico brasileiro nascido em Crato e falecido em Juazeiro do Norte, cidades hoje quase aglutinadas do sertão cearense. Tratado de *Padim Cicho*, foi uma autoridade religiosa que despertou grande respeitabilidade e devoção entre os sertanejos. A ele foram atribuídos milagres, e muitas são as promessas e pedidos de seus devotos naquela que é uma das maiores romarias do Brasil, que leva a média de dois milhões de romeiros todos os anos a Juazeiro do Norte.

perseguidos ou mortos injustamente, em essência apenas pelo fato de serem ciganos, e pela mesma razão sofreram inúmeros boicotes sociais. Tal como a cultura, as histórias de sofrimento também são transpassadas para as gerações seguintes por vias ágrafas, em geral pela oralidade.

Dessa afinidade, também nos chama atenção a justificativa quanto à errância dos cangaceiros, que habitavam em acampamentos armados por períodos curtos para descanso daquele itinerário sem fim, que ia da Bahia ao Ceará, abrangendo todo o sertão nordestino. Da mesma forma os Ciganos armavam seus acampamentos provisórios, em geral para o cumprimento dos objetivos de subsistência num determinado local, e muitas foram as expulsões física ou psicologicamente violentas.

No fim, todos os ciganos solicitaram uma cópia das imagens brutas, cujo interesse estaria em guardar lembranças dos momentos alegres de seus entes queridos em caso de falecimento: *“cigano gosta de guardar lembrança dos que se foram”*, disse Valério. Três foram as nossas cópias feitas na íntegra para serem internamente multiplicadas entre todos.



Figura V – Chefe Ronaldo Carlos: Ao fundo, lama, esgoto e mato em um dos dois trechos que ligam a sua comunidade à comunidade de Vicente.



Figura VI – Típica casa de taipa do Rancho: ao redor, mato e esgotos.



Figura VII – Casa de taipa construída ao lado da casa de alvenaria: imagem comum nos ranchos, reflexo do crescimento da população da Comunidade Cigana de Sousa após a entrega das casas de concreto realizada na década de 90.



Figura VIII – Fé cigana: certificado de conclusão do curso básico de computação localizado em pequeno santuário de parede, com as imagens de São Francisco de Assis no centro e Frei Damião de Bozzano ao lado esquerdo.

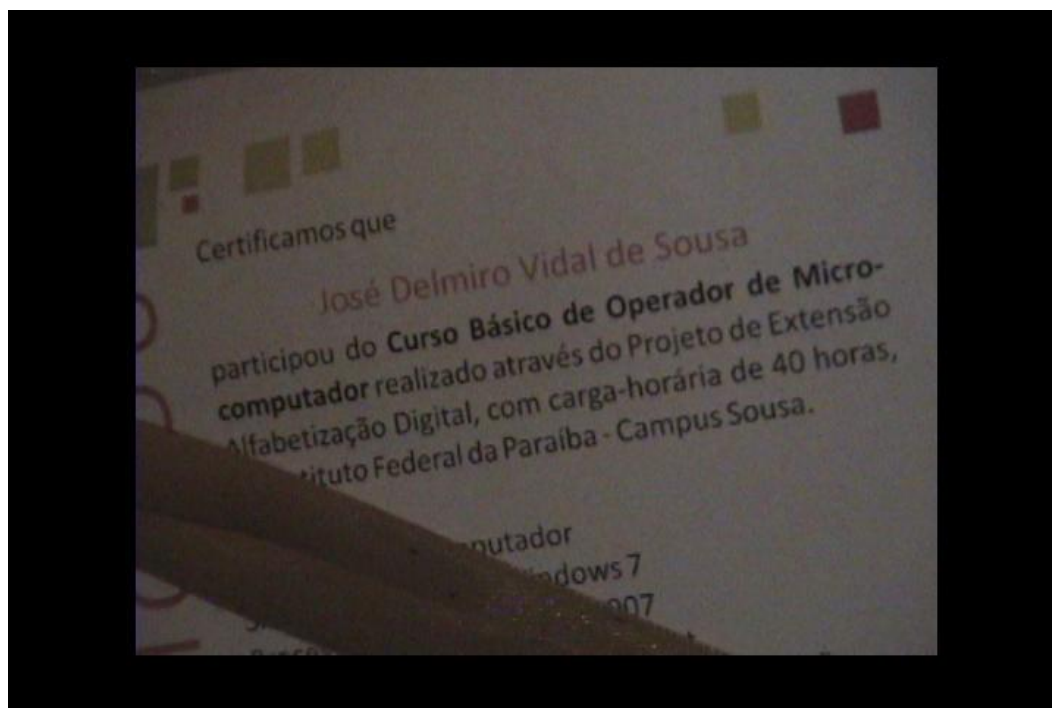


Figura IX – Certificado do jovem Calon em ângulo aproximado.



Figura X – Esgoto correndo a céu aberto: imagem obtida de frente à casa do chefe Ronaldo. Bem mais ao fundo está a comunidade do chefe Eládio.



Figura XI – parte da concentração de esgoto e mato que se localiza na parte mais baixa da Comunidade do chefe Vicente.



Figura XII – Esgoto correndo a céu aberto na Comunidade do chefe Eládio.



Figura XIII – Adolescente atravessando esgoto a céu aberto.



Figura XIV – Criança se deslocando de uma casa a outra por entre mato e esgoto.



Figura XV – Criação de animais em meio ao lixo, mato, lama e esgoto.



Figura XVI – Criação de animais em meio ao esgoto na comunidade do chefe Vicente.



Figura XVII – Elenco do Lampião Cigano: a luta do bando de Lampião contra os macacos. Na imagem, o Calon João Paulo dirigindo parte do elenco de atores ciganos.



Figura XVIII – Parte dos atores ciganos que encenou os “macacos”



Figura XIX – o artesão Calon João Braz no papel de Lampião: na mão esquerda, artesanato representando a cabeça do macaco capturado pelo bando. Figurinos, adereços e demais objetos cenográficos nos seus mínimos detalhes foram peça a peça confeccionados por Braz ao longo de meses, sendo a maioria dos elementos feitos de pano, madeira, plástico e tinta. João Braz é surdo-mudo e juntamente a tantos outros ciganos homens da comunidade alimenta verdadeira paixão pelas histórias e pelo mito de Lampião.



Figura XX – Ator cigano demonstrando a precisão geométrica do trabalho artesanal de Braz: réplica de bala de madeira sendo justamente encaixada na roleta do parabelo feito de madeira e plástico.

CAPÍTULO IV

DINÂMICAS POLÍTICAS E MUDANÇAS CULTURAIS

O CCDI

O Centro Calon de Desenvolvimento Integral – CCDI é uma pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, elaborado por iniciativa conjunta entre articuladores não ciganos locais e autoridades Calon. A construção de sua sede em 2008, proveniente de uma coalizão de forças políticas das três esferas de governo, simboliza a sua elevação a condição de centro de referência cigana, um centro modelo para proteção e promoção da cultura cigana.

Prédio construído, promessas feitas. As expectativas criadas foram de geração e execução de políticas públicas voltadas à conservação da cultura e à transformação da realidade social Calon. Entre outras ações, elementos da cultura milenar seriam valorizados – como a leitura da sorte e o resgate do idioma Calon –, talentos artísticos estimulados – a dança, a música, a poesia, outros -, atividades comerciais incentivadas – trocas, vendas, produção e escoamento de artesanato de natureza têxtil, bijuterias, comercialização da quiromancia⁷⁶-, membros da comunidade seriam qualificados para o mercado de trabalho – cursos e treinamentos profissionais, instalação de telecentro para inclusão digital, entre outras ações.

Do lirismo do resgate cultural, das ações para inclusão social, do fomento de projetos para desenvolvimento das comunidades ciganas das cidades de Sousa e Marizópolis⁷⁷, tudo diretamente apoiado pelo governo federal, por representantes do legislativo municipal, estadual e federal, prefeitura de Sousa e parcerias locais, a atual ineficiência do centro, até o presente momento, tem deixado apenas a frustração de um sonho vendido, o descrédito da palavra alheia e prejuízos

⁷⁶ “Ler a mão” é a expressão usual entre os Calon para referir-se a essa atividade.

⁷⁷ Pequena cidade localizada a 18 km de Sousa.

financeiros para os gestores ciganos⁷⁸. Ademais, o centro ainda gerou conflitos entre alguns membros das comunidades e a equipe gestora, uma vez que, por desconhecimento do processo, muitos ciganos pensam estar nessa equipe a razão da ineficiência do Centro.

Na inauguração, em 06 de agosto de 2009, estiveram presentes autoridades representantes das três esferas de governo, direta ou indiretamente ligadas à criação do CCDI. Prefeito de Sousa, governador da Paraíba, deputados estaduais e federais, Américo Córdula e Edson Santos, respectivamente, Secretário da Identidade e Diversidade Cultural e Ministro da Igualdade Racial em exercício naquele período. De toda essa solenidade tem-se a medida das expectativas geradas. *“Não vejam o CCDI como um peixe, mas, antes, como uma vara de pescar. A intenção é que vocês levem o peixe para dentro de casa, sem depender de governo algum...”*, disse o ministro na ocasião da inauguração. Na entrega do prédio, seria instalada uma biblioteca doada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário com *“... 200 títulos sobre o tema direitos e cidadania...”*. Também receberiam um *“... centro de inclusão digital, com 15 computadores instalados graças a uma parceria entre a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR e o Banco do Brasil”*, e anunciava-se para o dia 7 de agosto daquele ano a entrega oficial de *“... um kit do programa Cine Mais Cultura, do Ministério da Cultura - MinC, composto de filmes, projetores digitais, câmeras, computadores, tela, entre outros itens”*⁷⁹. Segundo membros da comunidade, de todas as promessas as ações realizadas não passaram de um pequeno treinamento para a gestão do centro, um curso de dança articulado com profissionais da Paraíba e outro de avicultura oferecido por uma instituição local. No interior do CCDI, tanto em agosto de 2010 quanto em junho de 2011, constatamos não haver no prédio senão alguns livros de literatura brasileira, uma imagem de Sara Kali sobre a mesa de reuniões, algumas cadeiras e a maior parcela do espaço interno preenchida pelo seu próprio vazio. Ao redor, mato e um poço de pouca profundidade. O seu presidente já afirmou estar arcando com contas de água e energia pagas do seu próprio bolso.

⁷⁸ Em entrevista realizada em meados de maio de 2011, Ronaldo Carlos afirmou estarem eles pagando água, luz e material de limpeza do próprio bolso, uma vez que o CCDI não gera qualquer receita e nem há quem arque com seus custos de manutenção, a não ser eles próprios.

⁷⁹ Conforme comunicado pela SEPPIR, em agosto de 2009. Disponível em: http://www.seppir.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2009/08/ccdi_inauguracaoosousa/. Acesso em: 08/04/2012. Ver anexo I.

Em entrevista, Ronaldo Carlos faz um balanço entre as perspectivas geradas em 2009 e a realidade de hoje, após quase 3 anos de inauguração do Centro:

“A avaliação é cem por cento zero, porque lá dentro do prédio só tem as cadeiras, não tem outra coisa, não veio mais benefício nenhum pro prédio. Só veio um curso, mas foi um curso de uma pessoa que trabalha na área de avicultura... Até meu filho fez, tem o certificado em mãos. Acabou-se! Mais nada, nada mesmo! Foi como eu disse a você, antes nós estava pagando a energia do prédio, acabou-se!, Não temos mais condições de pagar. Tô vendo a hora a ENERGISA cortar a energia, porque nós não temos condições, minha família aqui passa (sobrevive) com eu cantando e tocando, se não for eu não tenho onde arranjo, eu não tenho emprego, eu não tenho salário! Não me deram emprego, não me deram salário! A minha mulher não tem! Tenho que me movimentar pra arranjar o pão de cada dia pra os meus filhos.”⁸⁰ (Ronaldo Carlos, maio de 2011)

Ao redor do prédio o mato cresce em meio a uma pequena horta improvisada por iniciativa dos próprios ciganos e que fica semialagada em época de chuva. Em frente ao portão de entrada, pedras alternadas são feitas de ponte para que se possa acessar o portão em meio à lama. Toda a manutenção do centro fantasma é feita principalmente por familiares dos gestores e alguns outros voluntários.

O advento do CCDI, símbolo de novos tempos, de fato trouxe perspectivas de melhoria social para toda a comunidade. Ronaldo afirma que, entre outras coisas, sua comunidade sempre ansiou por:

“Curso de computação; uma formação que tenha um ganho, que gere emprego. Isso as pessoas mais jovens, já os mais velhos querem emprego e renda. Pronto, ela (apontando para sua esposa), ela faz artesanato muito bem. Você vê o que ela faz né?! Isso aí ela faz de mão! Ela sabe costurar muito bem. Ela faz vestido, faz camisa de tecido e de linha, de lã, e com aquela linha Cléa ela faz tecido, blusa, toalha, cocha de cama, camisa, saia, varanda de rede, diversas coisas, mas nós não temos condições.” (idem)

Em dada ocasião, ao perguntarmos a um grupo de ciganas mães de família, com faixa etária entre 40 e 50 anos de idade, se mesmo tomando conta dos filhos à

⁸⁰

Grifo nosso.

tarde gostariam de trabalhar, não só responderam imediatamente que sim como sugeriram a produção e comercialização de indumentárias e acessórios produzidos com material têxtil, além de máquinas de costura e cursos para o aprendizado de novas técnicas. A intenção estaria em produzir vestimentas de todos os gêneros, por isso a importância de um curso de capacitação, pois o talento para atividades de costura já seria nato. Corroborando com essa ideia, Ronaldo Carlos afirmou que a mulher cigana detém esse talento natural, mas lhe faltam recursos, pois, em geral, *mal conseguem comer todos os dias*.

Por um lado, poderíamos questionar como não tenham conseguido, mesmo com investimentos parcos no início, prosperar no negócio do artesanato de base têxtil, do qual aos poucos se construiria o capital necessário para a criação de uma pequena empresa doméstica. Por outro lado, a alegação de falta de recurso desponta no discurso cigano. Mesmo assim, comprovamos a existência de uma família que sobrevive do artesanato. Todavia, para lidar com o atual mercado competitivo faz-se necessário um treinamento não só em produção como em gestão de pequenos negócios.

OS LIMITES DA SEPPIR

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR nasceu com o objetivo de promover políticas de desenvolvimento para minorias étnicas, com ênfase nos interesses da população negra. Criada como medida provisória em 21 de março de 2003 e convertida em lei em 23 de maio do mesmo ano⁸¹, a própria data de sua criação comemora o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial⁸². No *facebook* da secretaria o texto que a define⁸³ diz que “*a criação da SEPPIR reafirma o compromisso com a construção de uma política de governo voltada aos interesses reais da população negra e de outros segmentos étnicos discriminados*”. Compuseram a CNPIR – Conselho Nacional de Políticas de

⁸¹ [Lei Nº 10.678, de 23 de maio de 2003](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.678.htm). Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.678.htm. Acesso em: 08/04/2012

⁸² Data definida pela ONU em memória ao massacre ocorrido em Joanesburgo, capital da África do Sul, em 21 de março de 1960. Nesse episódio, a resposta do governo a um protesto pacífico de negros segregados pelo regime político do país resultou na morte de 69 pessoas e 186 feridos, todos negros, evento conhecido como o Massacre de Shaperville.

⁸³ Texto disponível em: <http://www.facebook.com/Seppir/info?filter=3>. Acesso em: 08/04/2012.
Ver anexo II.

Igualdade Racial, órgão colegiado de caráter consultivo e parte fundamental da estrutura básica da SEPPIR, no biênio 2008-2010, 22 órgãos do Poder Público Federal, 19 entidades da sociedade civil escolhidas através de edital público, e por três notáveis indicados pela SEPPIR. Dentre as 19 entidades eleitas para o referido biênio, 9 representavam diretamente interesses de grupos negros, ficando alguns outros segmentos étnicos com um representante cada, dentre eles os ciganos, representados pela Fundação Santa Sara Kali - FSSK, instituição de origem étnica Kalderash. Para o biênio 2010-2012 a composição traz 11 entidades de grupos negros de um total de 19, mais dois representantes negros dos três nomeados por Notório Reconhecimento em Relações Sociais. A Fundação Santa Sara Kali continua sendo a única representante dos interesses ciganos no Conselho⁸⁴.

Através da publicação do Programa Brasil Sem Racismo⁸⁵, da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial⁸⁶ e da criação da SEPPIR, o governo brasileiro avança no dever de garantir iguais condições de desenvolvimento para negros e brancos. O mesmo, porém, não se aplica aos Calon, já presentes no Brasil desde a segunda metade do século XVI⁸⁷. É notório que o principal órgão federal, incumbido de gerar soluções para os problemas que dizem respeito à diversidade étnica do nosso país, é politicamente limitado diante dessa diversidade. Isso talvez ocorra devido ao desconhecimento dessas realidades étnicas somado à insuficiência de equipamentos e elementos científicos adequados a esse entendimento. Ao mesmo tempo em que devemos reconhecer estarem os grupos negros em níveis bastante elevados de organização social e política, devemos ter em conta que os grupos ciganos ainda dispõem de poucas organizações formadas e menos ainda realmente ativas.

⁸⁴ Conferir os textos disponíveis em <http://www.seppir.gov.br/apoiProj> e também em http://www.seppir.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2010/11/publicacao-dos-nomes-dos-conselheiros-representantes-das-entidades-selecionadas-para-o-cnpir. Acesso em: 05/03/2012. Ver anexo III

⁸⁵ Proposto no programa de governo Lula Presidente, na campanha eleitoral de 2002.

⁸⁶ Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

⁸⁷ O historiador Rodrigo Corrêa Teixeira, em *História dos Ciganos no Brasil*, informa haver sido João Torres, degredado pela Coroa portuguesa, o primeiro cigano a chegar ao Brasil juntamente com sua família em 1574. Já o professor Ático Vilas-Boas da Mota, em entrevista à Rádio Senado em 2011, baseado em informações obtidas de uma pesquisadora portuguesa, diz ter sido João Giciano o primeiro cigano a chegar ao país, contudo ambas as informações referem-se à segunda metade do século XVI. Sobre João Torres ver: TEIXEIRA, 2008; e também MOONEN, 2011a. Sobre João Giciano, ver a série *O Povo Cigano no Brasil*. Programa exibido pela Rádio Senado, em 24/03/2011, às 20h 42min. Reportagem Especial nº 2 [Brasil. Terra de fulanos, beltranos e ciganos](http://www.senado.gov.br/noticias/Radio/programaConteudoPadrao.aspCOD_TIPO_PROGRAMA=&COD_AUDIO=53059), disponível em: http://www.senado.gov.br/noticias/Radio/programaConteudoPadrao.aspCOD_TIPO_PROGRAMA=&COD_AUDIO=53059. Acesso em: 05/08/2012

Em Sousa, desde o período nômade, as comunidades que formam os ranchos de Cima e de Baixo sempre se organizaram por si, sem qualquer relação de interdependência entre elas. Em linhas gerais, é comum a ligação de parentesco por consanguinidade ou afinidade entre pessoas dos dois ranchos, havendo, no máximo, migrações de ciganos entre ranchos quando da ocorrência de matrimônios ou da junção informal de casais.

A raiz da coabitação dos grupos do Rancho de Baixo numa área até então compartilhada entre eles estaria na intensidade com a qual costumavam confraternizar-se nas principais festividades, depois seguindo seus itinerários, cada qual por si, em busca da subsistência.

A criação do CCDI visou atender a todas as comunidades de Sousa, abrangendo-se também, como proposta, aos ciganos até meses atrás arranchados no município de Marizópolis⁸⁸. Não há indícios, no entanto, de que qualquer relação prática tenha se estabelecido entre eles e o CCDI.

O modelo de gestão do Centro impõe aos grupos ciganos uma organização hierárquica entre si. Afora os ciganos de Marizópolis, os quatro grupos Calon estão representados na equipe gestora através de seus chefes e líderes. No período da etnografia constavam na composição da equipe gestora, entre outros nomes:

- Presidente: Chefe Coronel, primeiro e atual presidente do CCDI;
- Vice-Presidente: Marcos, representante da comunidade de Eládio;
- Primeiro Secretário: Ronaldo Carlos, Chefe de sua própria comunidade e Líder da comunidade de Vicente;
- Segundo Secretário: Dão, um dos líderes da comunidade do Chefe Eládio.
- Tesoureiro: Caubí, Rancho de Cima.

O Coronel, presidente do CCDI por consenso dos próprios chefes e líderes, passa oficialmente a ser um representante direto de todas as comunidades para as relações com os Jurens. Na teoria, as buscas deixam de ser unicomunitárias e

⁸⁸ Município de Marizópolis, localizado a 17,6 km de Sousa. Hoje, essa comunidade está quase toda migrada para o município de São João do Rio do Peixe, a 37,6 km.

passam a ser coletivas, facilitando a captação de benefícios voltados aos interesses ciganos. Quanto às relações entre ciganos, cada grupo permanece autônomo, com os seus chefes e líderes.

O presidente do CCDI atua como um comandante maior, à frente dos interesses gerais. Essa junção dos grupos demonstra a disposição desse povo em se fortalecer politicamente. É o CCDI como mecanismo de empoderamento cultural e, principalmente, de empoderamento político. Com o bom andamento da instituição nesse período de transição cultural, se fortaleceria a influência dos chefes e líderes junto a suas comunidades. Mas, no curso contrário de uma maior integração entre os grupos, o CCDI, que ainda reduz-se a mais uma obra que se constrói sem atender às necessidades do público ao qual se destina, vem deixando sementes de desarmonia. Disseminou-se então entre muitos ciganos a impressão de que recursos estavam chegando sem que fossem aplicados em favor das comunidades. Dentre tantos com quem conversamos, cheguei a ouvir argumentos na linha: *não é possível que tenha vindo secretário, ministro, que eles (os gestores) tenham ido pra Brasília, e não tenha chegado nada pra lá!* O “elefante branco”, tal como é definido pelos críticos da sua inércia, para além de palanque político, em quase nada supre as necessidades reais da comunidade cigana de Sousa. Sobre isso, diz Ronaldo Carlos:

“... porque várias pessoas... promete muitas coisas, chega aqui, aí pega um papel, aí pêi pêi pêi... (som onomatopaico de lápis em anotação) aí diz vou trazer isso pra aqui, pra acolá..., aí vão embora e se esquecem, aí eles pensam que recebemos daquela pessoa aquela coisa, aí já fica imaginando aquilo!... Eu tenho dito a ele (ao atual presidente do CCDI): compadre ói, esse prédio vai deixar muita gente desgostoso com a gente! E já tem muita gente desgostoso comigo e com ele!... o povo promete as coisas e eles (os ciganos de Sousa) sabem que o povo promete! (Os prometedores) chegam a dizer:- eu vou trazer isso aqui pro prédio, eu vou trazer isso aqui e aquilo outro... aí não traz! Eles ficam pensando que o povo traz, aí (os prometedores) tomam de conta e fica (o efeito negativo) pra nós”⁸⁹. (Ronaldo Carlos, em maio de 2011)

O tom do fragmento acima nos indica que foram muitas as promessas e anúncios de ações não cumpridas feitas pelas entidades ligadas à questão cigana

de Sousa. Segundo Ronaldo, alguns ciganos da comunidade pensam que mesmo assim os recursos estão chegando e sendo divididos por poucos, pois muitas vezes presenciaram o momento dessas promessas. Aqui, supomos haver reflexo direto dos modos ágrafos da vida cigana, e que sempre esteve na base das relações comerciais entre ciganos e não ciganos: a palavra como documento. Palavra dada seria palavra cumprida. Ouvir então tantas promessas e discursos providencialistas e nada acontecer termina por gerar descrença numa intensidade que repercute sobre todas as propostas de trabalho que chegam aos ranchos, afinal SEPPIR, políticos, empresários, ONGs, religiosos, pesquisadores... somos todos “o outro”: os Jurens.

Entendemos que a SEPPIR acertadamente entregou a gestão do prédio aos ciganos, equivocando-se apenas em não tê-los devidamente preparado para isso, mediação essa que, levando-se em conta as diferenças culturais, deveria fazer-se com acompanhamento permanente e a longo prazo, já que para mover-se politicamente e captar recursos do Estado os ciganos não podem prescindir dos métodos oficiais de gestão institucional juntamente com seus recursos dinâmicos. Há pouco tempo essa secretaria propôs a transferência dessa gestão para os Kalderash da FSSK, presidida pela advogada Miriam Stanescon. A fundação administraria a aplicação dos fundos do CCDI que se encontravam presos até que os próprios Calon pudessem geri-los. Contrários a essa alternativa, os gestores do Centro a recusaram. Não queremos sugerir que a FSSK viesse a fazer uma má gestão, mas essa alternativa negaria aos Calon a autonomia sobre o seu próprio destino ao entregá-lo para um mediador que, mesmo compartilhando a denominação de *ciganos*, diferem dos Calon em muitos aspectos – além de que estão sediados a uma distância em torno de 2.300km de Sousa e, até o momento, não estabelecem nenhum grau de relacionamento com essa comunidade. Já perto de nossa saída do campo, Ronaldo nos informou sobre a recente articulação com a Universidade Federal da Paraíba - UFPB, mais precisamente por meio do Departamento de Educação, negociação essa simpatizada pelos gestores do CCDI, e que em meio a tantos bloqueios parece ser a última cartada de fé na instituição:

“Se eles arranjasse o que colocaram em papel e em retrato nós tava tudo rico! Eu mesmo da minha parte eu não tenho mais fé... essa semana eu tava conversando

mais o Coronel e disse: ói compadre, esse prédio aí vai ser um museu porque não tem nada dentro! Se eu fosse o senhor ia entregar esse prédio, ia falar com o juiz e dizer “olhe doutor, tome conta desse prédio aí que eu não quero mais não!”... porque não vem um curso! Não vem um emprego, não vem uma ajuda, não vem nada! Aí só pra gente tá lá dentro lavando, varrendo, organizando, pronto! Não tem água! O prefeito cavou um poço com 10m, um poço com 10m dá pra nada!? Um poço com 10m fez foi queimar o motor! Botemos um motor, queimou!” (Ronaldo Carlos, maio de 2011)

O problema nem de longe estaria no ideal de que os ciganos sejam os gestores de seus interesses. Muito pelo contrário, ninguém mais do que eles sabem do que realmente necessitam e dos rumos que devem tomar. Sem dúvidas essa é a forma de garantir-lhes a palavra final na articulação e viabilização das demandas que os têm como foco. Além disso, quem estabelece uma relação mais prolongada com o grupo percebe que há total condição dos ciganos se representarem por meio do CCDI, bastando haver um programa de nivelamento entre eles e o universo operacional das políticas institucionais.

Em 9 de fevereiro de 2012 nos comunicamos com a SEPPIR, solicitando o contato de quem de direito pudesse nos responder um questionário sobre as relações entre a secretaria, a questão cigana no Brasil e os Calon de Sousa. Em síntese, a resposta à nossa solicitação, concedida por e-mail pela Prof^a. Silvany Euclênio, da Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais da SEPPIR, informou, primeiramente, não haver ainda no governo federal *uma base de dados que os possibilite responder um questionário sobre os povos ciganos no Brasil*, e que, por determinação da Ministra Luíza Bairros, havia-se providenciado um levantamento por meio de uma consultoria e aguardavam o resultado para, em seguida, articular os ministérios para *“elaborar um programa de políticas públicas que contemple as especificidades desta parcela da população brasileira”*. Mais adiante, afirmou que *“algumas ações pontuais já estão em andamento, no MDS e no MS”*. Quanto aos Calon de Sousa, disse estar negociando com o governo da Paraíba e a UFPB com fins de dinamizar o CCDI, uma vez que *“o governo federal não tem como garantir o funcionamento do projeto, pois não atua localmente. Precisamos de parceiros que executem as políticas na ponta”*. Gentilmente, a professora se prestou a responder o que mais lhe fosse possível. Retornei o e-mail lhe agradecendo e pedindo detalhes sobre o processo de levantamento (o consultor,

prazos, método adotado, metas, investimento). Como não obtivemos um novo retorno acredito que não lhe foi possível responder.

As informações da secretária demonstram o envolvimento da SEPPIR em capacitar-se para lidar com o que chamou de “especificidades dessa parcela da população brasileira”. De fato, faz-se necessária essa capacitação, pois, tanto há diversidade cultural entre as etnias ciganas como dentro de uma mesma etnia. Fazer tal levantamento ajudará a evitar generalizações que conduzam a aplicações de medidas gerais tomando como modelo a realidade de um ou outro grupo determinado, já que ainda é comum grupos se autodenominarem “autênticos” ciganos em detrimento de outros por razões de serem ou não nômades, cultuarem ou não Santa Sara Kali, usarem ou não roupas típicas, etc. Da conversa com a Prof^a. Silvany Euclênio fica também a impressão de que os ministérios serão mobilizados em favor de medidas pró-ciganas assim que obtiverem subsídios informacionais concretos que lhes permitam empreender aos ciganos do Brasil, pelo menos, políticas correlatas àquelas prometidas nos discursos quando da fundação do CCDI. Sabemos que nada acontecerá do dia para a noite, portanto, todo empenho dedicado pelo governo federal será de suma importância para que as políticas pró-ciganas tornem-se reais e lhes garantam a liberdade de fluir na sociedade brasileira tal como é de direito – mas não necessariamente de fato – a qualquer outro cidadão comum. Sem dúvidas esse levantamento trará um quadro bem mais abrangente do que se imagina haver no país, por exemplo, quanto ao número imaginado de ciganos e grupos, e se houver – como de bom senso achamos que sim – antropólogos nessa empreitada, a diversidade da realidade cultural dos povos ciganos tem muito a informar de útil aos elaboradores de políticas de apoio ao povo cigano.

O diálogo que a professora diz estar havendo entre a SEPPIR, a UFPB e o governo do estado da Paraíba para “conceber um plano que possibilite a retomada do Centro de Referência” remete, provavelmente, à tentativa de retomar o plano original de criação e dinamização do centro, nascido de uma coalizão de forças políticas junto a outros setores da sociedade e planejado para nesse formato desenvolver-se. Lembremos que a Eletrobrás disponibilizou 300 mil reais para a construção do Centro dentro de uma parceria com o Ministério da Cultura; o senador Marcondes Gadelha junto com seu irmão Salomão Gadelha, ex-prefeito de Sousa

teriam sido os articuladores solicitantes do apoio da SEPPIR; o governador da Paraíba, na época, José Maranhão, prometera beneficiar a comunidade com a construção de casas populares e aplicação de programas de geração de renda; o prefeito do período, Fábio Tyrone, solicitou ao ministro da igualdade racial apoio para construção de casas e para obras de saneamento básico – estas últimas transgrediram em prazo até mesmo um TAC – Termo de Ajuste de Conduta imposto pela Promotoria do Meio Ambiente de Sousa⁹⁰. Todos em discurso salientando a importância da cooperação entre as esferas do governo e outros parceiros. O curioso é que o prefeito era adversário dos irmãos Gadelha, chegando a negar a Marcondes Gadelha o direito de expressão em palanque quando da inauguração do CCDI. Assim, para que uma aliança tão plural atenda às expectativas que justifiquem sua formação, logicamente é necessário que haja um articulador à altura, principalmente quando dentro do quadro de apoio coabitam adversários políticos. Já se percebe que nem o Ministério da Cultura nem a SEPPIR assumem essa responsabilidade, quem então articularia e mobilizaria as forças sobre cuja falta de coesão justifica-se a inoperância do centro?

Refletindo sobre as informações da Prof^a. Silvany Euclênio, o fato é que se a SEPPIR vem buscando capacitar-se para atuar efetivamente como agente propiciador de meios para desenvolvimento dos povos ciganos, é fundamental que consiga resgatar o projeto do CCDI, transformá-lo num empreendimento de sucesso e num modelo de projeto – e não apenas numa obra de concreto. De qualquer modo, convém a cautela de que o cigano não seja um mero coadjuvante nesse processo. Qualquer que seja o empreendimento ofertado, as ações devem ser pensadas com sensibilidade antropológica na sua concepção e execução, respeitando a leitura feita pelo olhar cigano sobre o suposto benefício e com ele negociando os meios e os fins dessas ações. Por exemplo, não é sensível garantir saúde pública submetendo mulheres a ginecologistas homens, nem criar projetos de produção de artesanato para grupos que não tenham tais interesses, ou priorizar investimento em atividades que não se utilizam das manifestações de talento mais evidentes num grupo.

⁹⁰ http://www.mp.pb.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2919:promotoria-firma-tac-para-a-realizacao-de-saneamento-basico-na-comunidade-cigana-em-sousa&catid=34:gerais
Ver anexo IV.

Entretanto, algumas ações acertadas da SEPPIR e do MinC devem ser ressaltadas. O Prêmio Culturas Ciganas contemplou ciganos de 15 estados e 23 cidades. Os três selecionados da Paraíba foram da comunidade cigana de Sousa, dentre eles dois chefes, com um projeto voltado à formação de conjunto musical e outro para difusão de rezas e trabalhos de cura. Ainda de Sousa, quatro ciganos ficaram na lista de espera, havendo sido informados, segundo eles, de que seriam contemplados numa segunda chamada da lista que estaria para acontecer. Em comunicação por e-mail com representantes do Prêmio Culturas Ciganas, recebi a informação de que não havia previsão para essa segunda premiação, o que praticamente equivale a dizer que a premiação está cancelada. Também ao que as fontes indicam, fora ofertado treinamento para capacitação dos ciganos em elaborar projetos, entre os dias 16 e 17 de outubro de 2010, no prédio do CCDI. Segundo divulgação da própria SEPPIR em seu site, *“foram ministrados conteúdos referentes aos instrumentos normativos para a confecção de projetos, bem como os procedimentos para sua inserção no Sistema de Convênios – SICONV”*⁹¹. De fato, ainda exercitando bastante os conhecimentos obtidos em dois dias de oficina voltados a prepará-los com base num conteúdo cujo domínio pede exercícios diários de aprendizagem, os mais jovens ou os poucos adultos com estudo podem lidar bem com tal linguagem, mas a grande maioria, pouco ou nada escolarizada, provavelmente não consiga fluir tão rápido a ponto de nivelar-se numa competição que sempre beneficia projetos mais claros, normatizados e coesos. Mesmo que o MinC venha adaptando métodos de avaliação aos níveis de letramento das comunidades tradicionais como um todo, para tocar para frente o CCDI, assim como para poder participar de editais com níveis de complexidade acima dessas adaptações facilitadas – e, assim, não terem que ficar restritos a um ou dois programas –, é necessário que sejam potencializados a lidar com a vasta gama de alternativas disponíveis no campo das políticas de fomento a cultura, esporte, lazer, educação, saúde, emprego e renda. Assim, a inclusão da comunidade no páreo das competições por recursos destinados às minorias étnicas, e, mais especificamente, daquelas voltadas exclusivamente à cultura cigana, carece de mais iniciativas de mediação da SEPPIR e SID/MinC, instâncias máximas de articulação e fomento de

⁹¹ Conferir texto disponível em: <http://www.seppir.gov.br/relatorios-de-gestao/2010/Relatorio%20de%20Gestao%202010%20-%20SEPPIR%20-%20versao%2031.03.2011.pdf>. Acesso em: 06/07/2012

políticas públicas para a diversidade étnica e cultural, de modo a melhor potencializá-los levando em conta toda a pluralidade da realidade cigana em todos os âmbitos do país. Pergunta-se: quem mais poderia fazê-lo com tantas ou mais prerrogativas que a SEPPIR?

OS CALON E A CENA POLÍTICA

No período nômade a necessidade da proteção de poderosos locais quando da passagem dos grupos pelos municípios moldou o relacionamento que o cigano estabelece com a política até os dias de hoje. Não é novidade que em praticamente todos os lugares do mundo por onde passaram ou pararam os ciganos eram sempre tratados como hóspedes indesejados, frequentemente sendo expulsos daqueles territórios. Até quase trinta anos atrás os Calon, hoje sedentários em Sousa, costumavam andar por horas e, quando paravam, famintos e cansados, eram muitas vezes expulsos, fosse por donos de terras, fosse por uma autoridade policial, judicial ou política de um povoado, distrito ou cidade. Por isso era comum o chefe ou líder cigano, antes do arranchamento do grupo, procurar essas autoridades em busca de garantias de uma passagem tranquila com parada provisória. Aqueles que auxiliavam ou apenas permitiam o arranchamento tornavam-se grandes amigos, passando a merecer afeto real e profundo, principalmente se os tratavam bem. O bem recebido era correspondido com gratidão, respeito e admiração, legado que pode se estender por gerações. A boa relação estabelecida com essas autoridades gerava portos seguros no mapa do nomadismo. O protetor era alguém a quem chefes e líderes ciganos sempre recorreriam como mediador entre a sociedade não cigana e as necessidades ciganas – principalmente a necessidade de parar e circular pelos municípios em busca da sobrevivência, tanto quanto de alimentar o grupo. Dentro da lógica de que o poder só ouve e teme o próprio poder, o apoio recebido de um protetor lhes garantia livre permanência temporária num setor, de modo que nenhuma outra autoridade local menos poderosa pudesse proibi-los.

Para enfrentar a discriminação os Calon não poderiam nunca contar com a justiça dos não ciganos, mas apenas com a ajuda do alto – de ícones religiosos católicos por via de promessas e orações. As relações mantidas com esses mediadores garantiam uma parada tranquila em um terreno nas bordas de um

município ou em terras privadas, geralmente fazendas. Outras vezes garantiam doações de recursos de subsistência, outras, trabalhos de bico. Mesmo após a parada na região de Sousa essa forma de relação CIGANOS – MEDIADOR DETENTOR DE PODER – SOCIEDADE SOUSENSE continuou prevalecendo, perdendo parte de sua força nos últimos anos para uma nova perspectiva aberta pela democracia, quando os ciganos começam a se compreender como minorias étnicas com direito à proteção legal, além de cidadãos sousenses e brasileiros com direitos e deveres garantidos por lei. O advento dessa nova mentalidade étnica vem trazendo a perspectiva de não mais haver a necessidade vital do mediador, geralmente um político, o que não só pode aumentar o valor de interesse do grupo na relação com o mediador - ou seja, o aumento de cotação do apoio de chefes ciganos a determinadas campanhas -, como também, paulatinamente, os emancipa do atravessador social, ampliando os horizontes de acesso e fruição dos mecanismos de progresso da sociedade majoritária.

Na origem, poucas décadas antes da *parada para morar* em Sousa, as três comunidades ciganas que na época passaram a habitar o município compunham uma só comunidade. Especificamente quanto ao Rancho de Baixo, os chefes migraram para Sousa como ponto base: Vicente pelo apoio de Antônio Mariz, Eládio pelo apoio dos Gadelha, na época duas forças políticas que disputavam o poder na região e que contavam com os numerosos votos dos grupos ciganos.

Antônio Mariz é visto como um grande protetor dos ciganos, aquele que garantiu o direito do cigano *parar e morar*. É profundamente respeitado por todos uma vez que, já como governador da Paraíba, proporcionou moradia fixa às famílias através da construção de casas populares, mesmo aos que declaradamente não o apoiavam. Como o ex-governador faleceu durante gestão sem haver terminado as obras, a conclusão ficou a cargo de José Targino Maranhão, vice-governador que assumiu o Governo do Estado da Paraíba. Falar mal de Mariz significa ser instantaneamente reprovado e repellido por qualquer cigano. A admiração dos ciganos pode ser facilmente percebida, uma vez que há muitos ciganos de nome Mariz. O trecho do artigo de Moonen deixa claro o tom da ligação dos ciganos com o governador:

“Por coincidência, quando da pesquisa de campo, de janeiro a abril de 1993, o senador Antônio Mariz foi

submetido a duas delicadas cirurgias em São Paulo. Todo dia os ciganos perguntaram sobre o estado de saúde do senador, os rádios do acampamento ficaram ligados só para ouvir notícias a respeito, imagens do padre Cícero e frei Damião foram colocadas na frente de um calendário ano 1993 com o retrato do senador, todos rezaram, promessas foram feitas. Houve quem ameaçasse rasgar não somente seu próprio título de eleitor, mas também os títulos de todo mundo caso acontecesse o pior, porque então tudo estaria perdido para os ciganos, e nunca mais ninguém iria votar seja em quem for”. (MOONEN, 2011b, p. 38)

Mariz parece ter sido, até hoje, a maior referência de proteção que um cigano recebeu de um não cigano político em Sousa. Em seguida podemos destacar a primeira dama, Aline Gadelha, que inspirou seu esposo, o prefeito Salomão Gadelha, a ajudar a comunidade com empregos e ações assistenciais, embora indícios apontem que essa ajuda tenha sido mais concentrada na Comunidade de Pedro Maia. Mesmo assim, o governo de Salomão Gadelha tornou-se sinônimo de perspectivas de melhoria de vida para todos, uma aposta certa de um futuro melhor nas relações com não ciganos. Chegou a empregar alguns ciganos no serviço público municipal, período crítico de fome e desemprego. A primeira dama, por cuja memória os ciganos costumam demonstrar muito afeto, foi a ponte entre o governo Salomão e a comunidade cigana. Depois de Antônio Mariz, foi o segundo momento de intervenção social de grande relevância na vida dos Calon no pós-nomadismo, rendendo a alguns ciganos o benefício do trabalho e da sobrevivência. Nomeou um membro da etnia Calon para o cargo de Gerente do Meio Ambiente, o chefe cigano Coronel. Outros foram empregados em outras funções, inclusive um cigano do Rancho de Baixo, que trabalhou numa representação local da SEPPIR – hoje extinta – gerida pela prefeitura de Sousa. Indubitavelmente, essa fase trouxe imensa contribuição para a autoestima cigana, elevando sua imagem da obscuridade marginal para uma cidadania ativa, embora parcial⁹² e ainda marginal, através da participação cigana na prestação de serviço público e no exercício de um cargo

⁹² A cidadania plena é uma meta que os ciganos visam alcançar de forma consciente e planejada daqui para frente. Entretanto, pra muitos, principalmente para os mais idosos, isso não passa de uma utopia, pois muito mais do que as dificuldades de convívio pelas diferenças culturais, a razão central seria o preconceito contra ciganos. A ideia de cidadania condiz com o direito de atuar na produção e no acesso dos bens construídos coletivamente. O direito à educação já foi conquistado por intervenção do Ministério Público da Paraíba, mas ainda falta, por exemplo, direito de acesso justo ao mercado de trabalho e à saúde pública de qualidade.

político de confiança. Também Salomão, juntamente com o seu irmão Marcondes Gadelha, articulou no ambiente político a criação do CCDI, inaugurado apenas no primeiro ano da gestão do atual prefeito Fábio Tyrone. Salomão deixou a prefeitura antes do fim da gestão. André Gadelha, vice-prefeito e sobrinho deste, assumiu o cargo no último ano de mandato de seu tio, passando a canalizar uma ou outra ajuda para o Rancho de Baixo, fase que teria se encerrado logo em seguida a sua derrota nas urnas para o atual prefeito, por 121 votos. André Gadelha foi eleito em seguida deputado estadual, função que cumpre no presente momento, mas já anunciou nova candidatura à prefeitura de Sousa pelo PMDB nas eleições 2012. A candidatura tem surgido como uma esperança a muitos dos membros da comunidade cigana do Rancho de Baixo, que vêm se sentindo completamente desassistida pela atual gestão e pelos vereadores da situação.

A intervenção de Aline e Salomão Gadelha produziu transformações positivas na realidade Calon. De fato, não só contribuiu para a melhoria social, mas também para a imagem do cigano em Sousa. Mariz foi de suma importância para a radicação dos ciganos no município, passo decisivo que impulsionou, até o presente momento, a estabilização territorial dos grupos. Também contribuiu para o acesso dos ciganos à educação e aproximou o Ministério Público da Paraíba da questão cigana ao solicitar ao Procurador da República da Paraíba, Luciano Mariz Maia, que apurasse denúncias de violações aos direitos humanos daqueles ciganos. Salomão e Aline Gadelha, anos depois, mais especificamente durante a gestão que transcorreu entre 2004 e 2008, abrem a segunda comporta para a inclusão social efetiva dos ciganos e contribuem para a desconstrução de velhas imagens anticiganas na sociedade sousense, o que impulsionou a ampliação das formas de sociabilidade com os não ciganos.

Hoje, a relação do atual prefeito de Sousa e dos vereadores da situação com os ciganos do Rancho de Baixo pode ser interpretada como conflituosa e bastante desfavorável a esses grupos. O saneamento básico tem sido a atual bandeira reivindicatória dessas comunidades, e não é para menos. Em 25 de maio de 2011, um dia após o dia nacional do cigano, o prefeito, alguns de seus secretários e dois dos vereadores da situação mais criticados pelos representantes do Rancho de Baixo, devido a algumas reclamações e denúncias feitas por representantes ciganos na Promotoria do Meio Ambiente do Ministério Público da Paraíba, foram ao CCDI

anunciar a implementação de um pacote de obras e programas assistenciais. Das obras a primeira anunciada, com início para junho de 2011, foi o saneamento básico. Três meses depois, feito o saneamento, viria o calçamento, proposto para ser finalizado até o fim do mesmo ano. Entre dezembro e janeiro começaria a construção de uma praça em cada rancho, juntamente com a implantação de equipamentos esportivos de academia de musculação. No CCDI seria instalado um telecentro para inclusão digital dos jovens da comunidade. A prefeitura não só doaria os equipamentos e as instalações, como também financiaria cursos para capacitação ao mercado de trabalho. Tudo seria concretizado até a metade de 2012. Os programas sociais foram anunciados pelos próprios coordenadores, previstos para entrar em vigor a partir de meados de julho do mesmo ano. O programa “Novo Lar”, pelo qual seriam doados por mês 100 cheques de R\$ 600,00 até que cada chefe de família o tivesse recebido, objetivava proporcionar poder de compra de material de construção para melhoria da qualidade de vida das pessoas mais carentes, com renda de até dois salários mínimos e prioritários para moradores em situação de risco. Pode-se dizer que a maior parte da Comunidade Cigana de Sousa encontra-se nessa zona. O beneficiamento seria com telha, tijolo, cimento, cal, sistemas hidráulicos e sanitários. Outro programa foi o “Fazer Negócio”. Por meio dele as pessoas de baixa renda poderiam fazer empréstimos facilitados no valor de R\$ 1.200,00 para a geração de pequenos negócios. No fim, o investimento previsto necessário de R\$ 432.000,00 em benefícios até o último dia do mandato – dezembro de 2012. O terceiro programa anunciado foi o “Pão na Mesa”, que consistia na distribuição de 10 mil pães por dia para as famílias mais necessitadas, com 5 pães e dois litros de leite por família. O objetivo alegado foi o de garantir a nutrição básica de famílias carentes. Todos os programas foram anunciados para serem oficialmente iniciados em 10 de julho de 2011, pouco mais de quarenta dias após o anúncio público. Ao término, festejaram-se as boas novas com um almoço realizado na casa do Chefe do Rancho de Cima e atual presidente do CCDI.

A aparência era de providência. O prefeito finalizou o seu discurso dizendo reconhecer o débito de Sousa para com os ciganos e que a equipe gestora do município iria pagar esse débito, enfatizando o tom providencial ao ressaltar que só *“não podiam anunciar que fariam as ações pra daqui a dez anos!”* Fecha o discurso com *“discursar e não trabalhar não voga mais!”*

Um anúncio feito no CCDI pelo próprio prefeito, por sua secretária de ação social e pelos coordenadores dos programas, com fortes frases de efeito e presença da imprensa local, um dia após o dia nacional dos ciganos e depois de tantos conflitos, somado à utilização de jargões na linha *eu não vim prometer, eu vim fazer!* Pela proximidade das datas anunciadas não se tratou ali de promessas para o futuro, mas sim de um anúncio de “*mudança já!*” Passados mais de quatro meses do pronunciamento, o esgotamento sanitário, a primeira das obras, apenas havia sido iniciado após vários protestos feitos por representantes das comunidades de baixo já depois do anúncio, culminando com a tardia assinatura de um TAC – Termo de Ajuste de Conduta, imposto ao prefeito pela mesma Promotora do Meio Ambiente para conclusão da rede de esgotos até o fim de dezembro de 2011, mas nada avançou. Em março de 2012, contatando membros de ambos os ranchos e consultando a imprensa sousense, soubemos que as obras continuavam paradas e em estágio bem distante da sua conclusão. Quanto aos programas, até dezembro de 2011, nenhum deles funcionou sequer perto do que foi proposto, já que pouquíssimos ciganos conseguiram acesso ao empréstimo de capital e às doações para reforma do lar. Também o programa de distribuição de pães e leite, até meados de novembro, não manifestou qualquer sinal de funcionamento. Mesmo com ordem judicial burlada e pressão popular das comunidades do Rancho de Baixo, bem como denúncias feitas pela imprensa de oposição, as demandas parecem estar sendo prorrogadas para um período mais aproximado das eleições 2012.

A maioria dos políticos de Sousa hoje tenta estabelecer vínculos com os chefes e líderes ciganos no intuito de puxarem ao máximo pra si o apoio de suas comunidades, apoio esse com potencial para determinar a eleição de qualquer político local, haja vista tratar-se de uma cidade cuja população gira em torno de 70 mil habitantes. Sendo assim, a população dos ranchos, que a olho nu aparenta atingir a faixa de 700 habitantes, indubitavelmente tem todo potencial de definir uma eleição local em caso de disputas acirradas entre os candidatos, o que facilmente pode ocorrer. O censo de 2010 registrou uma população total de 65.803 habitantes entre a grande área urbana e rural⁹³ do município de Sousa. Supondo ter havido pouca alteração dos números populacionais de 2008 para 2010, o município

⁹³

Dados do IBGE Cidades, disponíveis em:
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=251620>. Acesso em: 07/07/2012

dispunha de um eleitorado de 45.295 pessoas, cuja votação apurada ficou em 38.486 votos. O candidato eleito obteve 17.971 votos, contra 17.850 do segundo colocado. Os demais candidatos tiveram votações inexpressivas, enquanto brancos e nulos somaram 2.522 votos⁹⁴. O valor do voto do povo cigano, cujo número de eleitores é muito maior que a diferença que elegeu o vencedor da última eleição, sem dúvidas, pode ser a “carta na manga” de um candidato às eleições municipais.

Em teoria, conquistar o voto de um chefe de família cigano significa conseguir o apoio de toda a família extensa: o chefe e todos aqueles que, dentre seus parentes mais diretos, tiverem idade para votar. Em bem maior proporção, supõe-se que conquistar o voto do chefe de uma comunidade também significa obter o apoio de todos os que são por ele comandados. Passados 30 anos de sedentarismo, embora nesse ínterim avanços inegáveis tenham acontecido, grande parte da comunidade continua carecendo de recursos básicos de subsistência. Muitas são as famílias que subsistem com poucos recursos, ainda se detectam quadros de fome ou de privações alimentares contínuas, bastante desemprego e precariedade no saneamento básico, além das manifestações recorrentes, sutis ou grosseiras de discriminação. Não falta quem se disponha a fazer uso dessa situação para alimentar velhas práticas clientelistas tão comuns no sertão nordestino, e em Sousa não acontece de modo diferente, principalmente em período de eleições. O assédio pelo voto cigano em troca de promessas de emprego(s), auxílios financeiros ou outras formas de “ajuda” é comum, momento em que os Calon não só passam a ser bem tratados como se fortalecem nesse campo de negociações. Numa macrodimensão, um termo comum dessa negociação é que o suposto político apoiado se torne um personagem de atuação pró-cigana na cena local, e isso não significa nada mais que ajudá-los com empregos, remédios e alguma proteção diante de situações discriminatórias, sem os quais, respaldados pela própria história, acreditam que ainda hoje só teriam por si a vontade de Deus, concepção fruto do entendimento de que a justiça dos Jurens não se aplica de forma justa ao povo cigano.

⁹⁴ Dados do TRE da Paraíba, Eleições 2008, disponíveis em: http://www.tre-pb.gov.br/she/pages/consulta/resultado_cargo_geral_localidade.jsf. Acesso em: 08/07/2012

A VIA SERTANEJA

Alguns agentes locais vêm contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento da consciência política dos Calon do Rancho de Baixo. Dentre eles destacamos a atuação da ONG Via Sertaneja, criada por César Nóbrega e Fernando Perissê, e que desde 2007 atua na região de Sousa e, de alguns anos pra cá, vem influenciando na percepção crítica dos ciganos acerca de sua própria realidade social.

Formada por um núcleo composto por atores locais e de outras regiões do país, a ONG conta com um nicho crescente de colaboradores, entre intelectuais, estudantes e profissionais de segmentos variados. Nasceu com o objetivo de desenvolver projetos e ações de conscientização popular para o desenvolvimento sustentável no convívio com a seca no sertão. Segundo seu atual presidente Fernando Perissê, por sempre esbarrar na corrupção, principalmente política, como obstáculo maior ao progresso das ações da ONG, combatê-la passou a ser a bandeira na luta pelo cumprimento do *Estado Democrático de Direito*⁹⁵.

Tal como historicamente ocorre no Brasil, e de forma bastante acentuada no sertão nordestino, a busca do poder alimenta velhas práticas que estagnam o desenvolvimento humano e o avanço da democracia. A grande população sempre termina sendo vítima de antigos métodos de dominação, mecanizadores das indústrias da seca, da miséria e da fome. Nessa realidade comum aos flagelados do sertão, ao longo da história coronelismo e política sempre andaram imbricados alimentando-se mutuamente na conservação do poder, suplantando o Estado Democrático de Direito na prática e fortalecendo esquemas clientelistas ainda bastante praticados naquela região.

Mesmo estando Sousa situada no semiárido brasileiro, sendo fortemente atingida nos períodos das grandes secas, facilmente se percebe o potencial de desenvolvimento do seu território. Localizada entre dois importantes rios, o Piranhas e o Rio dos Peixes, também é beneficiada por alguns açudes, sendo o principal

⁹⁵ Sistema vigente no Brasil, no qual o cumprimento da lei escrita deve preponderar sobre qualquer outro interesse ou poder.

deles o de São Gonçalo. Possui boa presença de verde e parcelas de terras semiférteis e férteis para atividades agrícolas. Indústrias, serviços e produção agropecuária são as bases da atividade econômica. Também conta com imenso potencial turístico, bastando para isso que se revitalize o seu sítio paleontológico, pedaço sousense do Vale dos Dinossauros, grande área portadora de pegadas solidificadas dessa extinta espécie animal.

A despeito das boas perspectivas de avanço para este território, a mentalidade política parece conservar vícios que retardam o maior progresso da região, tal como ocorre em várias localidades do sertão nordestino. Nesse contexto as ações da ONG assumem formas de denúncias públicas, ações judiciais, realização de eventos para discussões de problemas e mobilizações coparticipadas pelas categorias sociais excluídas. Quanto ao trabalho junto às comunidades ciganas, sua contribuição tem sido a de auxiliá-los na construção de uma consciência política capaz de fazê-los organizar-se e fortalecer-se enquanto grupo social. Sua metodologia inspira-se, principalmente, nos pensamentos do Frei Leonardo Boff e do grande educador Paulo Freire. Dessa forma, costuma reunir a comunidade, promover debates sobre a realidade do grupo, seus problemas e possíveis soluções, concentrando-se no papel de moderadores:

“A nossa missão é questionar. É a grande intenção do círculo de cultura de Paulo Freire, fazer o cara pensar, raciocinar, fazer o grupo expor sua vivência, sua opinião. Você é o disseminador do diálogo, do debate entre eles. Eu não tenho que estar opinando em questões ciganas, embora eu tenha opinião. Do que adianta “vocês deveriam fazer isso, deveriam fazer aquilo...”! A constituição da autonomia, eu acho que é a parte mais difícil de uma liderança, é quando a liderança tem que abrir mão do que pensa, do que acha que deve ser feito, pra deixar que isso saia da comunidade, comece a emergir da comunidade, mesmo que o resultado desse debate esteja muito aquém do que você imaginava ser o certo. Mas você tem que abrir mão, porque não adianta você avançar mais do que a massa, não adianta você estar à frente da massa, tá na frente do povo, gritando coisas e chamando pra te seguir messianicamente, não adianta! Ou a comunidade constrói aquela solução e chega junto (adianta o raciocínio)..., porque aí é que vai o sucesso!” (Fernando Perissê, outubro de 2010)

Muito mais que o Rancho de Cima, chefes e líderes do Rancho de Baixo têm se utilizado com frequência da disposição da ONG em trabalhar a questão cigana, e isso desde o advento do CCDI. Com base na comparação dos dados obtidos do presidente da Via Sertaneja e do Líder cigano Maninho, podemos depreender que a forma pragmática como tem se dado tal contribuição reflete-se diretamente na emergência de uma postura cigana cidadã, um impulso para a evolução da subcondição social dos Calon para um nível mais combativo de defesa dos seus interesses.

Uma ação direta é o *encorajamento à militância*, estimulando-os a seguir em frente e não recuar diante de ameaças. Durante muito tempo a reação comum ante a opressão sofrida foi de medo, uma vez que ser cigano era estar à mercê de leis unilaterais e que lhes eram quase sempre desfavoráveis. O mediador era, então, esse encarregado de protegê-los em troca da fidelidade e devoção da comunidade.

Para além disso, observando o capital intelectual do qual a ONG dispõe para operar no objetivo declarado de luta junto às classes menos favorecidas ou excluídas, a contribuição da ONG agrega força no processo de sensibilização pela necessidade de *compreensão da lei e de seus processos dinâmicos*, aquisição essencial para o empoderamento político dos chefes e líderes da comunidade. Isso chama atenção das lideranças para o entendimento de que há um poder que se sobrepõe a todos os poderes legítimos ou ilegítimos, aquele que, codificado na Constituição Federal, teoricamente garante igualdade de direitos e deveres a todos os seres humanos da nação brasileira. A ela todos estão submetidos. Compreendê-la numa dimensão administrável seria então o primeiro passo para uma evolução no campo das reivindicações, o que, daqui por diante, no aspecto da dependência contribui para enfraquecer a figura do mediador quando esse não age como protetor.

Na sequência temos os *atos de protesto*, legitimados pelo direito à liberdade de expressão. É sabido que a lei teórica com frequência se enfraquece na prática por força de lobismos, corporativismos, incompetências, descasos, preguiça, discriminação etc. Dessa forma, levar um problema ao conhecimento público pode ajudar bastante no enfraquecimento das forças opressoras, na pressão para que a justiça opere, possibilitando a prevalência da lei escrita sobre aqueles que se utilizam do medo para vigorar. As reivindicações divulgam um quadro social que é transformado em discurso político. Demonstram também um nível de organização

que incide diretamente sobre as disputas partidárias da política em Sousa, pois tais reivindicações, através das dinâmicas conduzidas por Ronaldo e Maninho, terminam por atingir um alçó da cena política sobre os ciganos do Rancho de Baixo, a atual gestão de Sousa, e deposita esperanças de melhorias no oponente direto, aquele que evoca a simpatia do grupo representado por esses líderes ciganos. Trata-se de um Gadelha, atuante pelo mesmo partido de Antônio Mariz, este considerado um grande protetor dos ciganos.

Uma iniciativa que nasce da estreita relação dos Calon do Rancho de Baixo com a política em Sousa é a *representação dos seus interesses no âmbito político*. Aqui, a necessidade de o cigano visibilizar-se enquanto categoria social e conquistar espaços em instituições não ciganas demonstra um passo de transição, e com potencial transformador, da velha condição caracterizada pela dependência para uma postura ativa, participativa, autorrepresentada no campo político, o que contribui para a quebra dos paradigmas que caracterizaram a relação entre ciganos e não ciganos naquela região.

A metáfora da Torre de Babel é bem representativa da diversidade, seja ela linguística, cultural, ideológica... Representar os interesses de sua comunidade ajuda a fazer valer a democracia, impulsionando o avanço na direção dos objetivos para o futuro do grupo.

Os ciganos ocupam uma posição estratégica na luta pelos seus direitos no momento em que assumem papéis reais e oficiais no sistema. A eleição de um Calon para o Conselho de Fiscalização do Orçamento Democrático do Governo da Paraíba pode ser representativo de um cigano que não apenas começa a se impor como socialmente incluso, como também demonstra seu potencial de transformação de uma realidade já em construção pelos jovens Calon. Nesse itinerário ideológico, os ganhos obtidos pelo processo simbólico vêm gerando mais resultados palpáveis que outras formas de benefícios relativos a funções exercidas. Para Perissê, é importante que participem dessas reuniões e desses conselhos, pois assim se obtém a noção prática e real da amplitude do que é ser cidadão de fato:

“... isso é o exercício da cidadania pra eles, acende uma luz de que eles começam a ter cidadania... O que vem depois, em contrapartida, que é a frustração do que essa cidadania causa! Ela não é real, eles (o governo da Paraíba e a política local) não estão querendo nada,

eles estão querendo simular uma democracia participativa, estão querendo resultado eleitoral com isso... Então as lideranças têm que saber o momento certo de deixar que essa coisa se acenda e depois começar a questionar como tá indo, como tá acontecendo e tal, até que questiona pra ver se tem o entendimento do porque que não existiu a tal democracia, a participação não foi efetiva. Eu vi muita gente frustrada no Conselho de Segurança Alimentar, riam, se empolgavam e depois viam que não era nada daquilo. Mas essa participação é importante pelo processo, fortalece o censo de cidadania.” (Fernando Perissê, outubro de 2010)

De qualquer modo, o grande bônus desse processo em curto prazo precisa ser observado sob o prisma da educação e adaptação às práticas de cidadania em sua amplitude maior. Além disso, o cigano não chega nesse universo desprovido de potencialidades, muito pelo contrário, é hábil em negociar, capaz de rapidamente compreender as vantagens e desvantagens num ato de negociação, precisando apenas aprender com eficiência como funcionam os mecanismos burocráticos do jogo político. Talvez um grande desafio, *a priori*, seja ter que lidar com o espectro do preconceito e as formas sagazes e desonestas sob as quais possa se manifestar.

“Por não acreditarem na democracia desse esquema já haviam decidido não participar. Mas participaram de uma reunião da CEAP, com muitos ciganos presentes. No intervalo, um técnico da gestão de Ricardo Coutinho pediu licença pra falar sobre a reunião do orçamento democrático que iria acontecer. Elogiou a organização dos ciganos por estarem presentes em grande número, e sugeriu que eles se fizessem presentes, pois era ali que tava vendo um grupo organizado de fato. Eles foram. Por estarem em maioria, poderiam pegar 10 das 16 vagas, mas sugerimos que não fizessem golpe de maioria, e sim pegassem quatro vagas em Sousa, que já seria 25%, e distribuíssem para um cigano, uma mulher, e outros representantes... Na hora ele (o Líder Maninho) achou que não seria votado, com medo de ser rejeitado, achando que seria discriminado. A vitória de Maninho acendeu a cidadania dentro dos ciganos. Pra o estadual somariam aqueles 16, mais outros 16 de fora pra montar o estadual escolhendo quatro. Mas o pessoal do PSB, da organização do governo se organizou... e chegaram lá já estava tudo definido... (mesmo assim) Maninho perdeu por pouco. Tem outro cigano que está no conselho de segurança alimentar. Participar dessas reuniões e desses conselhos dá a

eles uma noção de que estão começando a exercer a cidadania.”⁹⁶ (idem)

Ouvimos o mesmo relato do próprio Maninho, que confirmou não acreditar que o deixariam chegar lá. Ao mesmo tempo em que vislumbra transformação também demonstra uma noção determinista do preconceito nas formas como é manifestado hoje. Para além do que informa o trecho acima, essa percepção também é observada numa dicotomia comum percebida no discurso cigano, que ao mesmo tempo em que diz ter fé num futuro melhor pra comunidade, afirma não acreditar que os impedimentos provenientes do preconceito venham a desaparecer. De qualquer modo, mesmo que a função de membro do conselho fiscalizador das aplicações de recursos do orçamento democrático da Paraíba, no setor denominado de 10^a região, não se trate de um cargo executivo ou que lhe proporcione ferramentas significativas que garantam o provimento imediato das necessidades sociais da comunidade, essa atuação é simbolicamente vital para o fortalecimento dessa nova mentalidade emergente.

Logicamente, a perseverança em, por caminhos políticos, transformar a própria realidade social pedirá dos ciganos o exercício da paciência quanto às datas, prazos, estratégias e processos que são imanentes a essas dinâmicas, assim como lhes solicitará prontidão em lidar com os dissabores desse universo multifacetado das negociações e disputas políticas, o que faz dessa jornada uma alta aposta numa ideia de futuro tecida ponto a ponto, já que as possibilidades de grandes conquistas trazem intrínseca a probabilidade de grandes decepções. Dessa forma, o imediatismo notável, característico do comportamento individual e do sistema de subsistência cigano, no qual a vantagem imediata sana provisoriamente as necessidades de uma família ou grupo, poderá lhes gerar conflitos de adaptação a um novo ritmo processual, ao qual estarão submetidos e que caracteriza os modos não ciganos de negociação política. Também, por esse caminho, o cigano vai aos poucos eliminando as gorduras representadas por mediadores interétnicos não ciganos, e apenas os mais representativos, aqueles que melhor corresponderem às suas necessidades, vão permanecendo na orla de relações afins do grupo. Por consequência, o voto passa a ser valorizado no sentido de que esperam dos políticos menos assistencialismos efêmeros e mais apoio real. Maninho entende que não há problema na relação do cigano com a política. Se essa relação ajuda a sua

⁹⁶

Grifos nossos.

comunidade de fato ela é necessária, no entanto o preço dessa troca hoje está acima dos meros favores individuais. Almejam propostas mais eficazes, suporte mais concreto.

“Como eu expliquei a Marcondes Gadelha um dia desses, ou eles ajudavam ou nós ia procurar uma pessoa que pudesse interagir com a gente como nós faz com eles, porque nós faz por eles o que nós pode! Nós briga, nós veste a camisa, nós sai em rua, nós enjeita proposta de dinheiro pra ajudar eles, defender eles, aí, ele ficar calado, não se mover, não defender nós em nada não tem como não né! Nós precisamos defender eles, mas nós precisa que eles defenda nós também!”
(Maninho, em setembro de 2011)

O trecho deixa claro que o tempo de apoiar figuras políticas e não ser correspondido na mesma proporção está chegando ao fim. Essa relação precisa trazer eficácia nas soluções dos problemas da comunidade. Prevalece então a busca por garantir um protetor verdadeiro, que os ouça e atenda no que for necessário. Mas na prática o político geralmente não se assume enquanto representante do Estado e foca-se em garantir seus interesses pessoais, logo a prática do clientelismo passa a assumir novas formas, ainda assim esses mediadores terminam por ocupar o espaço que o Estado deixa vazio ao não se fazer presente na questão cigana.

Por fim, atendo-nos aqui aos benefícios sociais da relação entre os Calon e a ONG Via Sertaneja, apenas no período etnográfico ficou bem perceptível a positividade dessas ações que definimos como de influência, com resultados que representam avanço na concepção de cidadania dos ciganos de Sousa. Dentre os principais acontecimentos ligados à comunidade do Rancho de Baixo e que pude acompanhar durante a pesquisa de campo, nos quais identificamos efeitos dessa relação, estão: a reclamação pública feita diretamente ao governador da Paraíba, Ricardo Coutinho⁹⁷, por três membros do Rancho de Baixo e em três momentos

⁹⁷ Reunião realizada em 29 de abril de 2011, na 10ª Região Administrativa do Orçamento Democrático da Paraíba sediada pela cidade de Sousa, que contou com a presença do governador da Paraíba, seus secretários e assessores, autoridades políticas locais e representantes de organizações civis e instituições de outras naturezas, com o objetivo de obter da população sugestões quanto às prioridades de investimento público para aquela região. Esse evento, também realizado em toda a Paraíba, representa um gesto no mínimo simbólico de estimulação a uma democracia empírica. No fim a população escolheu saúde, habitação e educação como prioridades para a 10ª região.

diferentes, acerca do estado de calamidade pública da sua população naquele período de chuvas, da falta de saneamento básico, da fome, do desemprego e a carência de atendimento médico adequado; a eleição de Maninho no conselho de fiscalização da 10ª região do Orçamento Democrático; a quase eleição de Maninho para o conselho estadual; a passeata contra a corrupção, que contou com um grupo representante do Rancho de Baixo; a aproximação com o Ministério Público, por iniciativa dos próprios ciganos; a manifestação dos ciganos na Câmara de Vereadores de Sousa; as manifestações de protesto feitas nas mídias radiofônicas.

Não estamos dizendo que os ciganos reproduzem um projeto de mudanças idealizado pela Via Sertaneja. As ideias de cunho político e os projetos de atuação têm sua origem maior nas inspirações resultantes da relação de proximidade que os Calon vêm estabelecendo com a política há muitos anos, bem como do potencial político das eminentes autoridades ciganas do Rancho de Baixo na atualidade. Entretanto, a ONG contribui com estratégias pedagógicas de incentivo e otimização dessa mentalidade política, e, como afirmam seus gestores, de modo que ela surja e seja operada dentro dos limites de mobilização, cujas fronteiras serão estabelecidas pelos próprios ciganos organizados. Dessa forma A ONG Via Sertaneja contribui para a mobilidade do povo cigano da condição de dependentes de grupos políticos para outra posição mais autônoma, participativa e valorada no quadro das relações políticas.

OUTRAS DINÂMICAS

Ao contrário do não funcionamento do CCDI, outras intervenções locais dão exemplo, resguardadas as proporções, de como realizar aquilo que os governos das três esferas de poder deveriam estar protagonizando através do CCDI. Mesmo envolvendo um pequeno número de pessoas, a qualidade dessas ações gera perspectivas sólidas de valorização e desenvolvimento da arte cigana. Aqui, destacamos as contribuições de J.B. e do Ponto de Cultura Estação Cultura.

Já descrevemos a relação entre J.B. e os Calon no Capítulo I desse trabalho e lá nos referimos ao papel enculturador do culto a Santa Sara Kali que o mesmo vem dinamizando através da dança. Mas também nos chama atenção o trabalho de produção cultural que cria perspectivas para os jovens do Rancho de Cima.

Juntamente com o Ponto de Cultura Estação Cultura, sediado em Sousa, através da pessoa de Valber Matos, envolveram-se num espetáculo de dança multicultural no qual um dos quadros dedica-se à dança cigana, protagonizada, até a sua última formação, por jovens do Rancho de Cima. À parte desse espetáculo, o trabalho de dança cigana dirigido por J.B. já fora apresentado durante evento no Espaço Cultural, na cidade de João Pessoa, capital paraibana, e representa uma excelente iniciativa para a promoção dessa arte na região.

Para além do grupo que se apresenta, são muitos os jovens com o mesmo potencial artístico em ambos os ranchos. Em 2011, Moonen já havia registrado atividades de dança no Rancho de Baixo⁹⁸, naquele tempo inspirada em referências famosas da arte cigana, passos de flamenco e com trilha musical dos Gipsy Kings. Obviamente que esses são exemplos bem sucedidos, mundialmente admirados, dentre as várias manifestações da música e da dança cigana no mundo. Ultimamente as jovens ciganas que conduzem esse grupo vêm estudando novos parâmetros sobre os quais embasar projetos futuros.

O Ponto de Cultura Estação Cultura tem por objetivo atuar junto às comunidades carentes do município de Sousa. Dentre as suas demandas, visa atuar sobre dois recortes étnicos: uma comunidade de matriz africana habitante no conjunto Frei Damião, e a Comunidade Cigana de Sousa. Quanto a esta, as metas, segundo Valber, são de *“incluir-los socialmente por meio daquilo que eles fazem de melhor, ou seja, a arte”*. Dentre as ações previstas para 2012, estão a dança e o treinamento em audiovisual.

As apresentações artísticas em dança, bem como a sua evolução enquanto projeto cultural, contribuem para o avanço das relações de convívio interétnico, colocando em cena um elemento artístico universal admirado por não ciganos e de grande força no imaginário popular, contrastando com as imagens negativas historicamente alimentadas por posturas anticiganas. Estive presente em duas das apresentações já realizadas pelo grupo, uma em 2010, na capital paraibana, outra durante o período etnográfico, no teatro do Centro Cultural BNB. Na primeira, a apresentação foi exclusivamente de dança cigana, na segunda tratou-se de uma parte dentro de um espetáculo maior. Em se tratando de dança cigana percebe-se com facilidade que, antes de findada a apresentação, ou melhor, antes mesmo de

⁹⁸ Ver MOONEN, 2011b, p. 35.

iniciada, o público tende a demonstrar expectativa pelo que está por vir, com destaque para a sensualidade da mulher cigana, pois é na dança que ela pode ser percebida de forma mais expressiva.

Outro ponto a ser ressaltado com a evolução desse trabalho está em se criar perspectivas reais, ao menos para as próximas gerações, de subsistência pela arte. Vivemos épocas em que, mesmo ainda aquém do ideal, fazer arte em locais afastados das grandes metrópoles, como no sertão nordestino – região de vultosa expressão artística, mas com poucos incentivos de produção –, começou a se tornar uma realidade acessível a todos aqueles que a vislumbrem com empenho e seriedade. O surgimento de mecanismos dinamizadores de cultura e arte⁹⁹, a multiplicidade de meios viáveis de divulgação, o interesse estrangeiro pelas manifestações culturais brasileiras, o crescimento do mercado de arte independente, o barateamento dos instrumentos de registro artístico, além de outros fatores correlatos, são mecanismos de acesso abertos a diversas áreas e categorias artísticas e culturais. No caso de Sousa, por via das ações do CCBNB-Sousa¹⁰⁰, seminários ou cursos preparatórios para gestão cultural e elaboração de projetos a serem premiados pela própria instituição vez por outra são ofertados gratuitamente aos interessados, tal como na internet, também de forma gratuita, tem-se acesso a cursos *online* e textos para essa capacitação. Além disso, num futuro próximo, quem sabe instrumentistas e cantores ciganos, artesãos e outros possam vir a integrar o grupo ou, ainda melhor, os vários talentos da comunidade venham a organizar-se para desenvolver seus próprios projetos artísticos. Se ainda faltam programas de capacitação para adequar artistas ciganos ao universo das políticas culturais, o fato é que potencial artístico mina daquele povo e em todas as gerações.

A música, a dança e a poesia cultivadas como atividades lúdicas no cotidiano das comunidades de ambos os ranchos, jovens envolvidos com teatro e demonstrando a cadência necessária a essa atividade, o interesse pela expressão videográfica¹⁰¹, a criatividade na produção artesanal, tudo isso evidencia o espírito artístico como atributo cigano e confirma as características das imagens positivas do

⁹⁹ Seja pelas leis de incentivo à cultura, que viabilizam a criação de editais para patrocínio de projetos culturais oriundos de instituições públicas e privadas, seja pela criação dos Pontos de Cultura alimentados com verba pública, e pela expansão de salas de espetáculo e centros culturais pelos interiores.

¹⁰⁰ Centro Cultural Banco do Nordeste do Brasil – Sousa.

¹⁰¹ Como pudemos constatar durante nossas atividades de captação de vídeo nos ranchos.

imaginário popular sobre essa cultura. Dessa forma, J.B. e o Ponto de Cultura Estação Cultura tornam-se agentes dinamizadores da cultura Calon que, por um lado, influenciam na ressemantização de determinados elementos culturais, por outro, contribuem para a abertura de perspectivas reais quanto ao papel da arte cigana na transformação da sua realidade social, senão de todos, ao menos da parcela envolvida com essas atividades. Contribuir seria mesmo o termo apropriado, pois a matéria prima, ou seja, a dança e os dançarinos, já era uma realidade ofuscada pelo isolamento, já a organização e a promoção cultural ainda carecem do apoio de mediadores não ciganos.

As ações de JB e Válber, de forma pragmática, contribuem significativamente tanto para avanços nas relações entre ciganos e não ciganos, como para a ampliação de perspectivas de desenvolvimento de jovens da comunidade. O caminho escolhido é, sem dúvidas, o mais prático e vitorioso para esse fim: aproveitar os talentos natos, vibrantes no cotidiano de ciganos de todas as gerações e gêneros, e utilizar-se dos canais de fomento a cultura para potencializá-los e divulgá-los, contribuindo para a supressão do preconceito pela força da arte cigana.

CAPÍTULO V

HIERARQUIA E A ORGANIZAÇÃO TRADICIONAL DE PODER

QUEM É O CHEFE

A chefia é uma das principais instituições da cultura cigana. O chefe é como o grande pai de todo o grupo, da grande família. É o mantenedor da ordem e do equilíbrio interno, do senso de grupo, guia dos rumos tomados pela comunidade e detentor da palavra final sobre situações que envolvam a ordem interna.

Como se legitima. Tradicionalmente, o chefe é escolhido pelos mais velhos, mas pode ser escolhido por outro chefe, como nas chefias passadas de pai para filho, porém este último tendo que demonstrar competência para sê-lo. Comumente o chefe em exercício reúne os demais chefes de família para informá-los de sua pretensão de transferir o seu posto a um determinado membro do grupo, deixando claras as razões da escolha. Esta normalmente não causa surpresas, pois o escolhido, ao longo do convívio com o grupo, provavelmente já demonstrou bastante sua capacidade na prática. A escolha se justifica pela capacidade de um chefe de família demonstrar vocação e competência em garantir as demandas necessárias a essa função. Ser um bom líder é estar num caminho vertical para uma futura chefia. Ou seja, a tendência é que a condição de chefe se construa ao longo da vida. Esse cargo tende a ser exercido com base numa dinâmica previsível, pois o seu papel está em função da manutenção objetiva do modo de vida cigano, da coesão do grupo e da sua proteção. A reunião dos mais velhos, que ocorre aos moldes de um conselho, juntamente com o chefe, já pré-aprova a nova escolha antes do anúncio oficial, levando ao conhecimento e também aprovação de todos os chefes de família. É quase improvável haver discordância entre as partes. Um fator de pantomima nesse processo estaria no fato de que o novo chefe já chega pré-aprovado, não havendo sentido uma discordância em massa, situação que tornaria inviável sua legitimação. O momento da posse se passa numa reunião com todos os chefes de família.

Atribuições tradicionais do chefe. Em síntese, podemos especificar as atribuições tradicionais do chefe em: a) garantir a harmonia e a ordem do grupo. O

chefe impede brigas e desavenças gerais entre os membros da comunidade, analisando, julgando e punindo cada ocorrência, mas sempre tentando o apaziguamento entre os envolvidos e, em seguida, chamando atenção ou punindo a parte culpada. Dependendo da gravidade do erro, pode mesmo decidir pela suspensão ou expulsão do indivíduo do grupo. O chefe também estabelece o tom do relacionamento da comunidade com os não ciganos. Na comunidade cigana predominam regras de convivência e conduta comuns a todos, contudo, devido ao grande número de pessoas, naturalmente há peculiaridades de temperamento e comportamento que podem gerar transgressões dessas regras por parte de um ou outro indivíduo. Em momentos raros podem ocorrer problemas de relação entre um cigano e um não cigano no rancho, como, por exemplo, a visita de alguém considerado como nocivo ao grupo, ou algum desafeto pessoal de um membro da comunidade. Nesse momento, o chefe intervém com o objetivo de evitar níveis elevados de alteração contra a presença indesejada e garantir o desfecho adequado. Caso o contraventor seja cigano, sem dúvidas será avaliado por suas atitudes de modo que não venha a prejudicar o tom padrão estabelecido para a relação com os não ciganos, uma vez que esse equilíbrio evita problemas de ordem geral que possam prejudicar toda a comunidade a partir de um fato isolado. Porém o mesmo cigano será ferrenhamente defendido se estiver de posse da razão, evitando-se, contudo, danos maiores para ambas as partes e para toda a comunidade. Agir contra um cigano em posse da razão é agir contra todos. Também em ocorrências fora do rancho, em caso raro de um membro da comunidade vir a ser agredido ou agredir um não cigano, o chefe intervém, buscando a apuração dos fatos e o diálogo como forma de evitar que haja agravamento da situação e que, dessa forma, seja mantido o equilíbrio entre as sociedades. O cigano será defendido ou punido de acordo com os motivos e o caráter de sua participação num evento de conflito. Em caso de punição, os tipos mais comuns estão na gradação entre fortes chamados de atenção até a expulsão do sujeito da comunidade, ou seja, a expulsão do cigano do seu universo social nativo; b) proibir e punir práticas não aceitas pela comunidade ou que possam desestruturá-la. O chefe toma atitudes de ordem sobre aquilo que possa ameaçar o pressuposto de união da comunidade ou perturbar a ordem no rancho, como, por exemplo, em caso de um cigano agir de modo a dar mau exemplo de comportamento aos demais; c) proteger os membros da

comunidade por intervenção em ocorrências que envolvam não ciganos. Se um problema ocorre com um cigano na rua, o chefe assume a frente da resolução do problema, tal como um pai ao mesmo tempo austero e generoso; d) proteger a comunidade contra ações negativas dos não ciganos e contra desafetos ciganos de outros territórios; e) defender as necessidades e interesses da comunidade junto à sociedade não cigana. O chefe busca auxiliar na resolução de problemas de ordem social, econômica e jurídica dos membros da comunidade. Não dominando as regras sob as quais ocorrem as burocracias e os processos legais dos não ciganos, procura uma autoridade a quem possa sensibilizar a resolver problemas gerais, como a carência de alimentos, de recursos financeiros, permissão para circulação, proteção da ação de terceiros. No sertão, durante muitos anos, essas autoridades não exatamente correspondiam àquelas legitimadas pelo Estado, mas a poderosos locais, antigamente coronéis propriamente ditos. Mais recentemente são políticos, delegados, juízes, alguns deles podendo ser entendidos como versões contemporâneas dos antigos coronéis; f) guiar o itinerário nômade do grupo e g) aconselhar ou dar parecer acerca das questões pessoais de outros ciganos que muitas vezes compartilham com o chefe decisões da vida pessoal.

Em suma, podemos sintetizar os deveres de um chefe cigano em: estabelecimento da ordem interna; função diplomática; providências assistenciais quanto às necessidades de subsistência da comunidade – alimentos, remédios etc.; proteção da comunidade diante de ameaças externas.

Importância para a comunidade. O chefe é o ponto de equilíbrio nas relações estabelecidas entre ciganos e não ciganos. É o símbolo e ponto de amarração da união do grupo, união essa que nasce do conceito de família: um cigano faz pelo outro o que um irmão faz pelo outro, um chefe faz pela comunidade o que um pai faz pela sua família. Enfatizando esse aspecto sentimental do chefe, Ronaldo afirma que a maior tristeza deste hoje:

“... é quando vê um cigano doente, precisando, e ele não pode ajudar. O que ele mais se preocupa é isso. Quando o problema é pequeno e ele tem, por exemplo, feijão na casa dele, ele ajuda, mas quando é algo maior ele fica se sentindo impotente. Porque existe a expectativa da pessoa de que o chefe resolva, e o chefe não pode! Quando alguém chega e diz que um cigano roubou algo o chefe fica doidinho! Chama o cigano e pede pra ele falar a verdade, porque se ele não fez todos vão junto com ele, mas se ele fez assume! E

quando um cigano assume que fez ele fica satisfeito! Ele sabe quando o cigano fala a verdade. Imprensa o cigano pra que o cigano assuma.” (Ronaldo Carlos, em junho de 2011)

A partir do momento em que os ciganos *pararam para morar*, essa instituição vem passando por toda uma ressemantização. As demandas de hoje transcendem os antigos limites. Se no período nômade as questões que mais exigiam do chefe como gestor estavam ligadas ao equilíbrio da relação dos ciganos com as sociedades não ciganas dos locais por onde passavam e com os quais conviviam temporariamente, e também com outros grupos ciganos atuantes em territórios vizinhos, hoje o chefe lida com a necessidade de representar o seu povo diante do Estado, de representar o povo politicamente e atuar nas demandas de caráter político da região, de lutar para que seu povo possa fruir dos mecanismos de inserção e participação na sociedade majoritária não cigana, cujas leis escritas os abraçam como iguais. O seu papel vem se assemelhando bastante ao papel de um líder comunitário, mas que, como poucos, busca estar à frente das necessidades de seu povo.

Os jovens ciganos já refletem o processo de simbiose identitária que nasce do convívio permanente entre as duas sociedades, e chegam a ambicionar carreira profissional e social na sociedade majoritária. Nesse caso, as demandas do chefe parecem avançar mais rápido que o seu poder de adaptação aos novos tempos. Muitos são os ciganos que buscam sozinhos sua subsistência, e, alguns deles, não chegando a usufruir da assistência paternal do chefe na intensidade de outrora, chegam a pensar que hoje essa instituição tende a se acabar. Segundo Ronaldo, muitos que pensam assim o fazem *“por revolta, por não ter comida em casa, ou remédio pras crianças... daí se revoltam e dizem isso”*, mas afirma que se hoje essa instituição sumisse, a desordem assolaria a comunidade, e mesmo na vida pessoal muitos passariam a sentir a sua falta, pois o chefe continua e continuará sendo o ponto de equilíbrio central para a conservação e o desenvolvimento de uma comunidade cigana. De fato, o chefe continua provando sua importância representando a comunidade em muitos momentos, alguns bem estratégicos, no qual negocia o bem comum com agentes externos, uma vez que, em sua visão holística acerca da realidade do seu povo, absorve bem o discurso comum, mas pra isso precisando dinamizar ou mesmo mobilizar os próprios parâmetros de sua

atuação na gestão do grupo. No Rancho de Baixo observa-se bem a coexistência de duas realidades diferentes, na qual os mais velhos, que vivem aos moldes estruturais do período nômade, convivem com os mais jovens, que já se entendem como parte ativa da sociedade majoritária, na qual a manutenção da identidade cigana se dá com base em sinais diacríticos mais específicos, abrindo mão de uma gama de outros utilizados pelos mais velhos. Como exemplo, jovens ciganas buscam demonstrar sua ciganidade principalmente pela arte da dança, enquanto as mulheres mais velhas ainda leem mãos, usam saias longas e possuem dentes de metal – ouro ou prata, cena pouco comum entre jovens ciganas.

A chefia, então, passa por desafios de adaptação aos rumos que a comunidade vem tomando por decorrência da escolha da vida territorialmente estável, escolha essa forçada pela circunstância da necessidade de subsistência da própria comunidade, cujo nomadismo, provavelmente por força do progresso nas infraestruturas urbanas, do campo e de seus mecanismos dinâmicos, tornou-se economicamente inviável à sobrevivência dos grupos.

QUEM É O LÍDER

O papel típico de um líder tem sido o de executar aquilo que o chefe lhe designa, ou seja, ele termina sendo a extensão dos braços, pernas, olhos e verbo do chefe, obediente a este em todos os sentidos, porém o tom da relação estabelecida entre ambos a olho nu sugere predominar mais um sentimento de cooperação na linha de parceria que de austeridade. Ronaldo Carlos nos dá a dimensão da atuação do líder no período nômade:

“O líder tinha o respeito da comunidade, como o chefe. Chefe já tá dizendo o nome, é uma autoridade! Às vezes tinha problemas com ciganos e o chefe procurava um dos líderes e dizia “vá resolver o problema de fulano”, aí ia o líder conversar com as autoridades pra resolver o problema. Como hoje, hoje eu me empenho muito, graças a Deus tenho feito meu papel como líder das comunidades, tenho corrido muito pra manter o povo em forma, procurar ajuda, já solicitei ajuda de todo mundo, várias pessoas, até agora poucas tem ajudado. Mas a gente vai levando o tempo assim. Na época nômade o líder era querido pelo povo, porque o chefe escolhia dois líderes. Às vezes acontecia um problema

com o povo, o chefe não podia ir e mandava o líder resolver. O líder era pra ajudar a comunidade. Pedir, implorar, fazer alguma coisa cabível... era pra isso.”
(Ídem)

De acordo com as palavras de Ronaldo, percebemos que o líder, que tinha um papel bem delineado junto a sua comunidade no período nômade, hoje lida com demandas mais abrangentes, a exemplo do próprio, que é um dos líderes das comunidades conviventes no Rancho de Baixo: tanto é líder da comunidade de Vicente, como do Rancho de Baixo, principalmente para fins diplomáticos.

Como se legitima. O líder é como um colaborador de peso escolhido pelo chefe e detém o consentimento dos demais ciganos para dar suporte nas demandas da comunidade. Geralmente é influente e demonstra na prática poder de resolução dos problemas. Normalmente, em reunião, o chefe o nomeia justificando as razões da sua escolha, contando para isso com a aprovação dos “mais velhos”¹⁰². Aparentemente, seria quase impossível haver desaprovação coletiva, pois essa escolha já pressupõe ter havido ao longo do tempo algum nível de construção da condição de líder pelo nomeado por meio da prestação de serviços para o bem da comunidade. Por exemplo, Ronaldo Carlos, mesmo não pertencendo à família nuclear do Chefe Vicente, quando escolhido líder apenas teve oficializado um vasto trabalho que há muito ali já desenvolvia. Muitos lhe são gratos por ações positivas de vasta abrangência interna. É apontado como alguém que há muito tempo luta para melhorar a vida de todos. Sendo um dos poucos ciganos de sua geração que estudou fora do rancho, fez o curso técnico de enfermagem e, mesmo não conseguindo emprego no município, utilizou bastante seus conhecimentos de forma solidária em favor da saúde dos ciganos. Também atua como um captador de auxílios, como alimentos e roupas. Tem sido o maior “relações públicas” de todo o rancho, condição em muito favorecida pela sua atuação como músico seresteiro respeitado em Sousa, mas também pela grande disponibilidade de tratar com autoridades e pessoas de poder. Uma das maiores e mais significativas contribuições suas para toda a comunidade cigana está no empenho em solucionar o problema de recusa de matrículas das crianças nas escolas no início da década de 90, providência encabeçada por Frans Moonen em conjunto com o procurador da república da Paraíba Luciano Mariz Maia que mediarão o contato entre Ronaldo e a

¹⁰²

Expressão usual no vocabulário do grupo.

Secretaria de Educação da Paraíba, sediada na capital João Pessoa. No encontro, Ronaldo relatou a situação da Comunidade Cigana de Sousa e solicitou acesso à educação para crianças e jovens ciganos, direito que estava sendo negado desde a chegada dos grupos na cidade¹⁰³. Hoje, grande parte da juventude está estudando, mas provavelmente todos têm acesso à escola, dependendo apenas do interesse dos pais. Outra atribuição comum de Ronaldo como parte de sua função diplomática é a representação da comunidade em eventos externos, como em congressos da Pastoral dos Nômades do Brasil e no grupo à frente das demandas do CCDI.

Esses foram alguns exemplos da atuação prática de um líder, cujas prerrogativas, Ronaldo, de acordo com a opinião da maioria daqueles com quem conversamos, sempre desempenhou de forma ativa. Com o tempo, e devido a sua forte influência sobre um grupo de pessoas diretamente beneficiadas por suas ações, tornou-se chefe de um grupo de ciganos – em maioria, seus familiares mais diretamente ligados e suas respectivas famílias. Tal como o próprio Ronaldo, quase todos pertenciam à comunidade do Chefe Vicente. De tanto auxiliá-los diretamente passaram a considerá-lo chefe direto. Ou seja, o currículo de execução de tarefas bem sucedidas voltadas ao benefício da comunidade o levou a ser solicitado como chefe pelos seus assistidos, sendo esta uma possibilidade comum a qualquer cigano.

Limites do líder. Tradicionalmente, o líder não ultrapassa os desígnios do chefe. Se assim o fizesse, em caso de insucesso ou repercussão negativa de suas ações para o coletivo, teria que dar boas justificativas para que não fosse destituído da função. Mesmo se a transgressão resultasse em algo positivo teria que dar explicações plausíveis, pois não lhe é dada a prerrogativa de agir sem que seja do conhecimento e aprovação prévia do chefe. Uma vez sendo o cigano um ser propenso a reações sentimentalistas, uma falta cometida pode macular com profundidade o transgressor. Em geral, um líder tradicional cigano segue os desígnios do chefe num regime de cooperação, afinal, em se tratando de serem todos parte de uma grande família, é natural que se interesse em assistir à sua comunidade, muitos deles seus familiares diretos, não sendo comum a prevalência de posturas de vaidade ou autoritarismos desprovidos de razão pelo status de líder. Ainda hoje os papéis do líder e do chefe são desempenhados dentro de uma relação

¹⁰³

MOONEN, 2011b, p. 31-32.

hierárquica em tom de cooperação e confiança plena. Além do reconhecimento do potencial do cigano para assumir a liderança do grupo, a confiança é outro elemento indispensável para tal escolha, uma vez que ele diretamente representará o chefe e toda a comunidade nas relações externas.

AS DINÂMICAS ENTRE O CHEFE E O LÍDER

“O líder é como se fosse um chefe mandado” (Ronaldo Carlos, junho de 2011). Com essas palavras Ronaldo dá a real noção da dimensão do líder dentro da organização de poder da comunidade cigana. Mas as ações do líder pressupõem a aprovação prévia do chefe, uma vez que o fracasso daquele pode abalar profundamente a credibilidade deste. Como exemplo dado pelo próprio Ronaldo, se o líder quiser pedir ajuda ao prefeito para resolver momentaneamente um quadro de fome coletiva ou outro problema qualquer, ele comunica sua intenção ao chefe, *“se o chefe disser vá ele vai, se não, não vai”*, e complementa afirmando que a estrutura sempre foi e permanece assim. Sintetizando a sua explicação, quando o líder faz algo fora das ordens do chefe este pode chegar a destituí-lo de sua função. Para isso, reúne os chefes das famílias com fins de anunciar as razões da exoneração e de escolherem o novo líder:

“O dono de cada casa é chamado pra tomar consciência do ocorrido, de que o líder desobediente tá saindo da liderança e (o chefe)¹⁰⁴ explica o motivo. Daí sugere os nomes pra o cargo e pergunta as pessoas quem eles querem. Daí a comunidade escolhe alguém. Por exemplo, Eládio tinha um líder que teve um problema com ele aí saiu. Eládio tirou e colocou Dão (irmão de Ronaldo). Faz uns oito anos que Dão está líder. O ex-líder sente muito por ser exonerado, mas ele tem consciência e com o tempo passa. Mas o chefe só exonera quando apurar. Os motivos para exoneração são: 1) se ele for fazer alguma coisa sem combinar com o chefe; tudo o que ele quiser fazer tem que combinar com o chefe! 2) outro se ele cometer um erro desumano. Um líder tem que ter caráter e tem que ter moral!” (Ronaldo Carlos, em junho de 2011)

104

Grifo nosso.

A punição do líder ou de qualquer outro cigano infrator das determinações internas serve para deixar claro aos demais que prevalece o padrão de caráter, pois, muito mais que a punição de uma pessoa, a reprovação do chefe condiz com a reprovação de uma forma de agir, de um caráter, de uma postura inaceitável à prática administrativa, ficando de lição a todos, garantindo a ordem pela prevalência das regras de convívio e de poder.

A força do líder chega a se expandir sobre pessoas ciganas de outras comunidades. No momento da descrição de Ronaldo, dois ciganos adolescentes passavam correndo em direção ao Rancho de Cima. Ronaldo toma como exemplo:

“Se por acaso eu que sou líder da comunidade de Vicente mandasse esses dois ciganos de cima voltar eles teriam que voltar. Se desobedecerem é comunicado aos chefes deles e os chefes reclamam com eles. Se forem rebeldes a punição é castigo. Por ex. “- você vai passar cinco dias sem sair de casa pra canto nenhum!”. Se ele sair, aí é colocado pra fora da comunidade. O chefe chama o pai de família e diz: “- seu fulano, olhe, retire seu filho, leve prum canto, deixe passar uma semana, duas semanas, e converse com ele pra ele ficar normal porque se não ficar normal ele não venha mais não! Dai os pais não querem sair do Eládio porque ele que resolve tudo por nós. Aí chega aquele rapaz, ou aquele senhor, e diz “- Eládio, por favor me perdoe, eu quero ficar na comunidade de novo, eu prometo que não faço mais. Aí ele diz: - tudo bem, fique!”. (Idem)

A relação entre chefe e líder se caracteriza, então, pelo pensar e agir juntos, mas sob a palavra inicial e final do chefe. Contudo, aos moldes da ressignificação do papel do chefe, a dimensão prática do estatuto de líder também, naturalmente, passa por modificações, o que veremos detalhadamente mais à frente.

CAPÍTULO VI

CHEFES, LÍDERES: DINÂMICAS ATUAIS

As principais dificuldades dos ciganos hoje se assemelham aos problemas comuns de qualquer comunidade urbana predominantemente pobre, com o agravante da histórica discriminação étnica. Hoje, podem-se perceber melhorias nas condições de vida de algumas pessoas em ambos os ranchos, mas a maioria ainda vive uma realidade dura de sub condição social, sendo fácil identificar casos de fome em família. Aqui sem dúvidas o chefe é solicitado a ajudá-los, buscando ajuda por entre os seus contatos externos, geralmente políticos da região.

O convívio aglutinado e a afinidade de interesses criam bases sólidas de unificação entre os grupos ciganos no Rancho de Baixo. Internamente tudo continua como sempre. Cada chefe com seus líderes, à frente das demandas internas de suas comunidades. Na base, a união como pressuposto, a semelhança de quadro social e as necessidades e interesses comuns os impelem à adoção de estratégias políticas. As comunidades se unem e afinam um discurso comum. Almejam benefícios que atendam às necessidades de todo o rancho, não só aquelas de uma ou outra família, ou de uma comunidade em específico. São muitos votos, portanto as promessas dos candidatos devem ser a altura das necessidades. Os votos da comunidade podem fazer muita diferença numa eleição.

Anterior às motivações políticas, outro fator comunga para a unificação das comunidades. Os ciganos nascidos pós-nomadismo, tendo como realidade comum a aglutinação das comunidades, convivem para além das linhas imaginárias que as dividem e que gradativamente desaparecem. Cresceram compartilhando dos acontecimentos bons e ruins ocorridos em qualquer delas. Devido à expansão populacional, podemos dizer que os limites físicos entre os três grupos são flexíveis, já que pode-se encontrar pessoas habitando em zonas cuja população prevalente pertence a outro grupo que não o seu. Ainda mais perceptível que os limites físicos são, pois, os limites simbólicos, representados pelas figuras dos chefes e líderes de cada grupo.

DESAFIOS DA MODERNIDADE: O NOVO LÍDER CIGANO

“Eu sou um revolucionário hoje, eu me sinto assim, porque eu tô ensinando aos ciganos os direitos de cidadania, o que é direito de cidadania, porque eles não sabiam disso. Porque fulano de tal era um policial se ele chegasse aqui ele podia até bater num cigano e ele ficar olhando e ir simhora, e ele abafar! Pronto, ele não tinha coragem de ligar pra uma rádio e enfrentar (um determinado político)¹⁰⁵, dizer que ele tava errado, tinham medo que ele mandasse prender ou fizesse uma represália no grupo, mas diferente disso eu já entendi que ele não pode fazer isso, não tem poder pra isso!.... Ele não pode fazer um negócio desse mas eles (os ciganos) não sabiam disso. Aí hoje eu me vejo como um revolucionário pra o povo cigano, porque o povo cigano tá aprendendo a abrir as asas pra voar, porque antes eles viviam de asa encolhida e se omitindo ao que os outros queria, e hoje eles tão tendo voz ativa de falar, de gritar, de buscar seus direitos.” (Maninho, setembro de 2011)

Maninho era muito novo quando seu grupo, chefiado pelo Chefe Vicente, deixou a vida nômade para residir no local onde hoje se localiza, quase não lhe restando recordações lúcidas desse período. Sua infância se deu praticamente na interseção entre as comunidades de Vicente e Eládio. Tal como todos de sua geração em diante, crescer no convívio comum entre grupos naturalmente gerou-lhe um sentimento de pertença a todo Rancho de Baixo. Não sente os limites reais entre as comunidades. Mesmo reconhecendo pertencer ao grupo de Vicente, discursa que os problemas e as necessidades são as mesmas para todos, sendo assim, ideologicamente, o seu conceito de comunidade compreende a todos os grupos do Rancho de Baixo. É casado com a filha do Chefe Ronaldo Carlos e tem forte sintonia com o Chefe Eládio, bem como com os demais chefes. Até agora com um único filho com idade por volta de 12 anos, tal como alguns outros pais ciganos jovens, não vislumbra uma prole extensa, posto que prefere evitar as dificuldades observadas em outras famílias ciganas. Alega que com 10 ou 12 pessoas numa casa ele não conseguiria suprir as necessidades de um filho com satisfação.

¹⁰⁵

Grifos nossos.

Maninho é um líder surgido da interseção entre as comunidades do Rancho de Baixo, e de forma peculiar, pois não fora nomeado líder pela forma convencional. Com o providencialismo que o caracteriza, vem construindo o respeito necessário à sustentabilidade de um líder. Sua liderança visa contribuir para a resolução dos problemas sociais dos ciganos. A construção deliberada da condição de líder exigiu dele resultados práticos. Suas iniciativas demonstraram todos os atributos necessários a essa função, ganhando gradativamente a confiança do povo e das autoridades ciganas. Adquiriu respeito por atitudes autônomas e pragmáticas que tem beneficiado ou gerado perspectivas sólidas de benefício a todos.

Segundo o próprio, chegou a ser zombado no começo de suas ações, até a sua primeira grande atuação em defesa da comunidade. Esta se deu após questionar policiais que entraram na comunidade praticando abusos de autoridade. A alegação de busca por um suposto marginal, que teria corrido em fuga para os lados do rancho, lhes servia de justificava para, sem permissão, praticarem atitudes de risco no espaço do rancho. Impôs limites àquela forma de ação alegando que seriam denunciados por violação aos direitos humanos. Diante de seu argumento inesperado e articulado, pois tratou-se da autoimposição de um cigano demonstrando segurança ao falar de leis, os policiais teriam se desculpado e recuado. Naquele momento foi percebido por todos como alguém capaz. O argumento de *“conheço meus direitos”* e *“vou denunciar nos direitos humanos”* era um passo novo e forte operado tanto por Ronaldo Carlos quanto por Maninho em defesa dos ciganos. Daí por diante sucederam-se outras ações, a começar por angariar apoios de políticos locais, conseguia pequenos e grandes favores, na maioria remédios e alimentos. De discurso inteligente, contundente e bastante incisivo, assumiu a linha de frente na briga contra as faltas cometidas no rancho pela atual gestão de Sousa. Isso se deveu tanto pela negligência dessa gestão diante da precariedade nas condições de vida da comunidade, como pela simpatia declarada do pessoal do rancho pela família Gadelha, principal oposição a essa gestão.

O Líder e os novos conceitos

“Hoje maninho fala de democracia, fala do direito negado. Maninho pega esses conceitos muito rapidamente pra ele e processa e expressa isso muito bem”

(F. Perissê, ONG Via Sertaneja, outubro de 2011). Porta-voz das perspectivas dos jovens Calon do Rancho de Baixo, o discurso do Líder Maninho é repleto de conceitos que bem definem o que se espera para o futuro próximo da comunidade: *direito à cidadania*, a meta maior, por meio da *educação*, da *democracia*, do *combate à discriminação* e dos *direitos humanos*. Esses conceitos trazem uma ruptura com as velhas formas, pautadas na subserviência e no medo sob as quais se davam e em muitos lugares ainda se dão as relações entre ciganos e não ciganos, para um novo tom, resultante dos anseios dos jovens da comunidade, motivados pela busca de progresso social.

Na forma ideal, *cidadania* no Brasil deveria pressupor igualdade plena de direitos e deveres entre as pessoas. Ideologicamente isso garantiria pesos e medidas iguais, infelizmente não praticados no cotidiano. Idealmente o reconhecimento de *sujeito cidadão* garante aos indivíduos proteção legal contra qualquer forma de opressão. Em afirmações como “*não acredito no fim da discriminação*” e “*a lei que protege um Juron não protege da mesma forma o cigano*”, pronunciadas por chefes, líderes e pela maioria dos ciganos homens com os quais conversamos, os Calon demonstram uma compreensão da justiça brasileira que age parcialmente, lições há séculos vivenciadas na prática da vida cigana, mas entendem que a cidadania ativa é o meio de suavizar a recorrência de velhos obstáculos contra o desenvolvimento do indivíduo cigano na grande sociedade e acelerar avanços em vários âmbitos da Comunidade Cigana de Sousa.

Ao tratarmos de *direito a cidadania* não negamos que este processo já se encontra em curso. Muitos são os jovens ciganos que dispõem de documentos de identificação, estudam e almejam galgar espaços na sociedade. Comparando-se ao número expressivo de jovens na comunidade, ainda poucos são os que rumam a concluir o ensino médio. Comumente não tardam a casar-se, constituir família e, simultaneamente, exercerem meios de subsistência, desviando-se da possibilidade de conclusão dos estudos e do que isto venha lhes proporcionar. Muitos não chegaram a concluir a primeira parte do ensino fundamental, outros não estudaram. Uma alegação para essa dificuldade estaria na condição social de muitas famílias, estas sem dinheiro sequer para compra de acessórios de estudo. Também existem pais que pouco se esforçam para garantir os estudos do(s) filho(s), seja por

pensarem que a educação formal pouco os beneficiará, por medo de violência ou pelo perigo de que haja desvirtuamento do filho da “*vida de cigano*”.

Por outro lado, o interesse por estudo é cada vez mais crescente. Os jovens nascidos no rancho desenvolveram-se em relação de sociabilidade com a sociedade hospedeira com muito mais intensidade que os seus pais, avós e bisavós. Essa convivência tem desmistificado os perigos apregoados pelos mais velhos, que, temendo ações de violência gratuita, cuidam de preparar seus descendentes para os perigos de um convívio aproximado. O convívio social entre ciganos e não ciganos tem favorecido o progresso da comunidade. Como diz Maninho:

“... e essa questão que eu to levantando pra o senhor aqui, de documentação regularizada, cidadania regularizada, nós vamos poder estudar e, tendo estudo, nós vamos poder brigar mais forte ainda pelo nosso direito de cidadão e nos incluir na sociedade”. (Maninho, outubro de 2011)

Com essas palavras o jovem líder resume uma aspiração que paira entre a juventude Calon. Aí deixa claro o seu entendimento sobre como os conceitos discutidos aqui se concatenam para o progresso da comunidade. O estudo é entendido como a ferramenta chave para a cidadania e para o desenvolvimento social. O conhecimento diminui o estado de dependência do ser humano e amplia sua capacidade de exercer o direito de liberdade, e um bom trabalho garante respeito e qualidade de vida. Ideologicamente, todo esse empenho estaria dentro de um projeto não individual, e sim de uma comunidade muito mais forte, socialmente participativa e independente.

No futuro, é possível que essa dinâmica gere a protagonização de papéis mais relevantes na grande sociedade, e quem sabe não mais precisem de intermediários políticos para a garantia dos direitos básicos, uma vez que estes geralmente valem-se das precariedades sociais ciganas, da defasagem de conhecimento e do medo para induzirem à formação de nichos eleitorais nessa sociedade¹⁰⁶. Quanto à democracia, da mesma forma que Ronaldo Carlos, Maninho pretende que possam como ciganos decidir em conjunto seus próprios destinos, que

¹⁰⁶ Prática semelhante ocorre sobre não ciganos pobres e iletrados, normalmente configurando a prática do clientelismo. No caso dos ciganos ainda há o agravante das discriminações, que lhes impõe uma autoimagem de rejeitados diante da grande sociedade e, por extensão, o sentimento de desproteção.

sejam ouvidos enquanto pessoas que são legitimamente parte da grande sociedade, e que, independente da condição étnica, tenham acesso a trabalho, renda, educação e saúde tanto quanto qualquer não cigano.

O *combate à discriminação* termina sendo um tema central do discurso de luta, talvez como saldo de séculos de segregação declarada. A discriminação ainda se trata de uma realidade cruel, mas, que haja ou não discriminação, sempre que se sentirem prejudicados pelos não ciganos a ela atribuirão a razão dos fatos, porque, segundo afirma, “os ciganos em maioria ainda não sabem se defender”, mas entende que com o tempo mudanças significativas ocorrerão através do estudo, permitindo-lhes, por exemplo, enfrentar tais situações por vias da lei, conquista que no passado jamais sonhariam almejar.

“...tem muitos ciganos que tem medo de defender seus interesses, defender sua liberdade, hoje você sabe que nós vivemos em democracia! acabou-se o tempo da ditadura que o cigano era pisoteado porque era cigano, hoje o ser humano tem direito! E eu busco os meus direitos, eu brigo por qualquer canto, mas tem muitos ciganos que ainda se prende a esse tipo de coisa, que antigamente todo mundo pro cigano era um major, um coronel, você tava aqui, você podia não ser formado, não ser ninguém, se chegasse um cigano dizia “tudo bom vossa excelência, major, coronel...”, mesmo você tratando ele mal ele não sabia se defender, aí passava por esse, por aquele (ou seja, por bandidos). Se você roubasse uma galinha do seu vizinho aqui e eu tivesse arranchado..., você comia galinha sossegado e ele vinha pra mim “foi o cigano, foi o cigano!”, e eles não sabiam se defender, dizer “não, não fui eu não”, dar parte, o que eles faziam era correr com medo, aí ficava que eles mesmos roubava a galinha! Aí por isso que por todo canto que você chega, 50%, 80% da sociedade - (ressalva) porque tem muita gente hoje da sociedade que já ta nos aceitando, mas tem 50%, 70% que não aceitam, mesmo ainda diz (que) “se faltar alguma coisa aqui...” ainda questiona o cigano. Pra 90%, 70% da sociedade cigano é o ladrão, cigano é o errado... o culpado é o cigano... hoje ta mudando o padrão... a gente ta brigando pra isso, mas até um certo tempo nós não tinha o direito nem de respirar. Se roubassem uma galinha (o cigano) corria com medo, porque a polícia já chegava, metia o pau, não queria saber se foi fulano ou se foi beltrano, aí a grande dificuldade hoje do cigano é essa, é a discriminação, o padrão de vida dum cidadão da sociedade que não é um cigano é muito diferente, a luta diária de um cigano é muito difícil demais! Tem que ser muito forte!”¹⁰⁷ (Maninho, outubro de 2011)

O Novo Líder e a Política Local

Maninho tem estreitado relações com o candidato a prefeito André Gadelha e feito oposição ao atual gestor. Sua ligação com o candidato vem desde a sua última gestão executiva em Sousa como vice-prefeito de Salomão Gadelha, assumindo a prefeitura nos meses finais desse mandato. Acredita que o candidato, que até a pouco exerceu o cargo de deputado estadual, ajudará toda a comunidade cigana caso ganhe as próximas eleições a serem disputadas direta ou indiretamente contra o atual prefeito. Maninho vê nessa relação mais chances de emprego e renda, além de outros benefícios, mas demonstra importante avanço no discurso de barganha com esse poder político. A exigência agora é não mais servir-se de migalhas, mas sim que haja correspondência direta entre o apoio dedicado à gestão pública e o atendimento às necessidades da comunidade.

A diferença entre as formas antigas de relação e a atual, aqui representada por Maninho como expoente da juventude cigana no Rancho de Baixo, é que hoje os Calon visam conquistas mais amplas, que não se restringem a pequenas satisfações em forma de doação. É claro que assistencialismos são necessários em momentos emergenciais, e há famílias que vivem em permanente quadro de emergência. Mas já entendem que empregos e inclusão social são a chave para o surgimento de mudanças reais naquela sociedade, de modo que, no futuro, possam sentir-se plenamente respeitados e seguros pela conquista de espaços com seu próprio suor e mérito, e não mais dependentes de favores básicos, servindo de trampolim para o benefício alheio e permanecendo atrás. A meta agora é valorizar-se, evoluir, ter acesso, gozar de igualdade de direitos, ao menos por força de um protetor, bem como de qualquer outro mediador de poder - desde que suscetíveis a acordos mais equilibrados que os de outrora -, já que não acreditam que de fato venham a desfrutar de igual tratamento.

Os ciganos se aproximam do Estado, porém ainda é mais tangível, garantido e imediato o apoio de um político aliado no poder. E aqui os Gadelhas demonstram ser o sobrenome de maior carisma político junto às classes mais carentes. Um bairro pobre de Sousa, localizado na saída para Uiraúna, recebe o nome André Gadelha, falecido ex-prefeito de Sousa e ex-vice-governador da Paraíba, avô paterno do atual candidato André Gadelha. Lembrando que os Gadelhas estão na origem da parada dos ciganos na região. O Chefe Preto, antecessor do Chefe Eládio, era protegido por um Gadelha, enquanto Vicente estava ao lado de Mariz quando da época dessa

rivalidade. Hoje Maninho apoia André Gadelha – PMDB, o mesmo partido em que atuou Antônio Mariz -, é opositor do prefeito Tyrone - este apoiado pela família Estrela -, e o tem enfrentado juntamente com sua bancada no legislativo. Isso nos aponta que o mediador de poder, aquele a quem os ciganos podem recorrer e tudo pode acontecer, nem tão breve deixará de ser importante na estratégia de subsistência do cigano na grande sociedade, pois são essas pessoas que na prática mediam os recursos do Estado: em momentos de fome; em necessidades de saúde; ao ofertarem algum emprego ou *bico*.

Velhos Desafios, Velhas Mediações, Novas Barganhas

Maninho se entende como um revolucionário, bem como é desse modo entendido pelas chefias. Mesmo que a sua atuação represente um salto da mentalidade de submissão e inferioridade que determinava os termos da relação entre ciganos e sociedade não cigana, para um cigano conhecedor dos seus direitos e reagente às suas violações por meio dos canais legais e democráticos, ainda se percebe a importância que tem um mediador forte, de referência. Ele ainda se apegava ao método de aliar-se a personagens políticos contra as forças que sente oprimi-los: só o poder enfrenta o poder. Não acredita na plena emancipação cigana na grande sociedade, demonstrando que encaram esse projeto como uma utopia, apoiando-se na crença de melhoria, mas não de igualdade nas relações interétnicas. Por isso fica difícil apostar noutras formas de relacionamento com os não ciganos que não aquela que conta com um mediador de poder, uma vez que a este podem dirigir-se com objetividade, negociando diretamente um apoio por outro, enquanto a via de direito, a presença do Estado, é disperso e controverso.

“Eu não sou o chefe da minha comunidade, mas sou uma pessoa que corro muito atrás de resolver os problemas (dela). Já tenho muito conhecimento com certas pessoas que hoje são consideradas pessoas de alto gabarito aqui em Sousa e estão se propondo a procurar nos ajudar, e a gente tamos correndo atrás do prejuízo. Sabemos que é difícil, as autoridades que deviam resolver nosso problema vira as costas quando a gente pede, mas a gente tamos correndo atrás com pessoas que procuram ajudar..., e a gente vamos conversar com o prefeito mais uma vez, (conversar) com o ministério público o que ele não resolver, porque

a gente quer resolver nossos problema com a boa conversa, com amizade, mas se eles nada fizerem nós vamos ter que fazer um manifesto que é o direito do cidadão! Nós temos esse direito que nós somos cidadãos, nós vivemos como animais, o senhor mesmo está providenciando isso aqui, está vendo com os seus próprios olhos...” (Maninho, setembro de 2011)

O fragmento acima reflete bem o perfil emergente da mentalidade social dos jovens Calon, no qual o mediador de poder e o protetor continuam a ser evocados como personagens que viabilizam a supressão parcial ou total das necessidades de subsistência de pessoas ou famílias ciganas, seja pela permuta de interesses, seja pela ação livre gratuita. Esse é o único sistema vivenciado na pele por todos desde sempre e prevalecente até os dias atuais. Porém, a aquisição de novas ferramentas de ação – como a concepção do direito de manifestação pública, a utilização de mecanismos judiciais e midiáticos e a autorrepresentação na cena política local -, que contribui para a ampliação dos métodos de resolução dos problemas ciganos e para o processo de empoderamento étnico, não só vem aumentando o seu poder de barganha pela valorização do poder do voto, mas também minimizando a força do papel do mediador político que se utiliza da prerrogativa de legislador ou executor dos recursos do Estado para obtenção de autobeneficiamentos. Assim, começam a entender que o acesso à assistência estatal, à proteção da justiça e ao direito de poder de manifestação social na essência se trata não de favor pessoal, mas de garantias da lei suprema do país, de modo que aprender a utilizá-los garantirá uma atmosfera de menor dependência e de maior liberdade ao povo cigano nos rumos do progresso social.

O Novo Líder e a Via Sertaneja

A ONG cumpre um importante papel em orientá-lo quanto à necessidade de fundamentação das suas ações de liderança frente aos não ciganos e quanto ao conhecimento dos trâmites burocráticos e legais, perspectiva essa até a pouco tempo inexistente no universo cigano. Porém, é fato que não só a ONG vem dando suporte intelectual ao grupo, mas também atores oriundos de outros segmentos, como de instituições públicas ou privadas, profissionais liberais e algumas personalidades de Sousa vêm mais ou menos contribuindo com capital intelectual e

monitoramento da questão cigana local, vez por outra assumindo feições de intervenção pró-cigana.

A ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS

“...eu pedi ajuda a uma pessoa e ela me ajudou, eu tô criando a associação dos jovens da minha comunidade. Associação jovem por quê? porque nós temos presidentes de associação, que é o Eládio, que é o seu Vicente, mas só que eles são muito ocupados, eles brigando pelos interesses do jovem da comunidade em geral fica faltando algo pros jovens, e eu como jovem que eu sou, eu to mais por dentro dos problemas dos jovens da minha comunidade, porque tem muitos jovens na minha comunidade que não tiveram oportunidade de estudar porque não tinham uma bolsa, um caderno pra escrever.” (Maninho, outubro de 2011)

Maninho visa criar uma associação dos jovens ciganos de Sousa. O interesse está em garantir estrutura em nível de formação, emprego e renda. A medida parte da premissa de que os problemas da comunidade são muitos, mas que por ordem de importância - e provavelmente por se tratar de um tipo gerontocrático de sociedade - sempre os problemas elencados e ordenados pelos mais velhos são considerados prioritários. Mas com o advento da vida sedentária, somada a formação escolar extensa e a ampliação das formas de sociabilidade com os não ciganos, inerente ao desenvolvimento dos jovens da Comunidade Cigana de Sousa emerge uma nova realidade social cujas perspectivas de futuro diferem das formas tradicionais almejadas pelos mais velhos, carecendo assumir, juntamente com estes, posição de vanguarda no quadro das necessidades e interesses ciganos.

Organizar os jovens numa associação facilita no contato com agentes apoiadores, que terão a frente dois quadros de pesos e medidas independentes entre si aos quais auxiliar. É uma forma de tirar as necessidades dos jovens de dentro do quadro geral e separá-las, tornando-as aparentes. Em linhas gerais, as demandas ficariam definidas em duas frentes: enquanto os idosos e adultos reivindicam trabalhos e doações de alimento, roupas, recursos financeiros e remédio para eles e as crianças, os jovens, que no futuro hão de tornar-se o esteio condutor do seu povo, se concentram em cursos profissionalizantes, formação educacional, emprego, inclusão digital, bolsas de estudo, esporte e arte.

Enquanto há no rancho três associações comunitárias – duas delas com CNPJ -, e cada qual empenhada em suas prioridades, os jovens do Rancho de Baixo estarão representados por uma só associação. Essa estratégia se faz inteligente e promissora, pois o líder entende ser esse um passo eficaz para transformar a realidade social da Comunidade Cigana de Sousa. Basicamente, as propostas de ajuda partem de políticos que buscam votos, de instituições públicas (mais por intermédio do CCDI), religiosas (com destaque para alguns segmentos genericamente conhecidos como *evangélicos*), não governamentais e de iniciativas particulares. O mais importante é que os jovens terão uma representação que também permitirá que se organizem para vários fins.

MOVIMENTO SOCIAL E VISIBILIDADE CIGANA

O Orçamento Democrático do Governo do Estado e as Reivindicações Ciganas

Movido por impulsos de líder, e não menos estratégico em suas ações, o novo líder, juntamente com Ronaldo Carlos, atuou em ocasiões estratégicas para a visibilidade cigana, como a visita do governador da Paraíba à Sousa para ouvir as prioridades da população quanto ao Orçamento Democrático do Estado da Paraíba. Aqui, cinco ciganos se manifestaram, a maior representação dentre todas as categorias de reivindicantes lá presentes. Os grupos ciganos dividiram-se em dois, o aglomerado de membros do Rancho de Cima, formado principalmente pelo Coronel, seu filho B., seu jovem parceiro de gestão N., seu irmão advogado e senhor L., pertencente ao seu ciclo mais próximo, localizado na lateral oposta ao aglomerado do Rancho de Baixo, basicamente formados por Ronaldo, Maninho, Seu Luiz, Chefe Eládio e o cigano Matias. Havia ali, ao menos de forma sugestiva, uma divisão de afinidades, situação e oposição.

A manifestação contou com falas breves de dois representantes do Rancho de Cima e três do Rancho de Baixo. Em sua breve exposição feita diretamente ao governador da Paraíba, o novo líder emocionou-se ao descrever a precariedade infraestrutural do rancho, com ênfase para a falta de saneamento básico geradora de doenças pelo acúmulo de esgotos nas imediações das casas, somado a alguns quadros de fome em família. Dentre todas, uma atuação chamou a atenção de

todos. Matias, na sua reivindicação, dirigiu-se ao prefeito com altivez, pois, interpretando um gesto daquele como de forma desdenhosa aos problemas do rancho, pediu-lhe para “não rir da desgraça de sua comunidade”. Esse foi mesmo um momento notável, levantando aplausos de solidariedade por parte dos presentes naquele ginásio lotado, pois mesmo o prefeito alegando depois não ter expressado tal gesto, o conflito decorreu do estopim ao qual chegou a relação entre as lideranças do rancho e aquela gestão.

Dentre as solicitações feitas pelos Calon, a ênfase esteve mesmo no saneamento básico. Juntamente com o preconceito e a falta de oportunidades, esse problema tem sido motivo de inflamadas declarações desses líderes numa das rádios locais – a que lhes permite espaço – e mote para revolução da consciência social do cigano.

Os Ciganos na Câmara Legislativa de Sousa

Chegaram mesmo a níveis bastante expressivos de reivindicação: a manifestação feita na câmara de vereadores quando a oposição conseguiu, pela terceira vez, colocar em votação o projeto de esgotamento sanitário das comunidades ciganas como providência emergencial. Já votada em duas outras ocasiões, fora rejeitada pela maioria composta pela situação. Dessa vez, articulados com representantes da oposição, os ciganos do Rancho de Baixo, ali conduzidos por Chefe Eládio e Maninho, se fizeram presentes em massa com fins de pressionar a aprovação das ações na câmara, para em seguida submeter-se a aprovação do prefeito, etapa esta com a qual pouco contavam.

Juntamente com os ciganos, estiveram presentes estudantes de Direito, representantes da imprensa e opositores da situação, além de olheiros auxiliares de alguns vereadores. O encaminhamento foi aprovado. Havia faixas pedindo respeito, fim ao preconceito e garantia de direitos e condições saudáveis de vida, além de inflamadas intervenções por parte das lideranças ciganas presentes em respostas aos discursos proferidos por vereadores da situação. Ao fim, satisfeitos com o resultado parcial, e sem o caminhão que os conduziu até a câmara, seguiram em maioria - homens, mulheres, jovens e crianças -, por quase três quilômetros a pés

até o Rancho de Baixo, ao som uníssono de frases reivindicatórias de respeito e direitos sociais.

O ato de reunirem-se e protestarem na câmara representou o cume das tentativas de resolver o problema do esgoto de forma mais branda. Foram várias as promessas por parte do governo de Sousa, muitas as solicitações dos ciganos em rádio¹⁰⁸, reuniões públicas e de outras formas. Como estratégia, os líderes têm marcado pressão para que os seus problemas não sejam silenciados, relegados ao esquecimento. Após manifestações bem mais acirradas nas rádios locais, o grupo reuniu-se, sob o apoio de um político da oposição, e amplificou o volume do protesto fazendo-se presente na Câmara Municipal no dia e horário da votação. A pressão gerou resultados positivos, a votação favorável ao início imediato das obras foi unânime. Contudo, mais uma vez a situação assumiu um tom providencial e novamente negligenciou o compromisso, deixando tudo aquém das promessas feitas no discurso proferido pelo prefeito no CCDI e do compromisso assumido na câmara.

Passeata dos Ciganos

A passeata contra a corrupção em Sousa, organizada pela Via Sertaneja, juntamente com lideranças de associações comunitárias e de bairro, levou à tona os protestos de setores pobres ou que reclamavam encontrar-se em estado de calamidade. O alvo das manifestações foi a gestão da prefeitura e o descaso por parte da sociedade sousense. A estrutura era definida pela representação, em sequência, de cada comunidade ou categoria, incluindo a presença de estudantes de direito ligados à oposição. Aí o Rancho de Baixo se representou, ao som de *“não aceitaremos mais qualquer manifestação de discriminação contra os ciganos”*. O áudio, veiculado repetidas vezes em carro de som, trazia a voz de Ronaldo Carlos – que também se fazia presente na passeata - como grande Líder do Rancho de Baixo, enquanto Maninho conduzia um grupo de protesto na ala dos ciganos, bem como disciplinava a participação de grupo cigano presente na ala dos motoqueiros. Outros gritos repetiam que *“cigano também é gente”*, *“chega de discriminação”*, além de mensagens na linha de *“cidadania já”* e *“ninguém cala a nossa boca”*.

¹⁰⁸ Durante o período etnográfico tivemos a oportunidade de ouvir muitas solicitações de providência para o rancho.

Estiveram presentes pessoas de várias idades, escolarizados ou não. Estavam a pés ou em motos. O Líder Maninho, avesso à bebida alcoólica, proibiu o consumo de bebidas antes e durante o movimento.

A participação cigana não surgiu do ímpeto das lideranças, mas de um processo de construção que ponderou ganhos, perdas ou danos durante semanas para admitir a valia da ação. A camisa vermelha de Maninho e a laranja de Ronaldo foram utilizadas como símbolo de predileções políticas entendidas como uma escolha de progresso para a comunidade, em muito contando pra isso a herança de Mariz e Salomão como referências pró-ciganas do PMDB. A satisfação de estar ali assumindo a identidade Calon frente ao provincianismo sousense também era de fácil percepção dentre o repertório de expressões ciganas.

Ao observador era notório o fervor da participação da parte jovem do grupo cigano, mas também registrou-se a presença de alguns idosos do rancho. Para estes fora mesmo uma experiência nova. Percebia-se o estranhamento de muitos não ciganos diante da iniciativa que, aos seus olhares, supostamente pouco partiria daquele povo. Dessa forma não escondiam a surpresa: não estavam mendigando, nem lendo a sorte, mas em ato de protesto por justiça social.

Os episódios descritos refletem o advento da postura cigana dos novos tempos, um cigano que questiona e se posiciona, e que Maninho é mais um expoente em foco no momento do que um elemento cigano distinto, ou seja, existem outros com a sua visão crítica e em maior número se concentram mais entre os jovens. Cidadania e democracia são conceitos que se formam cada vez mais em suas cabeças, infelizmente o mesmo não serve para o conceito de *justiça*, que talvez seja mais acessível ao cigano culturalmente assimilado, e menos ao que *vive como cigano*, que assume sua identidade. Ou seja, ratificando nossa afirmação, não demonstram ter quase esperança de uma sociedade justa, mas sim de que lhes é possível avançar nesse terreno ao menos para que façam valer parte do que socialmente lhes é de direito.

NOVOS CONCEITOS: VETORES DE VIZIBILIZAÇÃO CIGANA

“Eu sinto uma coisa no povo cigano hoje, é que o medo tá se acabando. O medo que eles tinha de dizer, de

fazer, tá se acabando. Hoje eles tão criando coragem até mesmo de enfrentar uma autoridade buscando seus direitos, coisa que há muito tempo atrás você não via! A pouco tempo atrás você não via um cigano ligar pra rádio e dizer que o prefeito tava errado não, dizer que um secretário (da prefeitura) tava fazendo isso ou aquilo outro errado, não tinha coragem pra isso. Isso porque pensavam que ele ia matar a gente, e ele não pode matar ninguém por isso! Eu tenho a impressão que em cerca de dois, três anos mais a comunidade cigana vai ter um crescimento muito maior... isso porque os político que a gente apoiamo, que a gente sabe que vai brigar por a gente, tão sem poder né, e um dia nós vamos chegar lá se Deus quiser, nós tiver um prefeito que diz que é do nosso lado, um governador, aí o caba vê as coisas mudar com força!”. (Maninho, outubro de 2011)

O novo líder ambiciona orientar os ciganos quanto ao direito de cidadania. Outrora, os ciganos não ligariam para uma rádio para reclamar de autoridades por medo de represálias, mas hoje começam a entender que legalmente ninguém poderia fazê-lo e o líder deixa claro a sua consciência disso, coisas que os mais velhos não sabiam. Sucumbiam pelo desconhecimento.

Em casos de problemas entre ciganos e polícia quem vai à delegacia é o chefe. Ele toma a frente da resolução do problema, enquanto noutras comunidades é quase impossível uma liderança adotar uma postura paternalista pelos seus, ou seja, quem vai para a delegacia é o acusado. A intervenção do chefe cigano faz-se necessária tanto para que ele tenha domínio do que acontece com o seu povo, como para garantir que as coisas sigam da forma correta com o seu cigano, este, na perspectiva Calon, naturalmente propenso à uma série de injustiças. Em caso de inocência do mesmo, as medidas tomadas pelo chefe podem evocar a participação de muitos outros da comunidade, pois prevalece um sentimento coletivo de autoproteção grupal que pode ser evocado com eficiência a qualquer momento. Nesse caso, observa-se bem na prática o sentimento de união, os dispositivos de proteção mútua que há entre todos, até mesmo entre ciganos de pouca proximidade - dada a dimensão populacional do rancho.

Aqui Maninho já demonstra a sua concepção de comunidade cigana hoje, uma comunidade que transcende sua condição cultural e se percebe como uma comunidade de bairro, compreendendo-se como parte da grande sociedade nacional, não por favor, mas pelas garantias da lei que lhes asseguram direitos (e lhes imputam deveres) como cidadãos brasileiros, de modo que não precisam deixar

de ser ciganos para usufruir da condição de componente legal da sociedade Brasileira, em grau de paridade com os Jurens. Esse salto de compreensão quanto à condição cigana no contexto nacional reflete-se na postura dos jovens ciganos hoje: nos discursos repletos das expressões *cidadania, democracia, direitos sociais, direitos humanos, justiça, educação (formal), política, liberdade, mudança*; nas estratégias políticas de ação e autorrepresentação, no estabelecimento de metas e geração de perspectivas de progresso social em níveis outrora impensáveis.

A Relação com os Instrumentos de Mídia

Alguns ciganos do Rancho de Baixo já utilizam com frequência os momentos de participação popular em algumas rádios discutindo os seus problemas, mas também contribuindo nas discussões que abrangem o município, principalmente naquilo que se liga à atual gestão da cidade. Essa participação se dá mais em tom de comunidade de bairro e de predileção político partidária, constantemente reclamando a precariedade ou a omissão de serviços públicos.

Muitos jovens ciganos têm utilizado recursos digitais para fins de sociabilidade com não ciganos, principalmente através das redes sociais. Pouquíssimos possuem computadores, e menos ainda têm acesso à *internet*. Possivelmente, aqueles que não dispõem de computadores utilizam-se de serviços comerciais de conexão pagos por tempo de uso em estabelecimentos conhecidos como “*lan house*”.

Atualmente os sites ou serviços para relacionamento social da *internet*, principalmente *orkut* e *MSN*, estão sendo frequentados por jovens ciganos para fins de sociabilidade interétnica, geralmente afirmando sua identidade cultural ao invés de negá-la. Uma forma de perceber bem essa atitude está no uso da denominação étnica com desinência de gênero, *Calon* e *Calin*¹⁰⁹, como sobrenome de apresentação em redes sociais, por exemplo: Thalia Kalin, André Calon, etc. Os denominadores étnicos também aparecem em nomes artísticos, no qual também se utilizam os etnônimos como sobrenome, mas principalmente aqui o genérico *Cigano*, como Juca Cigano, talentoso cantor e compositor de brega do Rancho de Baixo, Ronaldo Carlos, conhecido também como Ronaldo “o Boêmio” ou Ronaldo Cigano, entre outros. Aqui vale uma ressalva quanto à utilização do etnônimo *Cigano* como

¹⁰⁹

As iniciais podem variar entre “C” e “K”, e a letra final pode variar entre “n” e “m”.

forma de autodistinção étnica. Enquanto a expressão tende predominantemente à conotações negativas no âmbito social, no campo artístico evoca uma distinção vantajosa ao Calon, pois dentre os aspectos positivos constantes no imaginário popular sobre sua cultura está a maestria estética para a música e a dança. São naturalmente considerados talentosos artistas cantores e dançarinos.

Outro meio também descoberto pelos ciganos mais novos, e que já atende aos interesses dos mais velhos como forma de divulgação, é o site de compartilhamento de vídeos *youtube*. No trabalho realizado por nós, de inserção da câmera videográfica como meio de produção de um discurso audiovisual cigano, houve apoio imediato para que fossem produzidos vídeos que divulgassem a situação social da comunidade na *internet*. O site torna-se um meio para que o discurso transcenda os limites geográficos e divulgue aquilo que lhe for de interesse sem medo de represálias, como atualmente pode-se encontrar vídeos postados por cantores e instrumentistas, principalmente do Rancho de Cima.



Figura XXI – Chefe Vicente Vidal de Negreiros: atualmente na casa dos 90 anos de idade.



Figura XXII – Chefe Eládio ao fundo, de camisa amarela.



Figura XXIII – Chefe Ronaldo Carlos – em frente a sua casa. Ronaldo também é líder do grupo do chefe Vicente, mas com atuações que abrangem toda a Comunidade Cigana de Sousa.



Figura XXIV – Sessão na Câmara Legislativa – votação da emenda para resolução do problema do esgoto na comunidade cigana.



Figura XXV – Representantes das comunidades do Rancho de Baixo em protesto na câmara de vereadores.

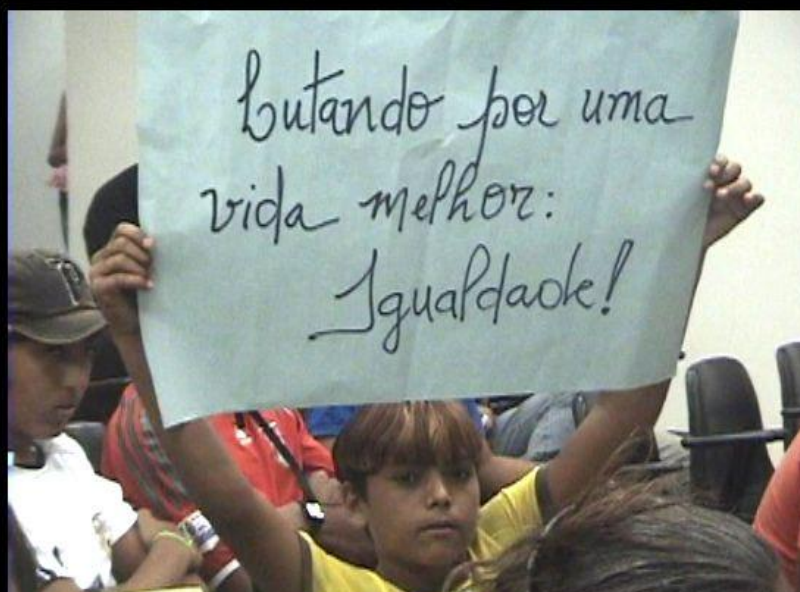


Figura XXVI – Criança Calon segurando um dos cartazes levados pelas comunidades do Rancho de Baixo, no qual solicita igualdade social.



Figura XXVII – Público formado por membros da Comunidade Calon (do centro ao fundo) e estudantes de direito (à frente).



Figura XXVIII – Passeata das comunidades carentes de Sousa. No centro da imagem Cícero Romão Batista, o líder Maninho, administrando o grupo Calon em cuja faixa está escrita "Chega de Lama, Poeira e Esgoto - Saneamento Já!"



Figura XXIX – Ala dos motoqueiros: grande parte composta por membros do Rancho de Baixo.



Figura XXX – Ponto frontal da passeata das comunidades carentes de Sousa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CCDI é um instrumento de mediação direta entre os Calon e o Estado através, principalmente, do governo federal e, em menor proporção, estadual e municipal. Passados quase três anos de sua fundação o volume de promessas feitas pelas esferas de governo não se concretizou. O Centro encontra-se inoperante. Por um lado isso decorre das limitações dos gestores ciganos em lidar com as complexidades e burocracias de gestão iminentes ao Terceiro Setor, assim como das dificuldades com o domínio das ferramentas necessárias aos trâmites que envolvem a sua relação com o Primeiro e o Segundo Setor. Outro ponto está na cautela da SEPPIR em liberar recursos, dada a dificuldade de garantir a aplicação otimizada sem que a estrutura de mediação¹¹⁰ esteja resolvida. Por outro lado, evidenciam-se as falhas de mediação e o despreparo do Estado: em não promover formação continuada para capacitação de gestores ciganos que compõem a direção executiva do Centro; em não articular meios de capacitação profissional; em não atuar no nível dos discursos proferidos *in loco* pelo prefeito de Sousa, governador da Paraíba, Ministro da SEPPIR e legisladores das três esferas de governo em exercício no período; em distanciar o diálogo com a comunidade; em não gerar soluções práticas, essencialmente orientadas pelo diálogo com a perspectiva das comunidades ciganas enfocadas e, principalmente, por ainda não dispor de uma compreensão do universo cigano mais condizente com a sua diversidade cultural.

Ao contrário da questão negra, a SEPPIR é pouco fundamentada quanto à realidade cigana no Brasil: a diversidade dos grupos, a complexidade cultural de cada etnia em seus contextos regionais, em suas conjunturas locais, em distribuição territorial e densidade demográfica, etc. Os representantes das esferas de governo, que em conjunto representavam a ação do Estado nacional, primeiramente oficializaram o CCDI como canal de desenvolvimento de políticas públicas pró-ciganas, para só depois atentar para o estudo que, hoje, a Secretaria de Políticas

¹¹⁰

Referimo-nos a conjuntura adequada entre as esferas de governo atuantes localmente.

para Comunidades Tradicionais da SEPPIR afirma estar providenciando, sem mais informações quanto aos métodos adotados. De qualquer modo, dentre os agentes das esferas de governo, ao contrário do estado e do município, a SEPPIR tem sido o único mecanismo capaz de assumir algum nível de responsabilidade, ainda que ínfimo, sobre as promessas proferidas às comunidades ciganas de Sousa.

Editais de fomento à cultura surgem como mecanismos de apoio direcionados ou apenas abertos a essa etnia: o Prêmio Culturas Ciganas, com duas edições realizadas, e outros editais regionais, como o Microprojetos Mais Cultura, aberto às pessoas físicas e jurídicas. Os resultados capitalizam os premiados sem rigores quanto às prestações de contas e, indiretamente, servem ao governo como mecanismos de mapeamento parcial dos grupos ou comunidades no país. No caso do Prêmio Culturas Ciganas, a inscrição consiste no preenchimento de um questionário aberto que solicita informações específicas na dimensão de um censo.

Do lado cigano, dispor de um canal aberto de negociação com o Estado mobilizou os Calon do Rancho de Baixo a dividirem-se em duas categorias geracionais que identificam como “os mais velhos” e “os jovens”, para fins de captação direta de políticas públicas, projetos ou recursos públicos e privados que atendam às necessidades de cada uma dessas categorias, ambas dimensões bem delineadas por atores da juventude cigana. Para os mais velhos, estes bastante arraigados ao antigo modo de vida, muitos deles analfabetos, ou com pouquíssima educação formal adquirida, ou tendo aprendido a ler e escrever informalmente através de outro cigano, interessa solicitar doações ou apoios financeiros para realização de negócios. Aqui está incluso o sustento das mulheres e crianças.

As mulheres adultas e idosas também tendem a solicitar tanto capital para fomento de atividades comerciais, principalmente do artesanato, como doação de instrumentos de trabalho, tais como linhas, panos, máquinas de costura e instrumentos correlatos. Já os jovens, muitos em processo de educação formal, alguns já havendo concluído seus estudos e buscando qualificações para inserção no mercado de trabalho, enfatizam o interesse em incentivos educacionais, cursos profissionalizantes e principalmente empregos, mas não dispensam outras formas de doação, já que alguns passam grandes dificuldades de subsistência.

Assim, a divisão das prioridades do rancho a partir de duas categorias geracionais enfatiza a urgência por soluções atualizadas quanto ao progresso social

dos mais jovens, parcela significativa do rancho. Também evita que as suas necessidades não sejam colocadas em segundo plano, pois a prevalência de um único canal, que se dê através dos mais velhos apenas, garantiria aos jovens – enquanto categoria carente de recursos diferenciados – apenas uma parte dos recursos, já que aqueles tendem a priorizar as necessidades de sustento básico da família.

Outro efeito incide sobre a hierarquização indireta entre os grupos pelas funções que cada representante dessas comunidades ocupa na gestão do CCDI. A diretoria executiva impõe hierarquia, de modo que a leitura que se faz sobre o presidente da instituição o evidencia, aos olhares externos, como o chefe de todos os ciganos de Sousa. Essa situação, por um lado, sugere a estratégia política de empoderamento étnico, já que a verticalização dos interesses Calon, pela união das quatro comunidades numa só, acelera e torna prática a captação de ações assistenciais e a execução de políticas públicas e projetos oriundos de agentes externos. Essa estratégia de representação étnica envolve os grupos numa dinâmica de poder delineada em duas instâncias: a que estabelece as relações intraétnicas, ou seja, cada grupo com seu chefe, sua autonomia e seus acordos intra e intergrupais, e a que é representada frente aos agentes externos de poder (ministérios, governo do estado, prefeitura, fundações, ONGs, outros), na qual os grupos ficam indiretamente hierarquizados entre si por exigência da estrutura democrática de gestão do CCDI.

O uso da cultura como mecanismo de visibilização da identidade cigana frente ao Estado gera a adoção de elementos culturais de valor de referência quase universal, como a Santa Sara Kali, outrora supostamente ausente do quadro de ícones religiosos desse povo. A adoção de Santa Sara contribui para o efeito de inserção da comunidade numa ciganidade global, já que a santa é amplamente divulgada como elemento da religiosidade de etnias ciganas distintas no mundo. Também a dança tende a trabalhar elementos do flamenco espanhol e alimentar a imagem de Santa Sara como elemento de culto.

A relação com os poderes políticos locais gera alternâncias entre períodos de abertura e de obstrução quanto ao desenvolvimento social dos ciganos do Rancho de Baixo. Dois foram os momentos marcantes: o primeiro proveniente do apoio de

Antônio Mariz como senador da República junto ao Ministério Público da Paraíba, para apuração de denúncias de violações aos direitos humanos dos ciganos, resultando na garantia de poderem frequentar escolas, esta a primeira medida de inclusão social que garantiu a juventude escolarizada de hoje. Em seguida, já como governador da Paraíba, contribuiu para o estabelecimento das comunidades na cidade de Sousa através da construção e doação de casas de alvenaria em lugar das casas de taipa ou latadas.

O segundo momento representa outro importante salto para a inclusão social: o apoio da ex-primeira-dama Aline Gadelha e do ex-prefeito de Sousa Salomão Gadelha. Apesar das evidências apontarem haver-se concentrado mais ações no Rancho de Cima, ao empregar ciganos no município, até mesmo em cargos de confiança, e manter uma interação pública aproximada com o universo do rancho, essa gestão contribuiu para a diminuição do preconceito contra os ciganos pelo efeito de suavização dos estereótipos negativos. Mariz e Salomão contribuíram para o advento da cidadania do povo cigano. Ambos foram políticos do PMDB, partido que, primeiramente por legado de Mariz, caiu na graça da empatia do rancho.

Em geral, as comunidades dos ranchos reclamam da atual gestão municipal, mas, mesmo assim, no período etnográfico chefes e líderes do Rancho de Cima ainda mantinham alguma afinidade com a situação, enquanto os chefes e líderes do Rancho de Baixo, com oposição militante, reclamam da falta de assistência geral.

A cena política em Sousa é marcada pelas disputas acirradas entre elites locais, com personagens naturalmente adeptos às práticas clientelistas. Percebe-se o uso político da condição social cigana pelos agentes de situação e oposição: os primeiros, no uso de discursos populistas para cooptação das comunidades ciganas; os segundos, como elemento de discurso da oposição para pressionar a situação, para firmar laços de aliança e base eleitoral, dos quais normalmente surgem cabos eleitorais.

As articulações políticas entre os grupos do Rancho de Baixo giram em torno do discurso atual do cigano sobre o valor do voto (e, para alguns, também da nova consciência). Mesmo com as afinidades políticas assumidas, os termos para garantia do apoio cigano a um candidato estão não mais atrelados ao recebimento de pequenas doações, mas em se garantir ações mais consistentes e de repercussão coletiva. A união em defesa do coletivo cigano tende então a prevalecer

sobre os acordos pessoais construídos entre políticos e chefes de família isolados, estes apoiados pela sua família extensa. Isso enfraquece o clientelismo pela elevação dos padrões de negociação, agora menos individualista e mais de interesse coletivo.

A precariedade sobre a rede de esgoto instiga as autoridades a bradarem os problemas do rancho através de duras críticas e forte oposição ativa organizada, representada em ações de mobilização social para fins de protesto e de reivindicação: a passeata dos ciganos contra os descasos da prefeitura, o protesto dos ciganos do Rancho de Baixo na Câmara dos Vereadores e a participação na reunião do Orçamento Democrático do governo da Paraíba. O eixo temático tem como mote os problemas sociais do rancho, com ênfase na ausência de uma rede de esgoto, e, para isso, se utilizam de recursos de mídia de propriedade da oposição.

A estratégia cigana de empoderamento no quadro das disputas políticas locais estrutura-se sobre a valorização do voto cigano, potencializado pela união dos grupos. A união visa à homogeneização de escolha e postura política. A iniciativa parte do consenso entre chefes e líderes de grupos para unificar discursos e definir representações de poder, no qual Ronaldo Carlos atua tanto como triador das propostas oriundas de ofertas externas quanto como relações-públicas e captador de auxílios, enquanto Maninho, que tal como Ronaldo atua como um líder representante dos interesses comuns do rancho, concentra-se mais na execução de ações externas – incluindo aqui sua atuação como fiscal da 10ª região do Orçamento Democrático da Paraíba.

Tal como outros agentes locais, a ONG Via Sertaneja atua como um mediador que auxilia no processo de politização das comunidades do Rancho de Baixo. A sua contribuição para a mobilização cigana funciona como suporte sociopolítico, político-educativo e psicológico.

A influência da ONG incide mais objetivamente sobre mobilizações de massa, em que a comunidade realiza protestos públicos nas formas de passeatas e ocupação de espaços; na utilização de mecanismos legais a favor da comunidade, como nas denúncias feitas no Ministério Público; na ocupação estratégica de funções na cena política, como a atuação de Maninho como fiscal do Orçamento

Democrático. A relação com a ONG também se reflete no acirramento do idealismo cigano quanto aos conceitos de cidadania, democracia, educação, combate ao preconceito e direitos humanos, elementos centrais do seu discurso político. O suporte psicológico sustenta o otimismo sobre a unanimidade do rancho como base das transformações sociais das comunidades.

* * *

As formas de relacionamento dos ciganos com o Estado já desde algum tempo vêm influenciando mudanças culturais no Rancho de Baixo, tanto no que concerne à sua organização política, quanto no significado de instituições nativas de poder, a exemplo das chefias e lideranças.

A representação interétnica dos grupos de Vicente e Eládio, há anos na forma de **associação comunitária** - inscritos no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e, por isso, com maior facilidade de captação de auxílios e representação jurídica para o coletivo -, já denota um passo de força nessa aproximação entre ciganos e Estado. Para suprir demandas mais recentes, como o volume de projetos que se beneficiam ou se propõem em benefício dos Calon, ou qualquer outra forma de negociação entre os ciganos do Rancho de Baixo e a sociedade não cigana, surgem **articulações de poder entre os grupos**, para valoração do voto cigano na cena política local; para filtrar propostas em seu potencial de beneficiamento das comunidades; para estabelecer uma ordem comum, já que as comunidades estão aglutinadas dentro do espaço do rancho; para a divisão estratégica de funções: líderes em dimensões multicomunitárias – o Chefe Eládio voltado mais objetivamente para assuntos internos, Ronaldo como relações-públicas e Maninho como representante do rancho na cena política de Sousa –; a unificação de um discurso e metas comuns, pelas quais o interesse individual de pessoas ou famílias extensas isoladas perde a prioridade diante das necessidades coletivas do rancho.

O Rancho de Baixo se torna um território composto da coalizão das comunidades lá conviventes, cuja motivação central entorna interesses políticos. Dessa conjuntura, surge um **novo perfil de líder**, que traz a facilidade em interagir com a linguagem política partidária e personifica novas ideias de progresso do povo cigano, cujas metas consistem tanto no estreitamento das relações com o Estado para fins assistenciais, como no avanço, na construção gradativa de outro *status*

social, que lhes eleve a uma melhor posição na relação estabelecida com a sociedade não cigana, hoje caracterizada pela dependência e exclusão social não radical: direitos negados – desemprego discriminatório e subcondições infra estruturais –; conquistas sociais – acesso à educação e acolhimento pelo Estado como grupo étnico minoritário.

A fragilização do sistema de subsistência tradicional, tendo gerado o fim do nomadismo, encontra na cidadania nacional e na educação formal os meios imprescindíveis para a proteção dos ciganos e a elevação do seu status nas relações interétnicas com a sociedade majoritária. O novo líder reflete as estratégias contemporâneas de ação das autoridades do rancho, tradicionalmente atípicas, como o uso dos mecanismos do Estado – as leis, a participação política – em favor dos grupos ciganos e a definição de prioridades a partir de duas categorias geracionais: “os mais velhos” e “os jovens”¹¹¹, cada qual com suas necessidades específicas e urgentes. Essa divisão dos grupos do rancho em grupos de interesse é resultante da estratégia de agilização do acesso aos recursos externos e às políticas assistenciais, bem como visa garantir que se atenda em simultâneo as necessidades mais adequadas de cada uma dessas categorias. Antes, havia um só canal de acesso, agora são dois. Possivelmente, a associação dos jovens não precisará submeter-se ao parecer do chefe ou dos mais velhos para gerir seus recursos. As demandas do rancho passam a ser divididas em dois setores de prioridade, dois canais diretos de captação de auxílio e independentes entre si.

A chefia e a liderança como categorias nativas passam por um processo de ressignificação dos seus papéis tradicionais. Quanto ao chefe, podem-se distinguir duas realidades paralelas: o chefe na perspectiva dos mais velhos e dos desempregados, e na perspectiva dos jovens estudantes e profissionais. No primeiro caso, o chefe permanece solícito a atuar dentro das atribuições tradicionais em sua totalidade. Personifica a autoridade dos mais velhos, uma vez que é escolhido por eles e representa essa mentalidade administrativa do modo de vida cigano. Mesmo assim, os economicamente ativos aparentam abdicar da figura do chefe, voltando-se mais ao universo da sua família doméstica. O chefe detém grande força simbólica. Exerce o mesmo papel tradicional para os desempregados e para os *mais velhos*, mas desempenha papel mais simbólico para os *jovens*. Continua sendo o esteio da

¹¹¹ Forma de definição nativa.

ordem e representante da sabedoria dos anciões. Quanto aos desempregados, busca auxílio e soluções para sanar suas dificuldades, como o pai da “grande família”: o grupo ao qual chefia. Esses ciganos vivem no modo de vida tradicional, cujo sistema de subsistência estrutura-se em torno de NEGOCIAR – LER MÃO – PEDIR¹¹² e, mais esporadicamente, como alternativa às lacunas desse sistema, o trabalho de *bico*. Culturalmente, todos os valores voltam-se mais para as formas do passado nômade.

No segundo caso, os jovens que estudam, somados aos que trabalham diariamente, adequados aos modos de subsistência não ciganos, formam uma realidade emergente, com necessidades e perspectivas que transcendem os limites da estrutura tradicional. Aqui, o chefe começa a assumir um papel predominantemente simbólico, contudo, mantém-se na prática como o ponto de equilíbrio da união de grupo, da ordem interna, o mantenedor das regras de convívio. Para esse segmento, cujas perspectivas de futuro distanciam-se dos modos de subsistência tradicionais, o chefe se torna mais a representação de um *ethos*, uma síntese da tradição, uma estrutura simbólica da identidade Calon. Hoje é difícil imaginar a manutenção da união e coesão sem a figura do chefe, atributo essencial da identidade cigana.

Quanto ao líder, cujo papel tradicional consistia em executar as ordens do chefe, atuando como um *chefe mandado*, o caso de Maninho nos mostra que suas prerrogativas vão se configurando de modo a transcender os limites de um grupo, pautados na cooperação em regime de subserviência a um chefe em específico. A sua atuação, além de portadora das características de um líder tradicional cigano, assume feições de um líder político comunitário, em cujo discurso se encontra as necessidades e carências do *povo cigano* como um todo. Os limites do rancho tornam-se insuficientes para a estratégia de transformação social da qual é parte fundamental. Por sua ação, torna-se um vetor de inclusão social do cigano na sociedade majoritária e da transição gradual para outro nível de interação social interétnica.

¹¹² Formas nativas de definição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, Joceline. **Teorias da etnicidade**. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras, de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BOAS, Franz (1896). As limitações do método comparativo em Antropologia. In: **Antropologia Cultural**. Organizado por Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004a.

_____ (1920). Os métodos da Etnologia. In: BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. Organizado por Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004b.

_____ (1887). Um ano entre os esquimós. In: BOAS, Franz. **A Formação da Antropologia Americana 1883-1911**. Organizado por George W. Stocking. Rio de Janeiro: Contraponto – Editora UFRJ, 2004c.

CARDOSO, Ruth. Aventuras de Antropólogos em Campo ou como escapar das Armadilhas do Método. In: CARDOSO, Ruth (Org.). **A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CLASTRES, PIERRE. A SOCIEDADE CONTRA O ESTADO. IN: CLASTRES, PIERRE. **A SOCIEDADE CONTRA O EATADO**. TRADUÇÃO THEO SANTIAGO. SÃO PAULO: COSAC NAIFY (2003)

ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Publicado no Diário Oficial da União de 21.07.2010.

FERREIRA, Luciane Ouriques. A dimensão ética do diálogo antropológico: aprendendo a conversar com o nativo. In: FLEISCHER, Soraia; SCHUCH, Patrice. **Ética e regulamentação na pesquisa antropológica**. Brasília: Letras Livres; Editora da UnB, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLDEMBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 10ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LEACH, Edmund. **Sistemas Políticos da Alta Birmânia**. 1ª Edição. São Paulo: EDUSP, 1995.

MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução – Tema, método e objetivo desta pesquisa. In: **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné. 2ª. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MELO, Suellen Terroso de Sousa; RIBEIRO, Francicléa Avelin; ARAÚJO, Cristhiane Fernandes; MOREIRA, Emília. A Luta Pela Terra e Água nas Várzeas de Sousa. In: **Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistências e de esperanças. Espaço de Diálogos e Práticas. Porto Alegre, julho de 2010.

MONTE-MÓR, Patrícia. Tendências do documentário etnográfico. In: TEIXEIRA, Francisco Elinaldo. (Org.). **Documentário no Brasil**: tradição e transformação. São Paulo: Summus, 2004.

PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: 1987.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Caleidoscópio de imagens: o uso do vídeo e a sua contribuição à análise das relações sociais. In: FELDMAN-BIANCO, Bela e LEITE, Míriam L. Moreira. (Orgs.). **Desafios da imagem**: Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas: Papirus, 1998.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, Joceline. **Teorias da etnicidade**. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras, de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

PRÊMIO CULTURAS CIGANAS 2010. Orientação para os candidatos. Ministério da Cultura; Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural; Ministério da Saúde; Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa; Secretaria Especial de Promoção de Políticas para a Igualdade Racial; Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais; Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos; Pastoral dos Nômades do Brasil. Brasília: 2010.

PROGRAMA BRASIL SEM RACISMO. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br).

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Volume I. Brasília: Editora UnB, 1991.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de Esquina**. Tradução: Maria Lúcia de Oliveira. Revisão: Karina Kuschnir. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2005.

Ciganologia

CHINA, José B. de Oliveira. **Os ciganos no Brasil** (subsídios históricos, ethnographicos e linguísticos). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1936.

FIGUEIREDO, Francisco Soares (Coronel). **Calon: História e Cultura Cigana**. João Pessoa: Sal da Terra Editora, 2010.

FONSECA, Cláudia Bomfim da. **A Dança Cigana: a construção de uma identidade cigana em um grupo de camadas médias no Rio de Janeiro**. Dissertação de mestrado em Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

FRASER, Angus. **História do Povo Cigano**. Tradução: Telma Costa. Lisboa: Editora Teorema, 1997.

GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes. **“O Tempo de Atrás”**: um estudo da construção da identidade cigana em Sousa - PB. Tese de doutorado em Sociologia. Universidade Federal da Paraíba, 2004.

LOCATELLI, Moacir Antonio. **O ocaso de uma cultura: uma análise antropológica dos ciganos**. Santa Rosa: Barcellos Livreiro e Editor, 1981.

MENDES, Maria Manuela. Etnicidade cigana, exclusão social e racismos. In: **Sociologia**, n.º 8, 1998, pp. 207-246.

MELO, Fábio J. Dantas de. **Os Ciganos Calon de Mambáí: a sobrevivência de sua língua**. Brasília: Thesaurus, 2005.

MOONEN, Frans, **Anticiganismo: ciganos na Europa e no Brasil**. Recife: Dhnet, 2011a. 3ª edição digital revista e atualizada. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/a_pdf/1_fmcciganossousa2011.pdf.

_____ **Ciganos Calon no Sertão da Paraíba 1993 – 2011.** 2011b.
Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/a_pdf.

MORAES FILHO, Mello. **Os Ciganos no Brasil e Cancioneiros dos Ciganos.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981.

NUNES, Olímpio. **O Povo Cigano.** Livraria Apostolado da Imprensa (A. I.): Porto, 1981.

PEREIRA, Cristina da Costa. **Os ciganos ainda estão na estrada.** Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

PIRES FILHO, Nelson. **Ciganos – Rom – Um povo sem fronteiras.** São Paulo: Madras, 2005.

SILVA, Rosicleide Alves da. **Os ciganos Calon em Sergipe.** Monografia de Bacharelado em Serviço Social. Universidade Federal de Sergipe, 1999.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **História dos ciganos no Brasil.** Recife: Núcleos de estudos ciganos, 2008. Disponível em:
http://www.etnomidia.ufba.br/documentos/rct_historiaciganosbrasil2008.pdf.

_____ **Correrias de ciganos pelo território mineiro (1808-1903).**
Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal de Minas Gerais, 1998.

Filmes

BODAS DE SANGRE. Direção Carlos Saura. Espanha / França, 1981, 72'.

EL AMOR BRUJO. Direção Carlos Saura. Espanha, 1986, 100'.

LATCHO DROM. Direção Tony Gatlif. França, 1992, 100'.

O ESTRANGEIRO LOUCO. Direção Tony Gatlif. França / Romênia, 1997, 100'.

TARABATARA. Direção Júlia Zakja. Brasil, 2007, 23'.

ANEXO 1

Presidência | Vice-Presidente | Legislação | Notícias da Presidência | Informações Históricas | Palácios

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Página Inicial → Notícias e Imagens → Últimas Notícias → 2009 → Agosto → Cidade paraibana é contemplada com primeiro espaço de referência cigana

Acesso a Informação

Sobre a Secretaria

Ministra

Chamadas Públicas

Relatórios de Gestão

FIPIR

Notícias e Imagens

Últimas Notícias

2006

2004

2005

2007

2008

2009

Janeiro

Fevereiro

Março

Abril

Maio

Junho

Julho

Agosto

Cidade paraibana é contemplada com primeiro espaço de referência cigana

Setembro

Outubro

Novembro

Dezembro

Cidade paraibana é contemplada com primeiro espaço de referência cigana

Data: 06/08/2009

A cidade paraibana de Sousa ganhou um espaço de referência da cultura cigana: o Centro Calan de Desenvolvimento Integral (CCDI). Durante a solenidade de inauguração, realizada nesta quinta-feira (6 de agosto), o ministro da Igualdade Racial, Edson Santos, afirmou que o governo Lula trabalha pela igualdade de direitos e oportunidades para todos, sejam brancos, negros, indígenas, imigrantes, quilombolas ou ciganos.



Edson Santos (foto) lembrou que o governo federal investiu mais de 200 mil no novo espaço, por meio da Eletrobrás. "Não vejam o CCDI como um peixe, mas, antes, como uma vara de pescar. A intenção é que vocês levem o peixe para dentro de casa, sem depender de governo algum, acrescentou.

A inauguração do CCDI foi possível por causa da articulação institucional da SEPPIR com a prefeitura de Sousa, o apoio financeiro da Eletrobrás e execução do Gabinete de Assessoria Jurídica Cidadã em Políticas Públicas Associativas de Patos e Região (Gajur-PR). As obras começaram em abril de 2008.

O governador da Paraíba, José Maranhão, considerou esta quarta-feira um dia histórico: "É a primeira vez que um ministro de Estado sai de seu gabinete, em Brasília, para dar atenção à população cigana da Paraíba. "Sousa hoje em festa. A cidade começa a pagar uma dívida de décadas com sua população cigana, completou o prefeito da cidade, Fábio Tyrone.

O padre Wallace do Carmo Zanon, diretor executivo da Pastoral dos Nômades do Brasil, comentou que os ciganos de Sousa querem políticas públicas, respeito e também serem considerados cidadãos brasileiros.

Espaço – No Centro está instalada uma biblioteca, cedida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) por meio do programa "Arc das letras. São 200 títulos sobre o tema direitos e cidadania, doados pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), da Presidência da República.

O novo espaço também possui um centro de inclusão digital, com 15 computadores instalados graças a uma parceria entre a SEPPIR e Banco do Brasil. Outra parceria, dessa vez entre a prefeitura de Sousa e o Instituto Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (IFET), vai permitir a instalação de um curso sobre avicultura.

Nesta sexta-feira (7 de agosto), o CCDI ganha oficialmente um kit do programa "Cine mais cultura, do Ministério da Cultura, composto de filmes, projetores digitais, câmeras, computador, tela, entre outros itens.

O Centro vai atender prioritariamente os ciganos dos municípios de Sousa e de Marizópolis, também na Paraíba. Será um espaço de referência para o fortalecimento do processo de organização da população cigana e de valorização de sua cultura. No local, estão previstas diversas ações, como a inserção da comunidade no mercado de trabalho, a partir da capacitação.

História – O povo cigano possui uma história que remonta a antiguidade. Nômades por essência, espalharam-se por várias partes do mundo. De etnia Calan, os atuais habitantes da comunidade cigana de Sousa são descendentes diretos de grupos que migraram de Portugal para o Brasil no período da Segunda Guerra Mundial, fugindo do Holocausto. Na década de 60, graças ao apoio dado pelo então prefeito da cidade, Antônio Mariz, o grupo se fixou em Sousa. Como a Pátria deles está onde estão os seus pés, os cerca de 600 ciganos que vivem atualmente na cidade têm orgulho de se considerarem cidadãos sousenses. O grupo, no entanto, está em condições socioeconômicas vulneráveis, por isso surgiu a ideia de criação do Centro.

Entre os presentes na solenidade de inauguração também estavam o presidente do CCDI, o cigano Francisco Figueiredo, e o secretário de Identidade e da Diversidade Cultural, Américo Córdula.

Comunicação Social da SEPPIR /PR

Endereço eletrônico:

http://www.seppir.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2009/08/ccdi_inauguracaosousa

Ultimo acesso em 12/11/2012, as 03:15

ANEXO 2



Pesquise pessoas, locais e coisas



Seppir Presidência Sobre ▾

Sobre

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - ATENÇÃO:
Comentários que violem os termos de uso do Facebook ou a legislação brasileira
serão apagados <http://www.facebook.com/legal/terms>

Descrição

A SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) foi criada pelo Governo Federal no dia 21 de março de 2003. A data é emblemática: em todo o mundo, celebra-se o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial. A criação da Secretaria é o reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro Brasileiro. A missão da SEPPIR é estabelecer iniciativas contra as desigualdades raciais no País. Seus principais objetivos são:

- Promover a igualdade e a proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra;
- Acompanhar e coordenar políticas de diferentes ministérios e outros órgãos do Governo Brasileiro para a promoção da igualdade racial;
- Articular, promover e acompanhar a execução de diversos programas de cooperação com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais;
- Promover e acompanhar o cumprimento de acordos e convenções internacionais assinados pelo Brasil, que digam respeito à promoção da igualdade e combate à discriminação racial ou étnica;
- Auxiliar o Ministério das Relações Exteriores nas políticas internacionais, no que se refere à aproximação de nações do Continente Africano;

A SEPPIR utiliza como referência política o programa Brasil sem Racismo, que abrange a implementação de políticas públicas nas áreas do trabalho, emprego e renda; cultura e comunicação; educação; saúde, terras de quilombos, mulheres negras, juventude, segurança e relações internacionais. A criação da SEPPIR reafirma o compromisso com a construção de uma política de governo voltada aos interesses reais da população negra e de outros segmentos étnicos discriminados.

Endereço eletrônico:

<http://www.facebook.com/Seppir/info>

Ultimo acesso em 12/11/2012, as 03:43

ANEXO 3

Presidência | Vice-Presidente | Legislação | Notícias da Presidência | Informações Históricas | Palácios

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Página Inicial → CNPIR

Acesso a Informação

Sobre a Secretaria

Ministra

Chamadas Públicas

Relatórios de Gestão

FIPIR

Notícias e Imagens

CNPIR

Publicações

Ouvidoria

Comunidades Tradicionais

Fale conosco

Rio+20

Igualdade Racial é Pra

Valer

Novembro - Mês da

Consciência Negra

CNPIR - Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial



O QUE É?

Presidido pelo(a) ministro(a) da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR-PR), o Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR) é um órgão colegiado, de caráter consultivo e integrante da estrutura básica da SEPPIR. O órgão tem como finalidade propor, em âmbito nacional, políticas de promoção da Igualdade Racial com ênfase na população negra e outros segmentos raciais e étnicos da população brasileira. Além do combate ao racismo, o CNPIR tem por missão propor alternativas para a superação das desigualdades raciais, tanto do ponto de vista econômico quanto social, político e cultural, ampliando, assim, os processos de controle social sobre as referidas políticas.

COMPOSIÇÃO

O CNPIR é composto por 22 órgãos do Poder Público Federal, 19 entidades da sociedade civil, escolhidas através de edital público, e por três notáveis indicados pela SEPPIR. Para o biênio 2010-2012, foram selecionadas as seguintes entidades:

I) Sociedade Civil

Agentes de Pastoral Negros – APN's

Titular: Helcias Roberto Paulino Pereira

Suplente: Rejane Maria Rosa

Articulação de Organização de Mulheres Negras Brasileiras – AMNB

Titular: Vera Regina Paula Baroni

Suplente: Maria Cristina Ferreira dos Santos

Associação de Promoção Humano Serumano – SERUMANO

Titular: Cláudio Aparecido da Silva

Suplente: Rangel Luiz de Santana Alcântara

Associação Nacional dos Coletivos de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros- ANCEABRA

Titular: João Carlos Borges Martins

Suplente: João Bosco de Oliveira Borba

Central Única dos Trabalhadores- CUT

Titular: Maria Júlia Reis Nogueira

Suplente: João Baptista Domingues Neto - CGTB

Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro- Brasileira- CENARAB

Titular: Makota Célia Gonçalves Souza

Suplente: Doné Valkiria de Sousa Silva

Coletivo de Entidades Negras - CEN

Titular: Marcio Alexandre M. Gualberto

Suplente: Francisca Cristina Miranda

Confederação Israelita do Brasil - CONIB

Titular: Sofia Débora Levy

Suplente: Jaime Spitzcovsky

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-/ Pastoral-Afro - CNBB

Titular: Padre Ari Antonio dos Reis

Suplente: Guanair dos Santos Silva

Congresso Nacional Afro- Brasileiro- CNAB

Titular: Eduardo Ferreira de Oliveira

Suplente: Jose Carlos da Silva Brito

Coordenação Nacional de Entidades Negras - CONEN

Titular: Cleide Hilda de Lima Souza

Suplente: José Cristiano Cruz Lima

Federação Árabe Palestina do Brasil – FEPAL

Titular: Elayyan Taher Aladdin

Suplente: Ualiid Hussein Ali Mohd Rabah

Federação – Federação Nacional das Associações de Doença Falciforme - FENAFAL

Titular: Altair dos Santos Lira

Suplente: Neusa Maria da Rocha Carvalho

Federação Nacional dos Jornalistas/ CONAJIRA

Titular: Valdice Gomes da Silva

Suplente: Íris Cary

Fórum Nacional de Mulheres Negras- FNMN

Titular: Marta Cezaria de Oliveira

Suplente: Ana Jose Alves Lopes

Fundação Santa Sara Kali- FSSK

Titular: Mirian Stanescon Batuli de Siqueira

Suplente: José Carlos da Silva (Carlos Calon)

Instituto Nacional de Tradição e Cultura Afro- Brasileira- INTECAB

Titular: Gersonice Azevedo Brandão - Ekedí Sinhá - Casa Branca

Suplente: Rita Bárbara Garcez Lima - Ekedí do Ilê Asé Oyá Tola

Rede Amazônia Negra- RAN

Titular: Francisco das Chagas Silva

Suplente: Maria Aparecida Matos

União Nacional dos Estudantes – UNE

Titular: Clédisson Geraldo dos Santos Júnior

Suplente: Carlos Marunício Santos Guim

Notório Reconhecimento em Relações Raciais

Edson Luiz de França

Ivo Fonseca Silva

Maria Helena Azumezohero

Conheça a composição do CNPIR para o biênio 2010-2012, incluindo as representações governamentais.

Portal Brasil Mapa do Site

Endereço eletrônico:

<http://www.seppir.gov.br/apoiproj>

Último acesso em 12/11/2012, às 04:06

ANEXO 4



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA

Pesquisar..

Início

Fale com o PGJ

Espaço de Reflexão

Agenda Única

Mapa do MPPB

Links



Início

Promotoria firma TAC para a realização de saneamento básico na Comunidade Cigana, em Sousa

IMPRIMIR

Qui, 27 de Outubro de 2011 12:57

A Promotoria do Meio Ambiente de Sousa firmou um termo de ajustamento de conduta com a Prefeitura de Sousa para a conclusão das obras de saneamento básico na Comunidade Cigana, uma das mais carentes do município. De acordo com a promotora de Justiça Ana Carolina Coutinho Ramalho, a Prefeitura se comprometeu a concluir as obras até o final do ano.

O termo foi assinado pela promotora Ana Carolina e pelo prefeito Fábio Tyrone, durante audiência realizada, na quarta-feira (26), para discutir a questão relacionada a inexistência de saneamento na Comunidade Cigana.

Segundo a promotora, ficou acordado ainda que, a partir do início de 2012, o Município vai iniciar a pavimentação das ruas da localidade.

Ministério Público da Paraíba - 2012.

Rua Rodrigues de Aquino, s/n, Centro - CEP:58013-030. Telefone: (83)2107-6000



Endereço eletrônico:

http://www.mp.pb.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2919:promotoria-firma-tac-para-a-realizacao-de-saneamento-basico-na-comunidade-cigana-em-sousa&catid=34:gerais

Último acesso em 12/11/2012, as 04:19

Créditos:

Subsidiamento da pesquisa: CAPES

Subsidiamento pós-bolsa de pesquisa: Zinelson e Vera Siqueira

Diagrama: Gertrudes Melo

Revisão de conteúdo: Cristiane Siqueira

Revisão ortográfica: Zine Siqueira

Revisão ABNT pré-banca: Aline

Revisão geral e ABNT: Érica Sá